

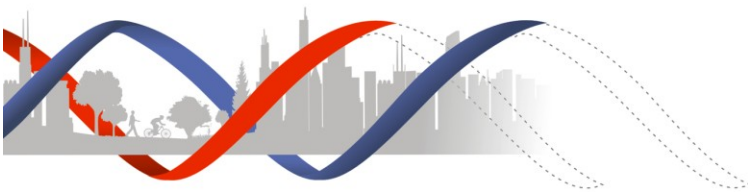
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
Região Metropolitana de São Paulo

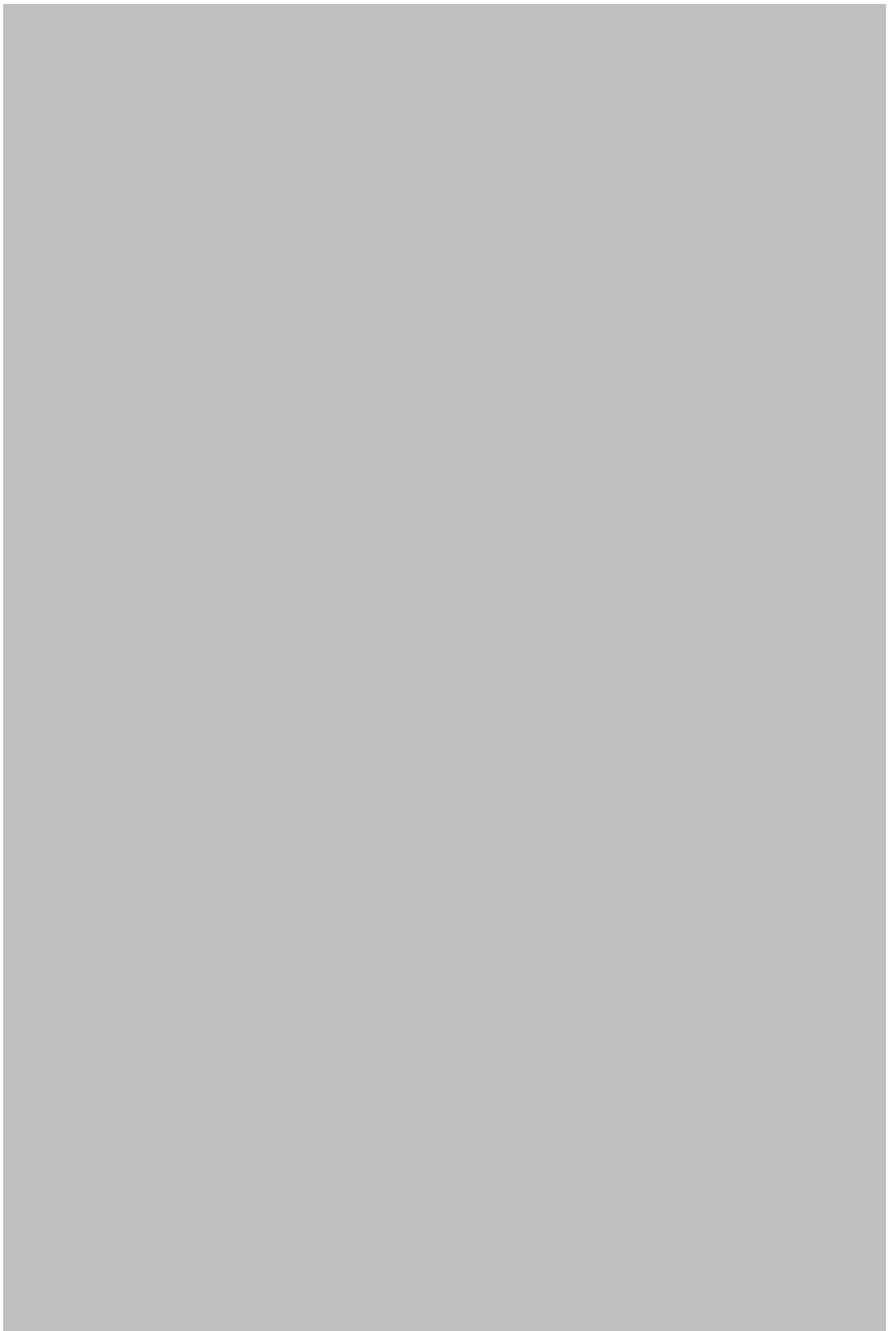


Caderno Preliminar

≡ Propostas

Fichas Síntese para o PDUI-RMSP





Anexo

Fichas Síntese de Propostas para o PDUI

NOTA EXPLICATIVA

O presente anexo compõe-se de um conjunto de fichas síntese elaboradas a partir do elenco de propostas encaminhadas à Emplasa pelos grupos técnicos de apoio à formulação do Plano, membros técnicos de órgãos públicos municipais e estaduais, consórcios públicos municipais, sociedade civil e outros, até a data de 19 de setembro de 2016.

A Emplasa criou uma "Plataforma Digital do PDUI" para divulgação dos conteúdos e do processo de elaboração do PDUI, bem como para recepção de propostas ao conteúdo do Plano.

Nas fichas síntese que compõem o presente anexo, constam siglas que identificam a origem das propostas elencadas, tal como descrito a seguir:

- GT- Proposta formulada pelos Grupos Técnicos
- E - Proposta formulada pela equipe técnica da Emplasa
- P - Proposta encaminhada via Plataforma Digital
- PSC - Proposta encaminhada pela Sociedade Civil

Cabe salientar que as fichas aqui constantes não esgotam o conjunto de propostas encaminhadas aos formuladores do Plano, uma vez que o trabalho ainda está em curso e os grupos técnicos continuam formulando propostas, assim como continuam chegando sugestões via Plataforma Digital.

Deve-se destacar, também, que os diversos e complexos assuntos constantes das respectivas fichas, estão em distintos estágios de maturação, o que é perceptível pelos diferentes graus de detalhamento que as fichas apresentam.

A equipe técnica da Emplasa sistematizou as propostas, agrupando-as segundo afinidade com temas específicos, formulando em certos casos, redação alternativa fundindo propostas similares e /ou complementares. Também procedeu a esforço inicial de classificar as formulações propostas segundo sua natureza: diretriz, programa, projeto, ação, instrumento.

Tendo em vista que um dos princípios básicos da formulação do PDUI é a participação e a transparência no processo de formulação de propostas, optou-se por registrar os entendimentos da equipe técnica relativos à natureza e enquadramento das propostas grafando-os em vermelho, de forma a tornar explícito o posicionamento (ainda que preliminar) da equipe técnica Emplasa. Tais registros seguiram o seguinte raciocínio:

- Propostas de caráter setorial,
- Propostas que fogem ao escopo do PDUI (estas excluídas da ficha síntese, porém disponíveis para consulta na Plataforma Digital),
- Propostas de caráter municipal/ local,
- Propostas relacionadas à governança.
- Propostas cuja ação é setorial mas que requerem articulação com outros atores e portanto exigem governança metropolitana.

Cabe ainda mencionar que, até o presente estágio de desenvolvimento dos trabalhos do PDUI, considerou-se que o eixo Governança pode incluir propostas que propiciem a melhoria e efetividade da gestão metropolitana. Assim, no eixo Governança Metropolitana poderão ser incluídas propostas referentes a:

- Ações de articulação entre entes atuantes na formulação, implementação de políticas e ações na RMSP, visando à consecução dos objetivos do PDUI;
- Criação de sistemas de dados e informações, inclusive sistema de informações geográficas, prevendo mecanismos de acesso amplo aos municípios e entes atuantes na formulação e implementação de políticas e ações metropolitanas;
- Desenvolvimento de ações de educação e comunicação que propiciem a ampliação da consciência metropolitana por parte de agentes públicos, privados e cidadãos, em geral.

- Desenvolvimento e aperfeiçoamento de normas e leis que propiciem a melhoria nos mecanismos de gestão metropolitana.

Por fim, reitera-se o caráter ainda preliminar das formulações, bem como dos enquadramentos realizados, ou seja, as propostas apresentadas nestas fichas síntese deverão ser cruzadas entre si e com a proposta de macrozoneamento do PDUI, podendo ser revistas e, quando mantidas, poderão compor programas abrangentes de caráter metropolitano.

EIXO : MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Expansão da integração tarifária dos serviços de transporte coletivo na RMSP

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P24, P32, P44, P131, PSC20, P180 e PSC21.

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E.

3. DIRETRIZ

Expandir a integração tarifária dos serviços de transporte coletivo na RMSP. (PSC21)

4. PROGRAMAS

Programa de integração modal, tarifária, operacional e de gestão do sistema de transporte na RMSP. (GT)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Projeto de lei para o passe livre estudantil municipal e intermunicipal. (PSC20) **Governança**
- Desenvolvimento de plataforma que possibilite a criação do Bilhete de Integração Metropolitano - BIM, com unificação de hardware (cartão), desenvolvimento de software comum e estabelecimento de câmara de compensação. (P32) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Inclusão, por meio de adesão, dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo na política tarifária unificada metropolitana. (P24) **Governança**
- Identificação de formas de financiamento do BIM. (E03) **Governança**
- Integração gratuita no transporte público da RMSP. (P44)
- Integração tarifária entre o transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal metropolitano e sobre trilhos. (P131)
- Integração tarifária e física no Alto Tietê – Transporte Coletivo. (P180)

6. INSTRUMENTOS

- Governança interfederativa específica para criação e gestão do Bilhete de Integração Metropolitano - BIM. (E)
- Lei instituindo o Bilhete de Integração Metropolitano - BIM contemplando descontos, gratuidades, benefícios e incentivos associados. (E)
- Instrumento financeiro, provavelmente um fundo, para dar suporte à implantação de regras homogêneas nos esquemas de tarifação municipal, visando à equidade na política tarifária unificada metropolitana. (E)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Gerenciamento metropolitano do tráfego no sistema viário de interesse metropolitano

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P11, P127, P181 e PSC 23.

Propostas do Grupo de Trabalho:

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Implantar um Plano de Gerenciamento de Tráfego em escala metropolitana. (PSC23) **Governança**

4. PROGRAMAS

- I. Gerenciamento Metropolitano de Tráfego **Governança**

5. PROJETOS E AÇÕES

- Homogeneização da regulamentação das velocidades máximas nas vias do sistema viário de interesse metropolitano. (P 11)
- Gestão integrada de transporte e trânsito. (GT)
- Implementação de estudos de demanda por sub região. (GT)
- Adoção de uniforme padrão para agentes de trânsito. (P127)
- Criação de um observatório de trânsito da RMSP. (P181)
- Criação de autoridade metropolitana com autonomia no transporte, uso do solo e planejamento. (GT)

6. INSTRUMENTOS

- Legislação para o estabelecimento de limites de velocidade nas vias do sistema viário de interesse metropolitano.
- Ação fiscalizatória específica para o policiamento de trânsito na RMSP.
- Fundo metropolitano de transporte destinado a investimentos em “propostas integradas”. (GT)
- Subsídio parcial para o transporte coletivo visando melhorar sistemas e veículos (tecnologia e conforto). (GT)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

A implantação desta proposta é complexa, porque a velocidade permitida numa via, em cada trecho, deve ser compatível com as características físicas do trecho. Condições físicas em um trecho de via, que impliquem em significativa restrição de velocidade, se generalizadas para todo sistema viário de interesse metropolitano, podem

reduzir a velocidade de circulação em toda a RMSP. No entanto é fato que a velocidade é o fator determinante da gravidade dos acidentes de trânsito, principalmente nos atropelamentos. A partir de 60 km/h a probabilidade de morte de um pedestre é de

60%. Para ocupantes de veículos, a probabilidade de ocorrerem fatalidades numa colisão a partir de 60 km/h é de 85%. A adoção de limite de velocidade máxima em 50 km/h no sistema viário de interesse metropolitano tem potencial de reduzir drasticamente o número de mortos e feridos no trânsito. Em São Paulo já se constatou redução de 30% nas fatalidades do trânsito entre janeiro e outubro de 2015.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho; E = Emplasa; P = Plataforma; PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Cobrança de "Contribuição de Melhoria" decorrente da implantação de linhas de transporte de alta e média capacidade.

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P33

Propostas do Grupo de Trabalho: GT.

Propostas da Emplasa: E.

3. DIRETRIZ

Cobrar "Contribuição de Melhoria" em áreas valorizadas pela implementação de linhas de transporte de alta e média capacidade. (P33) **Governança**

4. PROGRAMAS

- Contribuição de melhoria decorrente da implantação de linhas de alta e média capacidade. (GT)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Estudo da viabilidade de aplicação de instrumentos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole no âmbito interfederativo, para financiar o sistema de transporte de caráter metropolitano, tais como: "Contribuição de Melhoria" decorrente da implantação de linhas de transporte de alta e média capacidade; "Outorga Onerosa do Direito de Construir". (E) **Governança**
- Estudo da viabilidade sobre a possibilidade de reservar parte da "Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico" (Cide) cobrada sobre a gasolina para financiar o sistema de transporte de caráter metropolitano. (E)

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A cobrança da "Contribuição de Melhoria" é prejudicada pelas dificuldades de especificação da valorização líquida associada aos imóveis que se beneficiaram das melhorias de acessibilidade territorial, bem como pelas dificuldades de delimitação da área abrangida por esta valorização.

Um encaminhamento para superar essas dificuldades é uma longa negociação do poder público com os proprietários dos imóveis valorizados de modo a chegar a um acordo quanto ao valor a ser cobrado e a área de impacto a ser considerada.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Planejamento integrado das infraestruturas de transporte de passageiros e de logística de cargas na RMSP.

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI:

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Estabelecer um Plano de Mobilidade Metropolitana estruturante e indutor do desenvolvimento territorial sustentável, da promoção da urbanização inclusiva, do aumento da competitividade econômica e da sustentabilidade ambiental. (GT)

4. PROGRAMAS

- I. Instituição de Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística de Cargas na estrutura de governança interfederativa do PDUI. (GT) **Governança**
 - II. Desenvolver estrutura unificada de planejamento integrado das infraestruturas de transporte de passageiros e de logística de carga na RMSP. (GT) **Governança**
-

5. PROJETOS E AÇÕES

- Elaboração de projeto de concepção da Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
 - Efetivação de Acordos de Cooperação Intergovernamental para instituir a Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
 - Viabilização de fontes de recursos para a implantação do Programa de Instituição da Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
 - Implementação da Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
-

6. INSTRUMENTOS

- Recursos para a elaboração do projeto de concepção da Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
 - Recursos para a implementação e operação da Unidade Especializada (UE) em Transporte de Passageiros e Logística. (GT)
-

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

A RMSP conta com reduzidas infraestruturas para garantir a mobilidade da população e da carga em seu território. Parte dessas infraestruturas é utilizada indistintamente para o deslocamento de passageiros e de cargas, criando conflitos operacionais e reduzindo a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. A superação dessa realidade requer atuação conjunta dos entes públicos e privados do setor de transporte. As redes de infraestrutura e os correspondentes serviços de transporte de passageiros e de cargas devem ser planejados e projetados de forma integrada e contar com um sistema de governança mais eficiente.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 19/09/2016

1. TEMA

Sistema de Transporte Coletivo

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P02, P18, P60, P106, P144, P178, P188, P205, P211, P239; PSC07, PSC19, PSC24, PSC25

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Ampliar a infraestrutura de transporte de passageiros de alta e média capacidade na RMSP, priorizando a implantação de linhas de transporte perimetrais, que interliguem polos e eixos de atividades econômicas de caráter regional, localizados fora do “centro expandido” do município de São Paulo, e que aumentem a acessibilidade de áreas com alta densidade populacional. P60, (E)

4. PROGRAMAS

- I. Programa de coordenação dos investimentos nos diversos modos de transporte que compõem a “Rede Metropolitana de Transporte de Alta e Média Capacidade” da Secretaria de Transportes Metropolitanos- STM (E)
- II. Programa de implantação de um sistema de Trens Regionais de Passageiros da MMP (E)
- III. Programa de Corredores Metropolitanos – PCM, da EMTU - PPA 2016-19 e LOA 2016 (E)

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa I:

- Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transporte da RMSP. (E)
- Ampliação da rede metroferroviária da RMSP- PPA 2016-19 e LOA 2016.(E)
- Implantação de linhas de transporte perimetrais, que interligam polos e eixos de atividades econômicas de caráter regional, localizados fora do centro expandido do município de São Paulo, e que aumentam a acessibilidade de áreas com alta densidade populacional, previstas no estudo da STM “Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transporte da RMSP”. (E)
 - Linha Guarulhos-ABC
 - Arco Sul
 - Linha 23 – Magenta
 - Linha 17-Ouro (Jabaquara - São Paulo-Morumbi)

- Extensão da Linha 2 – Verde até Dutra
- Planos Diretores Municipais e Planos Municipais de Mobilidade (E)
- Projeto de integração do Aeroporto de Guarulhos à rede metroferroviária da RMSP - PPA 2016-19 e LOA 2016 (E)
- Extensão do sistema ferroviário interligando Barueri, Santana de Parnaíba e Cajamar ou Cajamar, Santana de Parnaíba a Perus. (P205)
- Alteração do traçado da Linha Arco-Sul (da CPTM), na Região do Grande ABC, para passar mais ao sul, partindo da linha 10-Turquesa (da CPTM), na Estação Guapituba, em Mauá; conectando com a Estação de Vila Luzita (para onde seria estendida a linha ABC-GRU (da CPTM)); com o trecho da segunda fase da Linha 18-Bronze (do METRÔ), no terminal Ferrazópolis; e com a proposta de prolongamento da Linha 1-Azul (do METRÔ) em Diadema. (P239)

Programa II:

- Plano de Ação da Macrometrópole Paulista - MMP 2013/2040 (E)
- Projetos do PAMTL (E)

Programa III:

- Implantação de corredor de transporte de média capacidade-VLT/BRT conectando Mogi das Cruzes à Itaquaquecetuba. (P144)
- Criação de um corredor de transporte coletivo na Rodovia SP-66, entre Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes. P178
- Implantação de rede de transporte coletivo de média capacidade entre Osasco e Carapicuíba. (P106)
- Racionalização das redes de Transporte Coletivo Metropolitanas. (P02)
- Ligação (por modo a ser definido) entre o Bairro dos Pimentas, em Guarulhos, e a antiga estação Pirelli, em Santo André, passando por áreas estratégicas da região leste, como o centro de São Miguel Paulista, Caititu e Parque do Carmo; corredor de ônibus proposto EMTU na Jacu Pêssego. (P18)
- Construção de vias marginais à Jacu e transposições em desnível, com o objetivo de segregar o tráfego de passagem, eliminar conflitos atualmente existentes e principalmente favorecer a ligação inter-bairros. (P18)
- Implantação de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) urbano-turístico Caieiras-Barueri (urbano)/Pirapora do Bom Jesus (turístico). (P188)
- Construção de corredor de ônibus ligando Ferraz de Vasconcelos à Mogi das Cruzes; outro corredor de ônibus ligando Itaquaquecetuba a Suzano, onde se interligaria com o corredor de ônibus Ferraz-Mogi. (P211)
- Implantação da Estação da Pirelli na rede da CPTM, em Santo André. (PSC07)
- Implantação de linha férrea margeando a Rodovia BR-116, ligando o município de Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Taboão da Serra à última estação da Linha 4 - Amarela de metrô, localizada no Pátio Vila Sonia, em São Paulo. (PSC19)
- Inclusão do Município de Santa Isabel no Corredor BRT Metropolitano Perimetral Alto Tietê. (PSC24)
- Inclusão dos Municípios de Arujá e Santa Isabel no Corredor Metropolitano Guarulhos. (PSC25)

6. INSTRUMENTOS

A expansão da rede estrutural de transporte na RMSP terá como base:

- O estudo da STM “Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transporte da RMSP” que contempla metrô, trem metropolitano, trem regional e corredores de ônibus metropolitanos considerados no Programa de Corredores Metropolitanos - PCM (Programa I e Programa III)
- O Plano Municipal de Mobilidade Urbana – PlanMob/SP 2015, especialmente no que se refere aos Corredores de Ônibus da SPtrans (Programa I)
- O Plano Diretor de Mobilidade da Região do Grande ABC, desenvolvido pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (Programa I)
- Demais Planos Municipais de Mobilidade, especialmente no que se refere aos de sistemas estruturais de transporte público em desenvolvimento nos municípios da RMSP (Programa I)
- O estudo do Sistema de Trens Regionais de Passageiros da MMP, articulados aos polos e eixos regionais (Plano de Ação da Macrometrópole Paulista - MMP 2013/2040) (Programa II)
- O Plano Integrado de Transportes Urbanos PITU 2020 (STM) (Programa I)
- O PDE do Município de São Paulo e demais Planos Diretores dos municípios da RMSP (Programa I)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EEMPLASA

Comentários específicos com relação à Diretriz

Do total de viagens motorizadas na RMSP, 66% envolve a realização de deslocamentos externos ao centro expandido de São Paulo. No entanto, na rede de transporte coletivo estrutural atual há poucas linhas de caráter perimetral para a realização de tais deslocamentos. Isso tem levado a um aumento da utilização do transporte individual para a realização de viagens com origem e destino externos ao centro expandido.

A implantação de novas linhas de caráter perimetral na rede de transporte coletivo estrutural, promoverá a redução de viagens com percurso radial, a redução de custos de viagem, o aumento de viagens por transporte coletivo, bem como maior homogeneidade na distribuição espacial da rede de transporte coletivo, induzindo o crescimento da oferta de empregos fora do centro expandido.

Com a ampliação da rede de transporte coletivo de alta e média capacidade da RMSP visa-se fortalecer e promover novos polos de desenvolvimento na metrópole, especialmente através de ligações perimetrais, externas ao “centro expandido” do município de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento sub-regional. No entanto, o chamado centro expandido ainda continua sendo a principal região de empregos e geração de viagens, exigindo atenção especial sobre o atendimento por transporte, a fim de não se incorrer na saturação das linhas de transporte radiais que atendem essas viagens. Isto significa atender com prioridade os principais fluxos de viagens decorrentes das interações entre as sub-regiões da metrópole e reduzir as disparidades territoriais na oferta de acessibilidade entre as diversas sub-regiões da metrópole.

Por outro lado, a rede de transporte coletivo estrutural, além de estar em sintonia com os principais desejos de viagens em escala metropolitana, deve também se integrar com a rede de linhas de transporte de âmbito macrometropolitano. Isto envolve promover a integração física da rede de linhas de transporte coletivo estrutural da RMSP com o sistema de Trens Regionais de Passageiros da Macrometrópole Paulista e com os aeroportos.

Muito mais que melhorar as condições de viagens da população, busca-se, com a ampliação da rede estrutural de transporte, melhorar a qualidade de vida na metrópole, reduzindo congestionamentos, poluição, acidentes e tempo de deslocamento.

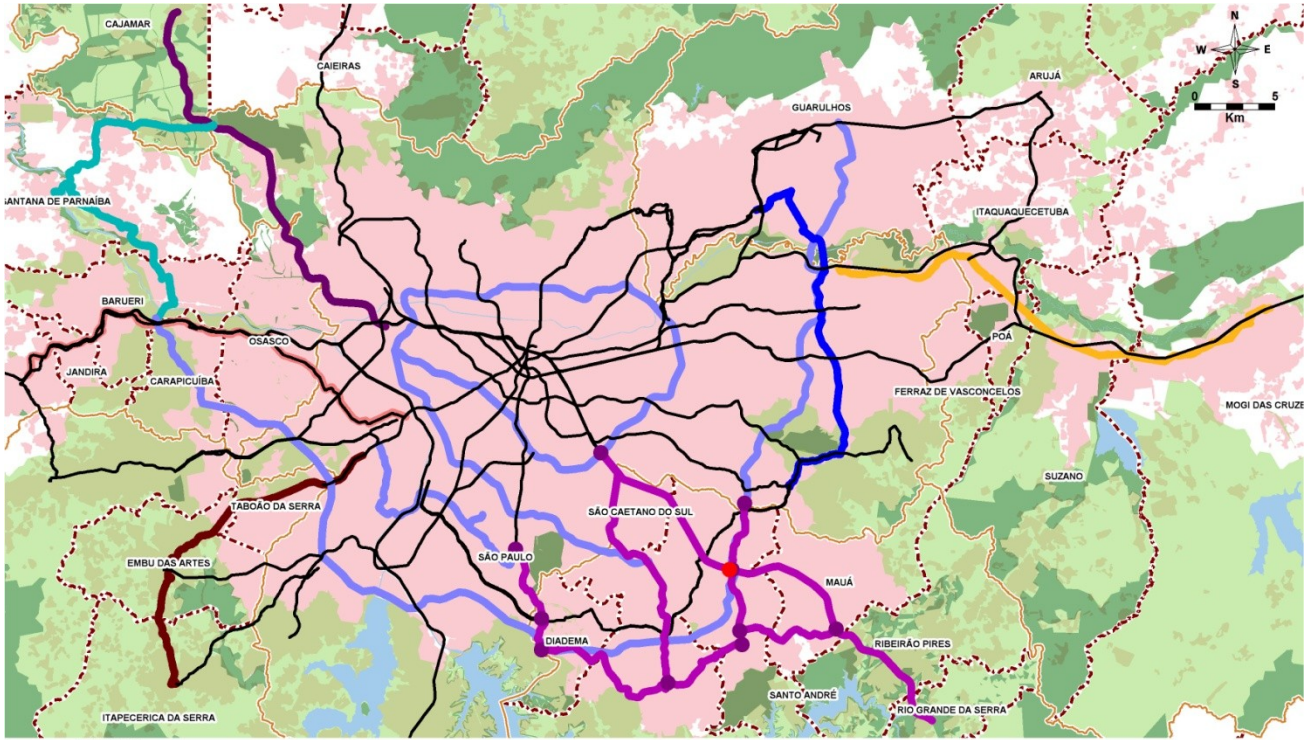
Comentários específicos da STM

SUGESTÃO DE NOVA REDAÇÃO PARA A DIRETRIZ: Ampliar a infraestrutura de transporte de passageiros de alta e média capacidade na RMSP em sintonia com os principais desejos de viagens da população, configurando, de fato, uma rede integrada de caráter metropolitano. Deverá promover ligações perimetrais que interliguem polos e eixos expressivos de atividades econômicas de caráter regional, aumentar a acessibilidade de áreas com alta densidade populacional mas, também, estar adensada na coroa central da metrópole, contribuindo para melhor distribuir os usuários nessa região, que é o principal destino de viagens da RMSP.

Comentários específicos com relação às propostas da plataforma

As propostas que foram inseridas na plataforma, abaixo relacionadas, estão parcial ou totalmente contempladas na Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transporte da RMSP:

P18, P60, P106, P144, P178, P188, P205, P 211, P239, PSC07 e PSC19.



LEGENDA

- | | | |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> A Nome de Municípios --- Limite Municipal Área ambiental - Uso Sustentável Área ambiental - Restrição à ocupação Área Urbana Corpos D'água | <p>Obras propostas via plataforma:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Rede futura da STM ● Estações da Proposta 239 ● Estação citada na Proposta PSC 7: Pirelli — Linha que contempla o solicitado na Proposta 18: Corredor Jacú-Pêssegueiro — Linhas citadas na Proposta 60: Arco Sul, Guarulhos-ABC, Linha 17-Ouro, Linha 2-Verde, Linha 20-Rosa, Linha 23-Magenta | <ul style="list-style-type: none"> — Linha que contempla o solicitado na Proposta 106: Corredor Itapeví - São Paulo/Butantã — Linha que contempla o solicitado nas propostas 144, 178 e 211: Corredor Leste — Linha que atende o traçado proposto na Proposta PSC 19: Corredor Itapevicena - Via Sônia — Linha que atende parcialmente as propostas 198 e 205: Corredor Alphaville — Linhas que atende parcialmente a Proposta 205: Corredor Anhanguera |
|--|---|--|

* PSC - Proposta da Sociedade Civil

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema de Transporte Coletivo

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P25, P130, P36, P37

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Definir um padrão metropolitano de especificação dos projetos da rede de corredores de média capacidade, compatibilizando terminais, paradas, características de viário e características da frota. (P25) **Setorial com Governança Metropolitana**

4. PROGRAMAS

Padronização Física e Operacional do Sistema Viário Metropolitano

5. PROJETOS E AÇÕES

- Fornecimento e implantação de abrigos de parada de ônibus, com estrutura metálica, cobertura de fibra de vidro (padrão EMTU) e assentos, na extensão da Avenida Francisco Rodrigues Filho e Rodovia Henrique Eroles (Mogi-Guararema/SP-66); Rodovia Professor Alfredo Rolim de Moura (Mogi-Salesópolis/SP-88); Rodovia Pedro Eroles (Mogi-Dutra/SP-88), Avenida Francisco Ferreira Lopes e Avenida Lourenço de Souza Franco (Mogi-Suzano/antiga SP- 66). (P130) **Setorial**
- Abrir laterais das passarelas da CPTM possibilitando que cidadãos transitem por elas com mais segurança. (PSC36) **Setorial**
- Otimizar a Linha 411, reduzindo os intervalos pelo menos para 30 minutos e substituindo as Vans RTOS, que estão circulando com passageiros em pé, mesmo não sendo permitido, como indicado na placa da EMTU. (PSC37) **Setorial**

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A diretriz é pertinente, mas deve-se levar em consideração as características e dimensões do sistema viário dos locais onde os corredores serão implantados. Portanto, seria interessante o desenvolvimento de tipologias associadas a diferentes configurações viárias.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema de Transporte Coletivo

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P106, P143, PSC37, PSC40

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Integrar os serviços de transporte coletivo municipais e intermunicipais à rede estrutural de transporte metropolitano (P106)

4. PROGRAMAS

Programa de Integração de Sistemas de Transportes Municipais aos Sistema Metropolitano **Setorial com Governança Metropolitana**

5. PROJETOS E AÇÕES

- Integração do sistema municipal de Osasco com o trem metropolitano (CPTM). (P106) **Setorial**.
- Integração do sistema de transporte municipal de Osasco com o sistema intermunicipal sobre pneus (EMTU). (P106). **Setorial**.
- Implantação de Terminal Metropolitano no distrito de Jundiapéba/ Mogi das Cruzes (corredor da Av. Lourenço de Souza Franco). (P143) **Setorial**
- Otimização da Linha 411 – Consórcio Unileste /EMTU. (PSC37). **Setorial**.
- Criação do Corredor Azul para transporte intermunicipal entre o Metrô Armênia e o município de Arujá. Já foram feitos os corredores nas marginais, sendo necessário a elaboração do corredor na Via Dutra e o pequeno trecho do Terminal Armênia até a Marginal. (PSC40) **Setorial**

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Comentários específicos com relação à Diretriz

Implantar os serviços de transporte coletivo municipais e intermunicipais como uma rede integrada, de modo a propiciar melhores condições de viagens para os usuários, com redução de tempo, maior conforto, confiabilidade e segurança, envolve:

- Promover a complementaridade entre os sistemas de transporte metropolitano, sub-regionais e municipais evitando a sobreposição de linhas
- Promover a conectividade e a integração física e tarifária entre as linhas estruturais e com os sistemas municipais de transporte (ônibus)
- Promover a racionalização do serviço de transporte coletivo sobre pneus, otimizando a utilização da infraestrutura de transporte, veículos e sistemas e redução dos custos operacionais
- Compatibilizar as funções de cada modo segundo suas características e capacidade de transporte
- Estabelecer um padrão metropolitano de especificação de projetos, sobretudo para os de Corredores de Ônibus, compatibilizando terminais, paradas, características de tratamento viário, informações, frota de veículos e outros itens
- Integrar/conectar sistemas de controle e monitoramento operacional
- Melhorar o padrão de serviço do transporte público de atendimento intrabairros e de alimentação da rede estrutural de forma a estabelecer uniformidade de tratamento entre os serviços prestados
- Evitar prejuízos operacionais decorrentes da implantação de novas linhas ou trechos de linhas, ao sistema de linhas de transporte preexistentes, especialmente sobre o carregamento crítico e volumes de transferências nas estações de conexão. De fato, os sistemas de transporte coletivo em operação encontram-se próximos da saturação de sua capacidade e os eixos viários registram congestionamentos constantes, gerando desestímulo e deseconomias.
- Contribuir para a requalificação urbana das áreas próximas aos corredores e estações.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Logística

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P03, P07, P108, P157, P182, P210, P234, Dersa (P), PSC08, PSC12.

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Promover a intermodalidade da matriz de transporte de carga na RMSP de modo a:

- fomentar o uso de transporte ferroviário de carga, vis-à-vis o uso do modo rodoviário; (E)
- propiciar aumento da eficiência socioeconômica e ambiental da logística de cargas gerais na RMSP, e, por extensão necessária, nos eixos da MMP.
- propiciar a racionalização do uso dos recursos públicos e privados aplicados nesse setor, de forma harmônica com as orientações do PAM 2013-2040 e em sinergia com o transporte de passageiros. O sistema deverá operar também na logística reversa, para escoar cargas de retorno, com origem na RMSP; Dersa (P) **Governança**
- adaptar e modernizar os preceitos de regulação e as sistemáticas de documentação legal no transporte e transferência de cargas; Dersa (P) **Governança**
- Desenvolver e implantar mecanismo de racionalização tributária para permitir e estimular a implantação de Plataformas Logísticas no Estado de São Paulo e na RMSP. Dersa (P) **Governança**

4. PROGRAMAS

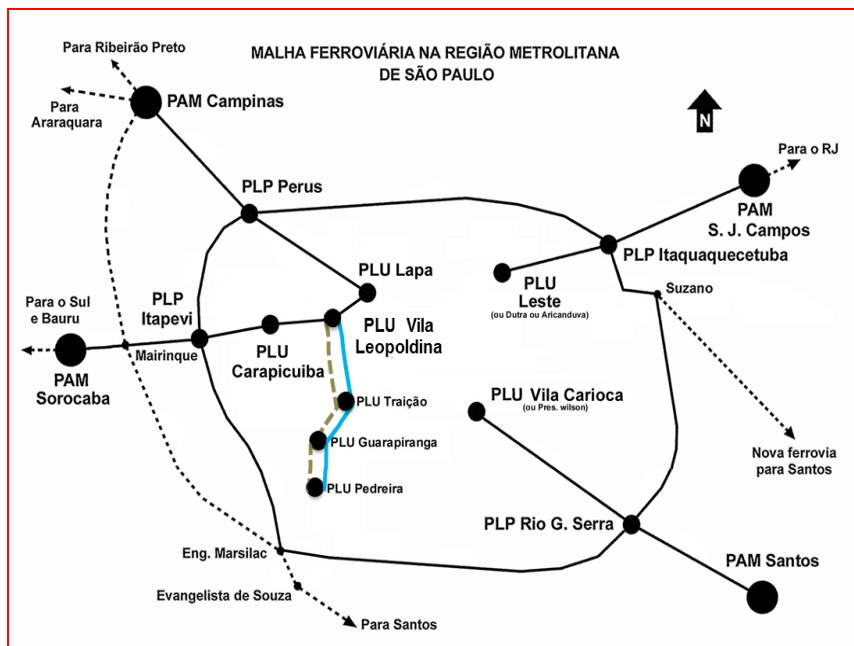
- I. Programa Integrado de Logística de Cargas na RMSP

5. PROJETOS E AÇÕES

- Implantação da infraestrutura e sistema operacional para o transporte e manipulação de carga geral – deslocamentos, transferências, armazenamento, inclusive plataformas logísticas urbanas e periurbanas – racionalizando deslocamentos, transferências e armazenamento. A estrutura regional de plataformas logísticas, Conforme previsto pelos estudos da Dersa,

será composta por 4 Plataformas Logísticas Remotas (PAM-S em Santos, PAM-L em São José dos Campos, PAM-N em Campinas e PAM-O em Sorocaba); 4 Plataformas Logísticas Periféricas (PLP-S, PLP-L, PLP-N, PLP-O), internas à RMSP, privilegiando-se a proximidade de acessos ao Rodoanel e Ferroanel; além de diversas Plataformas Logísticas Urbanas (PLL), internas à RMSP.

Esquema do projeto sistema ferroviário de carga geral



PLR – Plataforma logística regional (remota em relação à RMSP), nos bordos da MMP, 250 a 400 Ha

PLP – Plataforma logística periférica, nas proximidades do Ferroanel (150 a 200 Ha)

PLU – Plataforma logística urbana (5 a 80 Ha)

- Instituição de Unidade Especializada (UE) em T&L, algo como uma câmara logística, componente da estrutura de governança interfederativa do PDUI, para supervisionar a elaboração do estudo PAM-TL. Dersa (P) **Governança**
- Identificação e execução das medidas prioritárias para a implantação (por exemplo, as reservas de áreas para plataformas logísticas) após a entrega dos primeiros produtos do estudo. Demais ações serão identificadas ao longo do estudo do PAM-TL. Dersa (P) **Setorial**
- Criação de Grupo de Trabalho com participação de técnicos da SLT, Emplasa e SEFAZ para identificar os principais setores que hoje impactam a malha rodoviária paulista e fazer as quantificações para que sejam ponderados os impactos que as plataformas logísticas poderão causar ao erário. Dersa (P) **Governança**
- Realização de estudos que contenham planilhas de cálculo simulando o impacto para cada operação, com indicação das vantagens e desvantagens de todos os estabelecimentos envolvidos na cadeia de distribuição, usuários das Plataformas Logísticas. Dersa (P) **Setorial**
- Adaptação e modernização dos preceitos de regulação e as sistemáticas de documentação legal no transporte e transferência de cargas. Dersa (P) **Setorial**
- Desenvolvimento e implantação de mecanismo de racionalização tributária para permitir e estimular a implantação de Plataformas Logísticas no Estado de São Paulo e na RMSP. O diferimento parcial (diferença entre o valor do ICMS das operações de saídas internas e o valor do ICMS das respectivas entradas), irá beneficiar estabelecimentos com atividade de Armazém Geral, Centros de Distribuições e Filiais Atacadistas que utilizarem as Plataformas Logísticas. Dersa (P) **Setorial**

Elaborar um plano metropolitano de logística para a distribuição de produtos, insumos e serviços. (P234)

- Estabelecimento de regulamentação metropolitana para o transporte de cargas, compatibilizando os eixos prioritários de circulação, nos diferentes municípios, horários de restrição e circulação e tipologias de caminhões permitidas em cada eixo. (P03) **Governança**
- Elaborar projeto de terminais de carga localizados em pontos específicos ao longo das rodovias, para organizar o transporte intermodal e atender toda a Região Metropolitana de São Paulo. (P182) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Implantação de mini-terminais de carga, com área construída de 1.500 a 2.000 m², com operação 24 horas, abastecidos por grandes caminhões fora dos horários de saturação do trânsito para abastecer o comércio varejista de menor porte, com veículos menores e mais ágeis, no horário comercial, localizados próximos a centros de comércio, utilizando imóveis degradados, terrenos vazios ou galpões, em vias compatíveis com a circulação de caminhões e conformes às leis municipais de zoneamento. (P07) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Implantação de mini terminal de carga no limite de Barueri- Jandira- Itapevi, com acesso pela Rodovia Castelo Branco, onde há polo industrial e logístico. (P157) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Implantar Pátios Regionais de Estacionamento e Acolhimento de Veículos de Carga nas proximidades das rodovias, visando facilitar a entrada e saída da carga dos centros urbanos, além do conforto e da segurança dos caminhoneiros e a melhoria do trânsito nos horários de pico. O poder público, através dos Consórcios, deve propor e assumir o gerenciamento desses pátios, que deverão ser financiados com verbas dos governos Estadual e Federal. (P210) **Setorial**
- Implantação do Porto Seco – Sudoeste, rodoviário e ferroviário integrado, em área na divisa entre os municípios de Itapeverica da Serra e São Lourenço da Serra, em ponto contíguo a Rodovia Regis Bittencourt – BR 116. (PSC08) **Setorial**
- Implantação do Ferroanel, privilegiando traçados próximos ao sistema rodoviário de acesso ao Rodoanel, de modo a facilitar a intermodalidade rodoferroviária no transporte de cargas. (E) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Construção de “via auxiliar” ao longo da rede atual da CPTM, para uso do transporte ferroviário de carga com origem e destino internos à RMSP, evitando o uso compartilhado dos trilhos pelos trens de carga e de passageiros. (E) **Setorial**
- Criação de corredor exclusivo para caminhões na pista expressa da marginal do Tietê, entre a rodovia Dutra e a Rodovia Anhanguera, até ser concluído o trecho norte do rodoanel. **Municipal**
- Implantação do Hidroanel Metropolitano. (E) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Criação de incentivos para que os veículos de transporte de carga adotem tecnologia limpa (benefícios fiscais, liberação na circulação etc.). (P108) **Setorial**
- Criação de Programa de incentivo à entrega noturna para os municípios da região metropolitana que apresentam conflito no uso diurno do espaço urbano, principalmente nas regiões centrais. (P108) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Regulamentação da implantação de estacionamento temporário de entrega de mercadorias em prédios novos ou mesmo em ruas novas, em Cajamar. (PSC12) **Municipal**

6. INSTRUMENTOS

- Propostas do Plano Diretor de Logística e Transporte – PDLT 2030 concluído no que se refere ao território da Macrometrópole. (Dersa)
- Financiamento para grandes investimentos em logística e transportes (E) **Governança**
- Regulamentação metropolitana para o transporte de cargas (normatização da circulação da carga na RMSP, tipologia de veículos, normatização para o estacionamento de veículos de carga, etc): (E) (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região - SETCESP) **Governança**

PDUJ-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 20/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema Viário

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P09

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Rever e expandir o Sistema Viário Metropolitano (SIVIM), criado pelo Decreto Estadual Nº 50.684/2006, de modo a (P09):

- Adicionar às funções do SIVIM a função de transição entre o sistema rodoviário e o sistema viário urbano local, melhorando a conectividade do sistema viário estrutural metropolitano e macrometropolitano com as vias municipais. (E) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Promover a concepção e gestão compartilhada do SIVIM entre Estado e Municípios. (E) **Governança**
- Estabelecer um processo de priorização das obras viárias de caráter metropolitano contidas no Plano de Ações do SIVIM – 2012 e nos Planos Diretores Municipais, de modo a promover a conectividade viária da Região Metropolitana e desta com a Macrometrópole, dando continuidade física e padronização às vias que fazem as principais conexões entre os municípios da RMSP e destes com a Macrometrópole. (E) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Estabelecer padrões, procedimentos e parâmetros para projetos, operação e manutenção do sistema viário que compõe o SIVIM. (E) **Setorial**
- Articular o SIVIM aos programas de Corredores de Ônibus Metropolitanos (EMTU) - PPA 2016-19 e LOA 2016 e, quando necessário, à melhoria da conectividade metropolitana e os corredores municipais. (E) **Setorial com Governança Metropolitana**

4. PROGRAMAS

Expansão do SIVIM

5. PROJETOS E AÇÕES

- Estabelecimento de normas referentes a padrões, procedimentos e parâmetros para orientar planos e projetos referentes ao sistema viário que compõe o SIVIM. (GT) (E) **Governança**
- Plano de revisão e expansão da rede SIVIM, incluindo, além do conjunto de vias utilizadas pelo serviço metropolitano de transporte coletivo urbano de passageiros:
 - vias de caráter estrutural que favoreçam deslocamentos multimodais entre os municípios que compõem a RMSP e entre estes e a Macrometrópole

- vias de transição entre o sistema rodoviário e o sistema viário urbano local, melhorando a conectividade entre sistema viário estrutural macrometropolitano e vias municipais. (GT) (E)
- Ação para complementação / alteração do Decreto Estadual nº 50.684/2006, que instituiu o SIVIM, de modo a:
 - Rever o Artigo 1º, incluindo no Sistema, além do conjunto de vias utilizadas pelo serviço metropolitano de transporte coletivo urbano de passageiros, sobre pneus
 - vias de caráter estrutural que permitam deslocamentos entre os municípios que compõem a RMSP e destes com a Macrometrópole. Tais vias serão classificadas nas categorias “SISTEMA VIÁRIO METROPOLITANO” e “SISTEMA VIÁRIO MACROMETROPOLITANO”
 - vias de transição entre o sistema rodoviário e o sistema viário urbano local, que melhorem a conectividade do sistema viário estrutural macrometropolitano com as vias municipais. Tais vias irão compor uma nova categoria do SIVIM a ser chamada “SISTEMA VIÁRIO DE TRANSIÇÃO”.
 - Detalhar o Artigo 2º - II sobre padronização do sistema viário que compõe o SIVIM. (GT) (E)
- Projetos e ações para implementação das obras de curto, médio e longo prazo, previstas no Plano de Ações do SIVIM – 2012. (GT) (E) **Setorial com Governança Metropolitana**

6. INSTRUMENTOS

- Instrumentos interfederativos que garantam recursos e projetos para a expansão do Sistema Viário Metropolitano (SIVIM). (E)
- Sistema de georreferenciamento com permanente atualização das informações de apoio à gestão do Sistema Viário Metropolitano (SIVIM). (E)
- Normas referentes a padrões, procedimentos e parâmetros para orientar planos e projetos para o Sistema Viário Metropolitano (SIVIM). (E)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Quando o SIVIM foi instituído o enfoque principal era garantir o sistema viário para circulação dos ônibus intermunicipais. Uma atualização do SIVIM é sua transformação em sistema viário estrutural de âmbito metropolitano com soluções de integração ao sistema viário local.

Cabe observar também que a estrutura de planejamento, gestão, implementação e fiscalização do Sistema Viário Metropolitano carece de competência clara.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema Viário

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: 18(P), 38(P), 105 (P), 135(P), 135(P), 136(P), 141(P), 142(P), 152 (P), 164 (P), 169 (P) e 227(P), 170 (P), 175 (P), 176 (P), 177 (P), 179 (P), 183 (P), 185 (P), 187 (P), 190 (P), 199 (P), 204 (P), 206 (P), 209 (P), 219 (P), 225 (P), 226 (P), 2(PSC), 16(PSC), 17(PSC), 28 (PSC)

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Promover a expansão e a conectividade do sistema viário estrutural metropolitano, com prioridade para as obras de interligação entre os municípios, sem induzir a ocupação de áreas de proteção ambiental.

4. PROGRAMAS

Expansão e Padronização do Sistema Viário de Interesse Metropolitano **Setorial com Governança Metropolitana**

5. PROJETOS E AÇÕES

Obras solicitadas em nome da conectividade viária da Região Metropolitana, em geral envolvendo continuidade física e de padrão das vias (seção transversal mínima, pavimento, sinalização, desempenho, segurança, priorização de modos, etc.):

- Implantação da Avenida Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores, entre Guarulhos e Santo André. 18 (P)
- Duplicação de Via Urbana entre São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi. 38 (P)
- Melhoria da conectividade do sistema viário estrutural macrometropolitano da Rodovia Castelo Branco, Rodovia Anhanguera, Rodoanel e à Rodovia Raposo Tavares com as vias municipais. 105 (P)
- Implantação da Perimetral Sul que interliga a SP-98 à SP-66 beneficiando as cidade de Mogi das Cruzes, Guararema e Bertiooga. 135 (P);
- Implantação de anel viário ligando Mogi das Cruzes a Salesópolis e Biritiba Mirim. 136 (P)

- Implantação de eixo diagonal norte passando pelas Avenidas Governador Adhemar de Barros, Anchieta estendendo-se pela rodovia SP-66 até Suzano, Poá e Ferraz. 141 (P)
- Implantação de ligação entre Mogi das Cruzes e Suzano pela Avenida Áurea Martins dos Anjos. 142 (P)
- Reestruturação da SP-23 desde Nazaré Paulista até a Rodovia Anhanguera em Cajamar. 152 (P)
- Interligação da Estrada Estadual SP-23 à Estrada Federal Fernão Dias, por meio de conectivo externo ao centro urbano, utilizando o Bairro do Barreiro. 164 (P) e 28 (PSC)
- Implantação da Via Mar, de interligação entre a Região do Alto Tietê e o Porto de Santos. 169 (P) e 227 (P)
- Interligação da SP 98 (Mogi-Bertioga) e da SP 88 (Mogi Dutra) ao corredor Leste-Oeste, através da Estrada Evangelho Pleno e da Estrada da Volta Fria. 170 (P)
- Melhorias no sistema viário intermunicipal entre as cidades de Suzano e Ferraz de Vasconcelos, acesso à Radial Leste, duplicando a via urbana que margeia a linha férrea da CPTM, no lado sul. 175 (P)
- Prolongamento da Avenida Roberto Simonsen até a Estrada dos Fernandes, dentro do município de Suzano, onde vai estar uma das alças de acesso para o Rodoanel Leste. 176 (P)
- Conexão do Trecho Leste do Rodoanel com a Rodovia SP-66 (São Paulo/Rio de Janeiro), através da construção dos acessos para entrada e saída de veículos. 177 (P)
- Duplicação da Avenida Mário Covas, principal via de ligação entre as cidades de Itaquaquecetuba, Poá e Suzano, com a Rodovia Ayrton Senna. 179 (P).
- Abertura de novos acessos de entrada e saída ao longo das cidades que se desenvolveram nas margens da Rodovia Ayrton Senna – Guarulhos (Estrada do Bom Sucesso) e Mogi das Cruzes (Distrito Industrial do Taboão). 183 (P)
- Ligação Leste-Oeste entre os municípios da Sub-Região Norte com a ampliação da SP-23 até a Rodovia Anhanguera, em Cajamar. 185(P)
- Reestruturação da Ligação Norte-Sul (SP-332- Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves), com a duplicação e remodelação da rodovia desde São Paulo, Km 10 até Campinas/SP, Km 100. Ampliação dos acessos às outras rodovias para garantia da conectividade entre os municípios. 187 (P) e 199 (P)
- Criação de conectividade entre a Rodovia dos Bandeirantes e Rodovia Anhanguera e de acesso aos municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Cajamar, cortados por ambas as estradas estaduais por onde passam. 190 (P)
- Interligação entre a Fernão Dias, Bandeirantes e Anhanguera e abertura de acesso nos municípios, especialmente Franco da Rocha, Caieiras, Francisco Morato e Cajamar à Bandeirantes e Anhanguera. 204 (P)
- Requalificação da Estrada dos Romeiros, ligação entre Cajamar, Caieiras e Franco da Rocha, viabilizando a conectividade da sub-região norte. 206 (P)
- Prolongamento da Radial Leste até a ligação Suzano-Mogi das Cruzes. 209 (P)
- Implantação da Via Leste, interligação das Avenidas Salim Farah Maluf / Jacú Pêssego e a Alça do Rodoanel / Estrada dos Fernandes. 219 (P)
- Transposição da linha férrea que atravessa a SP-31 na interligação da Região do Alto Tietê com a o ABCD. 225 (P)
- Acesso direto à Rodovia Ayrton Senna, com a interligação da Avenida Mario Covas Jr. à Estrada Volta Fria e Estrada Furuyama, vias perimetrais de Mogi das Cruzes, Suzano e Ferraz de Vasconcelos. 226 (P)
- Acesso ao Rodoanel em Embu-Guaçu e ao Terminal Varginha 2(PSC)
- Rodovia Estadual Guararema – Salesópolis 16(PSC)
- Rodovia Estadual Guararema – Santa Isabel 17(PSC)

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

Comentários específicos sobre os Projetos/Ações

As propostas relacionadas a seguir já estão contempladas total ou parcialmente no Plano de Ações do SIVIM – 2012:

- Duplicação de Via Urbana entre São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi. 38 (P)
- Implantação da Perimetral Sul que interliga a SP-98 à SP-66 beneficiando as cidade de Mogi das Cruzes, Guararema e Bertioga. 135 (P);

- Implantação de anel viário ligando Mogi das Cruzes a Salesópolis e Biritiba Mirim. 136 (P)
- Reestruturação da SP-23 desde Nazaré Paulista até a Rodovia Anhanguera em Cajamar. 152 (P)
- Interligação da SP 98 (Mogi-Bertioga) e da SP 88 (Mogi Dutra) ao corredor Leste-Oeste, através da Estrada Evangelho Pleno e da Estrada da Volta Fria. 170 (P) (apenas a sinalização da via está prevista no SIVIM)
- Requalificação do sistema viário intermunicipal entre as cidades de Suzano e Ferraz de Vasconcelos, acesso à Radial Leste, duplicando a via urbana que margeia a linha férrea da CPTM, no lado sul. 175 (P)
- Prolongamento da Avenida Roberto Simonsen até a Estrada dos Fernandes, dentro do município de Suzano, onde vai estar uma das alças de acesso para o Rodoanel Leste. 176 (P)
- Reestruturação da Ligação Norte-Sul (SP-332- Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves), com a duplicação e remodelação da rodovia desde São Paulo, Km 10 até Campinas/SP, Km 100. Ampliação dos acessos às outras rodovias para garantia da conectividade entre os municípios. 187 (P) e 199 (P)
- Criação de conectividade entre a Rodovia dos Bandeirantes e Rodovia Anhanguera e de acesso aos municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Cajamar, cortados por ambas as estradas estaduais por onde passam. 190 (P)
- Transposição da linha férrea que atravessa a SP-31 na interligação da Região do Alto Tietê com a o ABCD. 225 (P)
- Acesso direto à Rodovia Ayrton Senna, com a interligação da Avenida Mario Covas Jr. à Estrada Volta Fria e Estrada Furuyama, vias perimetrais de Mogi das Cruzes, Suzano e Ferraz de Vasconcelos. 226 (P)

ATENÇÃO-1: Propostas sem informações para espacialização do traçado viário, ou propostas com informações imprecisas quanto à descrição do traçado viário

- Melhoria da conectividade do sistema viário estrutural macrometropolitano da Rodovia Castelo Branco, Rodovia Anhanguera, Rodoanel e à Rodovia Raposo Tavares com as vias municipais. 105 (P)
- Criação de conectividade entre a Rodovia dos Bandeirantes e Rodovia Anhanguera e de acesso aos municípios de Caieiras, Franco da Rocha e Cajamar, cortados por ambas as estradas estaduais por onde passam. 190 (P)
- Interligação entre a Fernão Dias, Bandeirantes e Anhanguera e abertura de acesso nos municípios, especialmente Franco da Rocha, Caieiras, Francisco Morato e Cajamar à Bandeirantes e Anhanguera. 204 (P)
- Melhorias na Estrada dos Romeiros, ligação entre Cajamar, Caieiras e Franco da Rocha, viabilizando a conectividade da sub-região norte. 206 (P)

✓ **ATENÇÃO-2: Propostas cujo traçado delimita ou cruza espaços ainda não ocupados**

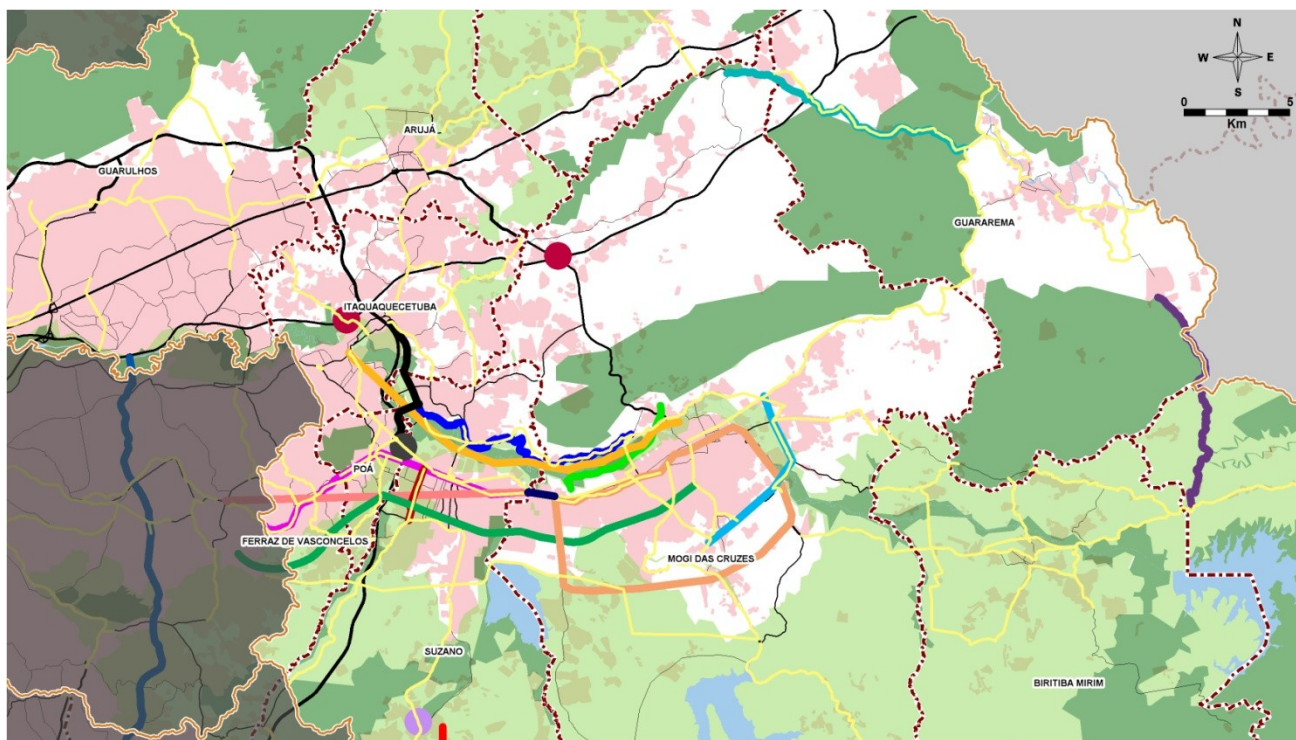
- Implantação da Perimetral Sul que interliga a SP-98 à SP-66 beneficiando as cidade de Mogi das Cruzes, Guararema e Bertioga. 135 (P);
- Implantação de anel viário ligando Mogi das Cruzes a Salesópolis e Biritiba Mirim. 136 (P)
- Ligação Leste-Oeste entre os municípios da Sub-Região Norte com a ampliação da SP-23 até a Rodovia Anhanguera, em Cajamar. 185(P)

✓ **ATENÇÃO-3: Propostas cujo traçado invade ou delimita áreas de proteção ambiental, algumas próximas a sistemas hídricos associados à produção de água (envolvem a inclusão de soluções eficientes de proteção ambiental, tanto na inserção territorial das vias como em seus projetos de implantação)**

- Reestruturação da SP-23 desde Nazaré Paulista até a Rodovia Anhanguera em Cajamar. 152 (P)
- Implantação da Via Mar, de interligação entre a Região do Alto Tietê e o Porto de Santos. 169 (P) e 227 (P)
- Interligação da SP 98 (Mogi-Bertioga) e da SP 88 (Mogi Dutra) ao corredor Leste-Oeste, através da Estrada Evangelho Pleno e da Estrada da Volta Fria. 170 (P)
- Acesso direto à Rodovia Ayrton Senna, com a interligação da Avenida Mario Covas Jr. à Estrada Volta Fria e Estrada Furuyama , vias perimetrais de Mogi das Cruzes, Suzano e Ferraz de Vasconcelos. 226 (P)
- Duplicação da Avenida Mário Covas, principal via de ligação entre as cidades de Itaquaquecetuba, Poá e Suzano, com a Rodovia Ayrton Senna. 179 (P).
- Rodovia Estadual Guararema – Salesópolis 16 (PSC)
- Rodovia Estadual Guararema – Santa Isabel 17 (PSC)

✓ **ATENÇÃO-4: Propostas que envolvem autorização da DERSA**

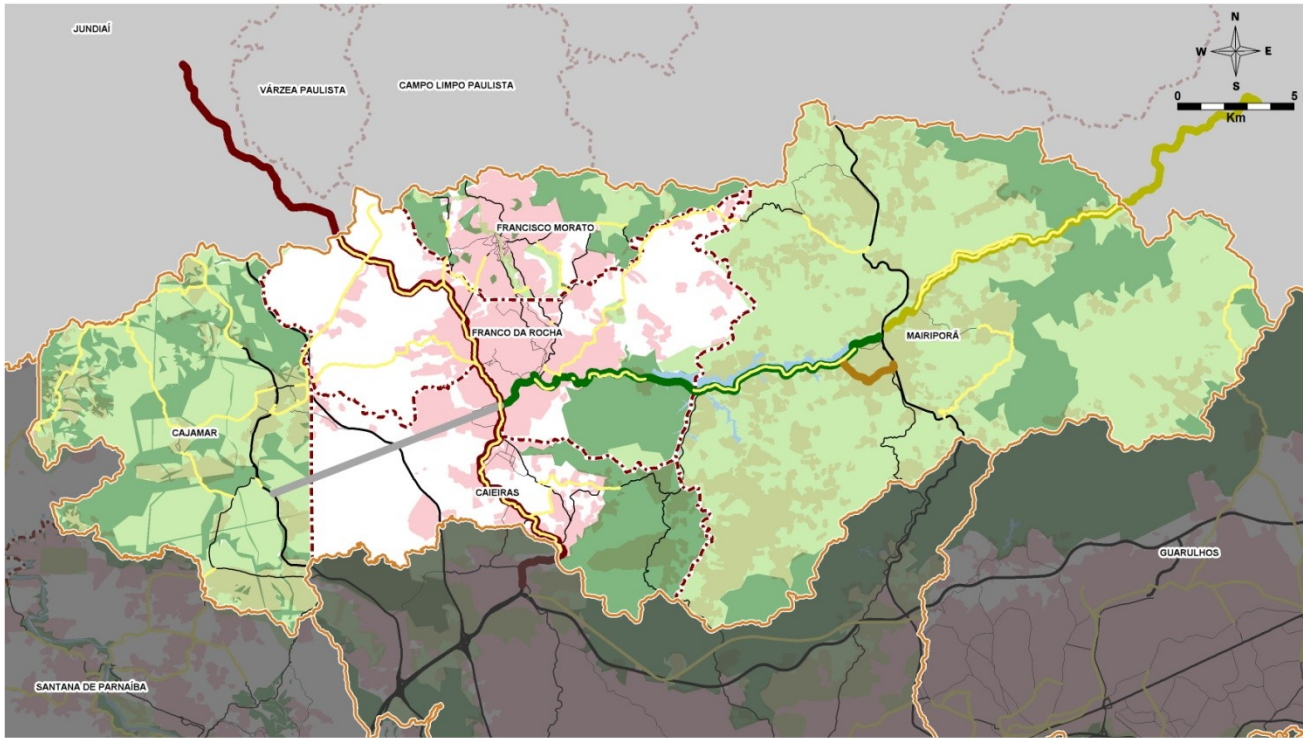
- Conexão do Trecho Leste do Rodoanel com a Rodovia SP-66 (São Paulo/Rio de Janeiro), através da construção dos acessos para entrada e saída de veículos. 177 (P)
- Acesso ao Rodoanel em Embu-Guaçu e Terminal Varginha. 2 (PSC)



LEGENDA

- | | | |
|--|---|---|
| <p>A</p> <ul style="list-style-type: none"> Nome de Municípios Limite Municipal Limite Subregional Área Urbana Área ambiental - Uso Sustentável Área ambiental - Restrição à ocupação Corpo D'água | <ul style="list-style-type: none"> Obras previstas do SIVIM Metropolitana Secundária Metropolitana Macrometropolitana Rodoanel | <p>Obras propostas via plataforma:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Nº 163 - Acesso à Rodovia Artur Senna ● Nº 177 - Conexão Rodovias SP66 ● Nº 225 - Transposição de linha férrea que atravessa SP-31 ■ Nº 10 - PSC - Rodovia Estadual Guararema a Subopórbica ■ Nº 11 - Conexão da Rodovia Estadual Guararema - Santa Isabel ■ Nº 142 - Nova ligação M. Cruzes/Suzano ■ Nº 169.227 - Via Mar ■ Nº 38.171 - Requalificação viária F. Vascconcelos/Suzano ■ Nº 209.219 - Prolongamento da Rod. Leste ■ Nº 176 - Prolongamento Av. Roberto Simonsen ■ Nº 135 - Petrópolis Sul ■ Nº 170 - Interligação SP66/SP68 ■ Nº 220 - Interlig. Maro Cosari Jr. Elin. Velloso Fria e Est. Fátima ■ Nº 178.144 - Faixa de Ombus SP-06 ■ Nº 141 - Eixo Diagonal Norte ■ Nº 187.180.189 - Duplicação e remodelação de rodovia SP-332 ■ Nº 179 - Duplicação Av. Manoel Cosari Júnior ■ Nº 18 - Av. Jacu Pessagno Diagonal Eixo Guarulhos-Santa Anália ■ Nº 38.136 -ANEL VIÁRIO |
|--|---|---|

* PSC - Proposta da Sociedade Civil



LEGENDA

- | | | |
|---|--|---|
| <p>A Nome de Municípios</p> <p>--- Limite Municipal</p> <p>--- Limite Subregional</p> <p>Área Urbana</p> <p>Área ambiental - Uso Sustentável</p> <p>Área ambiental - Restrição à ocupação</p> <p>Corpo D'água</p> | <p>— Obras previstas do SIVIM</p> <p>— Metropolitana Secundária</p> <p>— Metropolitana</p> <p>— Macrometropolitana</p> <p>— Rodoanel</p> | <p>Obras propostas via plataforma:</p> <p>■ Nº 152 - 1ª SP 23 - Trecho Nazaré Paulista a Mairiporá</p> <p>■ Nº 164, 28ª SP 23 - Conexividade da Estrada SP 23 à Fênix Dias</p> <p>■ Nº 185 - Ligação Leste-Oeste na Subregião Norte</p> <p>■ Nº 152 - Reestruturação da SP 23</p> <p>■ Nº 187, 196, 199 - Duplicação e reestruturação da rodovia SP 332</p> |
|---|--|---|

* PSC - Proposta da Sociedade Civil

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema Viário

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P08, P107

Propostas do Grupo de Trabalho: (GT)

Propostas da Emplasa: (E)

3. DIRETRIZ

Promover a mobilidade ativa quanto a:

- Prever nos projetos dos equipamentos das redes estruturais de transportes instalações que favoreçam a integração dos modos individuais com os modos coletivos de alta capacidade. (P08)
- Conectividade e padrão (de projeto da via, equipamentos, comunicação e segurança) da infraestrutura cicloviária dos municípios metropolitanos. (P08) **Fora do escopo do Plano/ Escala Municipal**
- Qualidade de calçadas e passarelas adequada aos deslocamentos a pé. (P107) **Municipal**

4. PROGRAMAS

5. PROJETOS E AÇÕES

- Elaboração de um Plano Cicloviário Metropolitano. (P107) **Fora do escopo (escala) do PDUI**

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

De fato, deslocamentos a pé e por bicicleta têm escala local. Assim, na elaboração de um Plano Cicloviário, o desenho da rede cicloviária e a especificação de seus equipamentos de apoio devem, sempre que pertinente, estar associados a programas de implantação de linhas de transporte coletivo de alta e média capacidade.

Na elaboração de um Plano Cicloviário também é relevante a compatibilidade de suas propostas com outras de requalificação urbana e de circulação entre espaços conurbados que cruzam limites municipais

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Sistema Viário

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P10 , P129

Propostas do Grupo de Trabalho:

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Estimular a integração do automóvel com o transporte coletivo.

4. PROGRAMAS

5. PROJETOS E AÇÕES

- Estimular a construção de estacionamentos de automóveis conveniados ao metrô, ferrovias e ônibus a 500 metros dos terminais, fora do centro expandido do Município de São Paulo e das áreas centrais dos demais municípios da RMSP. (P10 e 129) **Setorial/ Municipal**

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

Comentários específicos com relação à Diretriz

Para viabilizar a diminuição da ocupação das vias por veículos automotores, reduzindo o congestionamento e a emissão de poluentes, a construção de estacionamentos de automóveis conveniados ao metrô, ferrovias e ônibus deve ocorrer apenas fora do centro expandido do Município de São Paulo e das áreas centrais dos demais municípios da RMSP.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

SIGLAS: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Regulamentação para a criação e alteração de linhas de ônibus em áreas de proteção ambiental da RMSP.

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P59

Propostas do Grupo de Trabalho:

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Regular a criação e alteração de linhas de ônibus em áreas de proteção ambiental da RMSP para não incentivar a ocupação e adensamento urbano dessas regiões, estabelecendo a obrigatoriedade de autorização prévia dos organismos ambientais, de planejamento territorial e de transporte do Estado de São Paulo e dos municípios metropolitanos envolvidos. (P59)

4. PROGRAMAS

- I. Regulamentação da provação ou alteração de linhas de transporte por ônibus cujo percurso esteja inserido em áreas de proteção ambiental da RMSP, subscrita pelos titulares das seguintes secretarias municipais e estaduais (P59):
 - No âmbito do município de São Paulo: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Conselho Gestor da APA com jurisdição na área (se existente);
 - No âmbito dos demais municípios: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
 - No âmbito estadual: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, Fundação Florestal e Instituto Florestal.

5. PROJETOS E AÇÕES

- Criar e implementar regulamentação da aprovação ou alteração de linhas de transporte por ônibus cujo percurso esteja inserido em áreas de proteção ambiental da RMSP. (P59)

6. INSTRUMENTOS

- Legislação que regulamente a provação ou alteração de linhas de transporte por ônibus cujo percurso esteja inserido em áreas de proteção ambiental da RMSP. (P59) **Governança**
 - Criação de um fórum/protocolo metropolitano intergovernamental, com a participação de todos os organismos estaduais e municipais competentes, com poder de autorizar ou não a criação ou ampliação de linhas de ônibus de caráter urbano ou rural em área de proteção ambiental. (P59) **Governança**
-

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

As áreas de proteção ambiental da RMSP configuram um território ambientalmente frágil devido não só à presença de mananciais de abastecimento hídrico, mas também à sua significativa biodiversidade e às suas características geológicas e geotécnicas, demandando cuidados especiais para sua conservação e preservação. A par desses atributos a serem preservados, áreas de proteção ambiental da RMSP têm importante papel na prestação de serviços ambientais essenciais para a sustentação da vida urbana das gerações presentes e futuras. Considerando-se que o fator acessibilidade constitui um elemento decisivo no estímulo à ocupação territorial e que o controle dessa ocupação é justamente um dos fatores-chave na preservação e recuperação ambientais, qualquer ação com potencial para aumentar a acessibilidade no âmbito das áreas de proteção, mesmo que a implantação de uma linha de ônibus, não pode ter seguimento sem a prévia concordância das entidades de controle ambiental com jurisdição sobre aquela área específica.

EIXO : MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Eixos Metropolitanos

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P16

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Adensar e qualificar o espaço urbano que envolve a rede de corredores de alta e média capacidade. (P16)

4. PROGRAMAS

I. Programa metropolitano de incentivo ao adensamento no entorno dos eixos de alta e média capacidade. (GT)

5. PROJETOS E AÇÕES

6. INSTRUMENTOS

Estabelecer nos Planos Diretores Municipais instrumentos urbanísticos para promoção de adensamento urbano e qualificação urbanística ao longo do sistema de transporte de alta e média capacidade. (E) **Municipal com Governança Metropolitana**

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Essa diretriz é coerente com a concepção de adensamento do espaço urbano e aproveitamento da capacidade de transporte oferecida pela rede de transporte estrutural.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano e Transportes e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Áreas de Intervenção Metropolitana (AIM's)

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P45, P46 e P47.

Propostas do Grupo de Trabalho: GT.

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Desenvolver Áreas de Intervenção Metropolitana ao longo de eixos estruturais de circulação, no entorno de seus acessos, bem como junto a equipamentos de transporte caráter metropolitano, visando:

- Associar o sistema de transporte coletivo estrutural com o zoneamento de forma a incentivar a formação de novas centralidades. (GT)
- Promover o desenvolvimento regional por meio do transporte coletivo estrutural. (GT)
- Possibilitar o desenvolvimento sub-regional através de linhas perimetrais da rede de transporte coletivo estrutural ampliada. (GT)
- Promover o reordenamento urbano e a valorização das vocações regionais, através da racionalização dos deslocamentos urbanos. (GT)
- Promover o adensamento de atividades econômicas ao longo da rede de transporte coletivo estrutural. (GT)

4. PROGRAMAS

- I. Demarcação de Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) para realização de projetos de interesse metropolitano.
 - Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) – Eixo urbano da Rodovia Fernão Dias. (P45)
 - Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) – Região no entorno dos trevos do Rodoanel - Trecho Norte (alça Aeroporto de Cumbica, Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna), criando Zonas Especiais de Interesse Econômico. (P46)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Avaliar e implantar infraestrutura compatível com o desenvolvimento regional, visando atendimento às demandas empresariais e sociais e atraindo novos empreendimentos. (P45)
- Desenvolver ações e projetos que potencializem o desenvolvimento econômico e social das regiões ao longo de eixos estruturais de circulação, no entorno de seus acessos, bem como junto a equipamentos de caráter metropolitano, para o transporte de passageiros e carga, através das seguintes ações: (P45) (P46) (P47)
 - Desenvolver parceria público privado para o desenvolvimento dos eixos estruturais. (P45) (P46)
 - Recuperar áreas degradadas e com vulnerabilidade social.
 - Elaborar, com a participação social, projeto urbano de ocupação e adequação da região no entorno dos trevos do Rodoanel - Trecho Norte (alça Aeroporto de Cumbica, Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna), criando uma Zona Especial de Interesse Econômico Metropolitana, prevendo zoneamento específico, soluções para o sistema viário de suporte (local e regional), sistema de transporte coletivo e de carga, soluções para a preservação do meio ambiente, soluções para infraestrutura, em especial drenagem e saneamento ambiental. (P46)
 - Elaborar projeto de qualificação e reabilitação urbana (zoneamento, sistema viário, transporte, meio ambiente), com a participação social, do eixo urbano da Rodovia Fernão Dias, com especial atenção ao novo trevo de interligação entre o Rodoanel e a Rodovia Fernão Dias, bem como do trevo existente entre a Rodovia Presidente Dutra e a Fernão Dias. Considerar ainda o prolongamento do eixo da Rodovia Fernão Dias pela Avenida Aricanduva, interligando o Rodoanel com a região do ABC e Mauá. (P45)
 - Desenvolver, em parceria com os operadores logísticos, o programa de logística de transporte de cargas, com possibilidade de implantação de áreas de transbordo/terminais de carga. (P45 e 46)
 - Criar um regime próprio Aduaneiro Especial incentivando as operações de importação, transformação e exportação. (P47) **Setorial**
 - Elaborar projeto de qualificação e reabilitação urbana no entorno do Aeroporto de Guarulhos, contemplando a possibilidade de parcerias público-privado (zoneamento, sistema viário, transporte, meio ambiente, habitação de interesse social, etc). (P47)
 - Identificar vocações econômicas, estimulando novos nichos de mercado, com potencial de tecnologia de ponta, promover medidas de realocação de atividades conflitantes com atividade aeroportuária e criar mecanismos que incentive a ampliação das atividades aeroportuárias visando a estabelecer um polo regional de negócios. (P47)
 - Potencializar as áreas no entorno dos seguintes equipamentos: Terminal de Cargas Fernão Dias, Aeroporto Internacional de Guarulhos, Ferroanel, Rodoanel etc. (P45)
 - Prever a relação com o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Ferroanel e criar políticas de fomento econômico e de aproveitamento das infraestruturas. (P46)
 - Considerar, propor e adequar as restrições aeroportuárias na definição do Macrozoneamento Metropolitano. (P47)
 - Definir medidas garantindo a segurança das operações aeroportuárias e evitando os conflitos de uso e ocupação do solo. (P47). **Setorial**
 - Implantar política fiscal que atraia novos empreendimentos em conformidade com a vocação e os usos definidos para a região. (P45 e P46) **Setorial com Governança Metropolitana.**
 - Promover ações de capacitação e qualificação profissional através de parcerias com universidades e escolas técnicas. (P45) **Fora do escopo PDUI.**
 - Criar conselho de acompanhamento e tomada de decisões com representatividade social e estatal. (P45). **Governança.**

6. INSTRUMENTOS

- Legislação específica para AIMs ao longo da rede estrutural de circulação, a exemplo de Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privado, Contribuição de Melhoria, incentivos e benefícios fiscais e financeiros. (E)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EEMPLASA

ATENÇÃO: O desenvolvimento de Áreas de Intervenção Metropolitana ao longo da rede estrutural de circulação pode ser incompatível com a preservação de áreas de proteção ambiental. Assim, sugere-se que a ocupação de áreas junto a eixos estruturais de circulação, inseridos em áreas de proteção ambiental e/ou áreas cujo adensamento urbano não é desejável, seja submetida a análises dos órgãos competentes, em um exercício de governança interfederativa.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Mobilidade, Transporte e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 25/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Priorização no uso de terrenos públicos para projetos ligados à mobilidade metropolitana.

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P31

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Priorizar o uso de terrenos públicos para projetos ligados à mobilidade metropolitana. (P31) (GT)

4. PROGRAMAS

Resguardar e priorizar, para atendimento de projetos ligados à mobilidade metropolitana, terrenos vazios de propriedade pública, localizados nos eixos dos projetos (P 31)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Prever nas propostas dos Planos Diretores Municipais e Planos de Mobilidade reserva de áreas para os investimentos estruturais de transportes. **Municipal**

- **6. INSTRUMENTOS**

- Compatibilização dos planos diretores municipais e dos planos de mobilidade para a criação de um Plano de Mobilidade Metropolitano. (GT)

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Habitação e Vulnerabilidade Social

Análise: UDU - Unidade de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Data da última revisão: 14/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC= Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Áreas de Risco

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-1, P-88, P-116, P-151, P-161, P-184

Propostas do Grupo de Trabalho: GT-10 e GT-11

Propostas da Emplasa: E-2, E-3, E-4

3. DIRETRIZ

Controlar os assentamentos em áreas de risco e reassentar a população, quando necessário. (E-2)

4. PROGRAMAS

I. Programa de Remoção Preventiva de Moradias em áreas de risco muito alto. (P-1)

II. Gestão Metropolitana de Áreas de risco (GT-10) **Governança**

III. Gestão de Riscos e Respostas à Desastres (P-88) **Governança**

. Produção habitacional em larga escala para atender a demanda das ocupações em áreas de risco - Sub-região Norte (P-151)
Setorial

5. PROJETOS E AÇÕES

Criação de uma instância metropolitana de gestão e monitoramento de áreas de risco para tomada de decisões em conjunto. (GT-11) - Ação dos Programas II e III **Governança**

Mapear e manter cadastro atualizado das situações de risco. (E-3) - Ação dos Programas I, II e III

Aperfeiçoar ou implantar um sistema de instrumentos de alerta da Defesa Civil. (E-4) - Ação dos Programas II e III **Setorial com Governança Metropolitana**

6. INSTRUMENTOS

Mapeamento Digital das Áreas de Risco da RMSP (P-161, P-116 e P-184) - Instrumento dos Programas I, II e III

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

O tema das áreas de risco é pertinente e de âmbito metropolitano. As propostas recebidas são adequadas ao tema e se complementam. A Proposta P-88, embora apresente um título bastante significativo, não apresenta conteúdo muito desenvolvido, dessa forma ela foi utilizada para englobar as demais propostas que estão relacionadas. É necessário um maior detalhamento e aprofundamento do Programa, com especial atenção à questão da governança metropolitana, que deverá ser feito através de entendimentos com os setoriais envolvidos: Defesa Civil, Secretaria de Habitação, órgãos técnicos como o IPT e o IG, entre outros.

Nas conversas desenvolvidas nas oficinas de trabalho com o poder público, percebeu-se o vácuo que há na gestão das áreas de risco entre os municípios, que vai desde a identificação das áreas (metodologias, periodicidades diferentes, etc.) até a gestão propriamente dita. O PDUI poderá avançar nesse sentido, como mostram as propostas colhidas e que foram aderentes a esse problema.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

EIXO e TEMA: Habitação e Vulnerabilidade Social - Áreas de Risco

DIRETRIZ: Controlar os assentamentos em áreas de risco e reassentar a população, quando necessário. (E-2)

PROGRAMAS:

Programa de Gestão Metropolitana de Áreas de Risco

Inclui as propostas **P-1**, **P-88** e **P-151** com a gestão, cadastramento e monitoramento das áreas de risco da RMSP, eventuais remoções e reassentamentos e provisão habitacional

Os Programas desta diretriz devem estar alinhados ao preconizado na PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal 12.608/2012), no PDN – Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (Decreto Estadual nº 57.512, de 11/11/2011).

Programas associados: PPA 2016-2019: 2510 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários; Programa de Remoções Preventivas do Grande ABC

PROJETOS E AÇÕES:

Criação de uma instância metropolitana de gestão e monitoramento de áreas de risco para tomada de decisões em conjunto. (GT-11) **G**

Promover um mapeamento e cadastro periódico das situações de risco. (E-3) **Governança**

Aperfeiçoar ou implantar um Sistema de Alerta da Defesa Civil (E-4) **Governança**

Articular política de remoção preventiva de moradias, com aporte de recursos para auxílio aluguel até a solução habitacional definitiva (**P-1**) **Setorial com Governança Metropolitana**

Recuperação ambiental das áreas desocupadas (**P-1** e sugestão vinda da oficina sub-regional)

INSTRUMENTOS:

Monitoramento metropolitano permanente com mapeamento das áreas de risco e alagamentos com foco em locais recorrentemente afetados (**P-116**, **P-161** e **P-184**)

SIM - Sistema de Informações Metropolitanas

AGENTES/ATORES:

Prefeituras - Secretarias de Habitação e de Meio Ambiente dos Municípios da RMSP

Defesa Civil Municipal

Defesa Civil Estadual

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

IG - Instituto Geológico

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma¹ / Poder Público PSC= Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Mudanças Climáticas / Qualidade do ar

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-04, P-14, P-29, P-30, P-41, P-42, P-43, P-163

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

- Controle da Poluição do Ar

4. PROGRAMAS

I. Programa de melhoria da qualidade do ar pelo controle da emissões de veículos automotores licenciados na Região Metropolitana de São Paulo. (P-30) - **Setorial**

II. Programa de substituição gradativa de combustíveis fósseis por não fósseis. (P-41) **Setorial/Governança**

III. Programa de instalação de filtros em ônibus do sistema de transporte. (P-43) **Setorial**

IV. Programa Energético Metropolitano (GT) **Setorial**

V. Programa metropolitano de enfrentamento às mudanças climáticas. (P-04, P-163, P-14)

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa II: Programa de substituição gradativa de combustíveis fósseis por não fósseis.

- Estabelecer um sistema integrado entre Estado e Municípios para controlar a instalação dos grupos motogeradores, de modo a impor progressivamente a substituição de seus combustíveis fósseis por não fósseis. (P-42) **Governança / Setorial**

Programa IV: Programa Energético Metropolitano

- Ampliar o uso de energia solar nos edifícios públicos e privados, de modo a diminuir a demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN) e alavancar a estruturação da cadeia produtiva associada à energia solar. (P-29)

Programa V: Programa metropolitano de enfrentamento às mudanças climáticas

¹ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

- Produção de um diagnóstico da RMSP, no que se refere às suas emissões de dióxido e carbono por seus diversos setores: energia, processos industriais, resíduos sólidos e agricultura, florestas e outros usos de solo. (P-04) **Setorial**
- Programa regional para maior suporte aos extremos climáticos; (P-163) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Integração de Universidades, Comitês de Bacias, Defesa Civil, Bombeiros e outros. (P-163) **Governança**

6. INSTRUMENTOS

Ainda não foram indicados instrumentos específicos para este tema.

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

Entende-se que muitas das propostas aqui sistematizadas são **setoriais**, tais como:

- A proposta P-04, que demanda a produção de um diagnóstico da RMSP, no que se refere às suas emissões de dióxido e carbono por seus diversos setores: energia, processos industriais, resíduos sólidos e agricultura, florestas e outros usos de solo.
- A proposta P-30 que trata do Programa de melhoria da qualidade do ar pelo controle de emissões de veículos automotores licenciados na Região Metropolitana de São Paulo foi considerada pertinente, porém deve-se discutir melhor como isso poderia ser implantado por todos os municípios da RMSP, pois muitos deles não possuem as condições necessárias. A ação dos consórcios é apontada como ferramenta interessante para a viabilidade do programa. Considerando a assimetria das sub-regiões, essa questão poderia ficar a cargo dos consórcios. Há exemplos bem sucedidos onde o Consórcio assumiu a contrapartida dos municípios menores, pode-se portanto disseminar a idéia pelos outros consórcios. Há três possibilidades: municípios cuidam, consórcios regionais ou o Estado cuida. Entendeu-se na reunião do GT- Transporte e Logística, com a participação de alguns membros do GT- Meio ambiente que o PDUI não pode entrar nessa questão.
- Proposta P-43: O Programa de instalação de filtros em ônibus do sistema de transporte.

No âmbito do PDUI, indica-se a avaliação da possibilidade de se recomendar uma diretriz para contemplar ações estruturadoras do território da RMSP previstas no Plano Estadual de Energia, com ênfase na redução do uso de combustíveis fósseis e no fomento ao uso de energias renováveis, por exemplo, de que se priorize o combustível renovável nas concessões de linhas de ônibus municipais e inter-regionais.

Algumas propostas aqui sistematizadas possuem relação com a **Governança**:

- Proposta P-42: Estabelecer um sistema integrado entre Estado e Municípios para controlar a instalação dos grupos motogeradores, de modo a impor progressivamente a substituição de seus combustíveis fósseis por não fósseis.
- Proposta P-163: Integração de Universidades, os Comitês de Bacias, Defesa Civil, Bombeiros e outros.

Entende-se que a Proposta P-41, que propõe um Programa de substituição gradativa de combustíveis fósseis por não fósseis, deva ser analisada do ponto de vista da matriz energética, no âmbito de uma política nacional.

No âmbito do Conselho de Desenvolvimento da RMSP foi criada uma Câmara Temática de Defesa Civil, que vem atuando enquanto um fórum para discutir o tema da gestão de riscos ambientais urbanos - CT-GRAU que apresentou um conjunto de propostas sistematizadas numa ficha síntese própria.

Para a UIE, neste item são inseridos conteúdos previamente discutidos com os setoriais do Estado

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma² / Poder Público PSC = Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Pagamento e compensações por serviços ambientais (PSA) e ecossistêmicos³

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-5, P-39, P-68, P-159, P-167, P-202, PSC-34

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

- Promover a manutenção das áreas que prestam relevantes serviços ambientais e ecossistêmicos como ativos de valor econômico e social para o desenvolvimento da RMSP. (E)

4. PROGRAMAS

I. Programa Metropolitano de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). (P-5, GT, P-159)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Diagnóstico das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais da RMSP e das políticas municipais de pagamento por serviços ambientais existentes; (P-39)
- Definição de áreas prioritárias para receber pagamentos por serviços ambientais; (P-39)
- Estudo de arranjos institucionais para desenvolvimento de projetos de PSA; (P-39) **Governança**
- Levantamentos de fundos/ viabilidade financeira para PSA;(P-39) **Governança**
- Viabilizar atrativos econômicos aos agricultores da região metropolitana, através do pagamento por serviços ambientais e pela conservação de áreas florestadas nas propriedades, como forma de estímulo à continuidade desta atividade na região. (P-68) **Governança**
- Economia verde (Mata Atlântica) com implantação de pagamentos por serviços ambientais. (GT)
- Desenvolvimento de uma política de compensação financeira para municípios/áreas que abriguem unidades de conservação de proteção integral relevantes para o desenvolvimento sustentável da RMSP. (E) **Governança**

² Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

³ Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011), Serviços Ecossistêmicos são aqueles proporcionados ao ser humano por ecossistemas naturais. As funções ecossistêmicas podem ser definidas como constantes interações entre os elementos estruturais, com transferência de energia, ciclagem de nutrientes, regulação de gás, regulação climática, ciclo de água, entre outros. O MMA distingue Serviços Ambientais como aqueles providos por ecossistemas manejados ativamente pelo homem através de práticas agrícolas sustentáveis, por exemplo, agricultura orgânica, diferente de atividades agrícolas potencialmente degradantes - sem cuidados com erosão, com uso intensivo de agroquímicos, monocultura extensiva.

- Valoração dos serviços Ecosistêmicos prestados por uma região, atribuindo um valor econômico para cada tipo de serviço ambiental executado. (P-159) **Governança**
- Levantamento das regiões que recebem por estes serviços ecosistêmicos ambientais. (P-159)
- Elaboração de Lei e/ou dispositivos legais que garantam a transferência financeira da região que recebe e usufrui destes serviços para a região que prestam os Serviços Ecosistêmicos Ambientais. (P-159)
- Criação de Fundo de Repasse Financeiro para os Municípios que tenham as áreas de seus territórios, submetidas a restrições ambientais em face das necessidades da RMSP. (P-167) - **Governança**
- Criação de fundo para pagamento ou repasse aos municípios por produção e armazenamento de água para consumo humano, com origem nos valores cobrados pelas empresas concessionárias de abastecimento. O município que recupera e protege uma nascente e a mantenha produzindo água boa deve ser recompensado como incentivo, para que o mesmo continue a preservar o local recuperado (PSC-34). As empresas concessionárias dos serviços de abastecimento devem destinar parte da arrecadação para o fundo, de forma a não onerar injustamente os territórios que servem a outras regiões da metrópole (P-202) - **Governança**.

6. INSTRUMENTOS

Instrumentos interfederativos de fomento aos seguintes programas e ações:

- Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA);
- Programa Mina d'água (SMA/GESP- Resolução 123/2010);
- Projeto Nascentes (SMA/GESP, 2015);⁴
- Linhas de financiamento para criação e manutenção de áreas de proteção de interesse metropolitano que possam compor um sistema de parques metropolitanos.

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Os pagamentos por serviços ambientais e ecosistêmicos e as compensações estão sendo demandados pelos municípios que possuem parte expressiva de suas áreas em mananciais e com unidades de conservação.

Entende-se como necessário o desenvolvimento de uma política de compensação financeira para municípios, estados, áreas públicas e particulares que abriguem e mantenham áreas produtoras destes serviços ambientais estratégicos para a RMSP - água, biodiversidade, regulação do clima. Além das unidades de conservação de proteção integral, que são extremamente relevantes para a RMSP, também devem ser consideradas áreas que mesclam a cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente, corredores ecológicos e agricultura desenvolvida de forma ambientalmente sustentável.

As propostas P-167 e P-202, que tratam da criação de fundo para repasse financeiro aos Municípios, podem ser discutidas no âmbito de instrumentos para a governança e devem ser objeto de análise de viabilidade por parte das instâncias responsáveis no âmbito interfederativo / Secretarias de Finanças / Fazenda.

O estudo feito por ocasião do Programa Nascentes (antigo Mata Ciliar, SMA/SSRH/Emplasa, 2015) que indicou áreas prioritárias para recuperação de mata ciliar com uso do instrumento PSA, deve subsidiar o diagnóstico e identificação no território da RMSP destas áreas prioritárias para pagamentos / compensações. (P-39)

⁴ Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água - Programa Nascentes, nos termos do Decreto n° 61.137, de 26 de fevereiro de 2015 (<http://www.ambiente.sp.gov.br/programanascentes/files/2015/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-SMA-050-2015-Processo-4675-2015-Crit%C3%A9rios-para-outorga-do-Selo-Nascentes.pdf>)

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma⁵ / Poder Público PSC = Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Recursos Hídricos

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-21, P-51, P-55, P-74, P-76, P-114, P-124, P-126, P-139, P-168, P-174, P-186, P-191, P-207, P-222, PSC-01, PSC-22

3. DIRETRIZ

- Promover, recuperar e conservar a qualidade ambiental da RMSP, em especial, das áreas de proteção aos mananciais. (E)

4. PROGRAMAS

I. Programa Metropolitano de Gestão compartilhada para Conservação de Mananciais. (P-21) (P-186) (P-124) (P-126) (P-207) (PSC-22) (GT)

II. Programa de Segurança Hídrica na RMSP. (P-51) (P-55) (P-74) (P-168)

III. Programa de Apoio à Elaboração e Implantação dos PRIS (Programas de Recuperação de Interesse Social⁶)(GT)

IV. Programa integrado de despoluição e revitalização do Rio Tietê e afluentes da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. (P-76) (P-139), (P-174), (PSC-01)

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa I: Programa Metropolitano de Gestão compartilhada para Conservação de Mananciais

- Estabelecer as diretrizes para a articulação institucional dos municípios em situação de fronteiras quanto às propostas de gestão do território; (P-21)

- Aprimorar os regulamentos da APRM entre o governo de Estado (Secretaria do Meio Ambiente e CETESB) e os municípios. (P-21) - **Governança**

- Revisão dos procedimentos do licenciamento de uso e ocupação do solo entre Estado e Município maior agilidade quanto ao licenciamento, especialmente no que se refere ao licenciamento de habitações de interesse social. (P-21)

- Estabelecer políticas e ações entre os municípios e o Governo de Estado no caso de legislação estadual incidente nas bacias hidrográficas interfederativas. (P-21) - **Governança**

- Reduzir a precariedade em áreas de proteção aos Mananciais por meio da aplicação da legislação específica existente (PDPAs APRMs/APM⁷) (GT)

⁵ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

⁶ <http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/files/2013/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-SMA-025-2013-Processo-931-2013-Programa-de-Recupera%C3%A7%C3%A3o-de-Interesse-Social-PRIS.pdf>

⁷ http://www.saneamento.sp.gov.br/programa_mananciais.html

- Construção de um sistema de gestão das águas, a partir das microbacias hidrográficas, buscando solução progressiva dos conflitos e problemas hidráulicos/hidroclógicos, ambientais e urbanísticos. Envolver os atores sociais na busca de soluções, bem como mobilização de recursos futuros para a viabilização das soluções pactuadas. (P-186)
- Criação de Conselhos locais para promoção da recuperação hidrográfica local com reflexos metropolitanos. (P-186)

Governança local

- Prover estrutura interfederativa para atuação integrada na fiscalização, controle e monitoramento de áreas de mananciais. Prover recursos humanos e materiais; definir áreas prioritárias para atuação; gerar plano de trabalho; implantar sistema de sinalização e demarcação das áreas de proteção de mananciais. (P-207)
- Política Habitacional para os Mananciais Cabeceiras (PSC-22)
- Direcionar todos os pagamentos relacionados a sanções administrativas por crimes ambientais e compensações derivadas dos licenciamentos ambientais no nível estadual e municipal em toda a RMSP para desapropriação e conversão das propriedades particulares das APRMs em propriedades públicas, com objetivo de criar um parque estadual de proteção e preservação dos recursos hídricos necessários ao abastecimento público de água, especialmente nas APRMs, com baixo adensamento urbano. (P-126)
- Restringir a ocupação urbana nas áreas de borda das APRMs e ao longo do Rio Tietê, criando uma faixa de transição entre as áreas urbanas de alta densidade de ocupação e as APRMs. (P-124)
- Estudar a permanência de atividades agrosilvopastoris, porém, com restrições ao uso de defensores agrícolas, e com a implementação de pagamento por serviços ambientais – PSA aos produtores agrosilvopastoris remanescentes para fiscalização e proteção dessas áreas. (P-126)

Programa II: Programa de Segurança Hídrica na RMSP

- Viabilizar, implantar e dar publicidade à implantação do Plano Diretor e Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista garantindo a segurança hídrica da RMSP. (P-51)
- Avaliar a necessidade de adequação, ao cenário atual, do Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Macrometrópole Paulista. (P-51) **Setorial**
- Definição de um novo cenário para garantia da segurança hídrica da macrometrópole em parceria com Secretaria de Recursos Hídricos, a partir do qual possa se avaliar a eficácia das obras emergenciais executadas e/ou a necessidade de novas obras. (P-51)
- Avaliação da disponibilidade e do uso da água na RMSP. (P-74)
- Estudos dos impactos locais relativos à reversão de água potável para outras bacias da RMSP e viabilização de contrapartida ao manancial gerador. (P-74) **Setorial**
- Investimentos para restabelecer ou garantir a carga hídrica nas áreas de produção de água, atendendo os seguintes pontos específicos: 1º) Plano de reflorestamento das áreas degradadas; 2º) Plano de remediação das cargas difusas; 3º) Plano de regularização e/ou remoção de residências em APP; 4º) Fiscalização ambiental. (P-168)
- Definição de critérios que assegurem a distribuição equitativa para todos os municípios contabilizados nas outorgas para abastecimento público. (P-55)
- Fiscalização do cumprimento da distribuição equitativa a todos os municípios, com as devidas sanções administrativas definidas e acordadas entre as partes, garantindo assim a distribuição, sob pena de estar enquadrado no artigo 15 da Lei 9.433 de 1997 da Política Nacional de Recursos Hídricos. (P-55)

Programa III: Programa de Apoio à Elaboração e Implantação dos PRIS

Programa IV: Programa Integrado de Despoluição e Revitalização do Rio Tietê e afluentes da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

- Estudos sobre os rios metropolitanos, sua localização, possibilidade de navegação, ainda que de embarcações pequenas; diagnóstico da situação de seu leito, de suas águas, retirando-se delas todo o esgoto e condições de suas várzeas (vegetação, ocupação, erosão, canalização, etc.) para recuperação em parceria com as populações do entorno. (P-76)
- Monitoramento: análise contínua da qualidade e quantidade da água em parceria com órgãos ambientais e institutos de pesquisa. (P-139) **Setorial**
- Diagnóstico: Revisão e atualização de cadastro da rede coletora de esgoto e drenagem pluvial, inspeção e identificação de lançamento irregulares e cadastro das fontes poluidoras. (P-139)
- Ampliação do sistema de esgotamento sanitário: identificação de áreas prioritárias a partir da etapa de diagnóstico; elaboração das ações corretivas, e estabelecimento de metas progressivas. (P-139)
- Marketing social: divulgação do cumprimento das metas; consulta pública; intervenções em ed. ambiental. (P-139)
- Verificar contratos para a limpeza do Rio Tietê (Gestão de contratos) (PSC-01) **Governança**
- Disposição de leis municipais para a criação de pontos de apoio nas cidades para manutenção do leito e armazenamento de resíduos dragados na despoluição do Rio Tietê. (P-174) **Municipal**
- Aplicação do Programa Córrego Limpo ou similar em todos os corpos de água da RMSP. (P-76)

6. INSTRUMENTOS

- Pagamento de Serviços Ambientais - PSA.
- Cadastro único de assentamentos precários nas Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais. (GT)
- Cadastro de áreas degradadas de interesse à proteção ambiental, em especial, dos mananciais, em âmbito metropolitano.
- Sistema Metropolitano de Parques e Áreas Verdes.
- Zoneamento das Leis específicas de proteção aos mananciais (APRM)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

No tema Recursos Hídricos estão agrupadas propostas relativas à gestão integrada dos recursos hídricos, à recuperação e conservação de mananciais e ao abastecimento de água da RMSP.

A Região Metropolitana de São Paulo situa-se, em sua maior parte, na bacia hidrográfica do Alto Tietê. As demandas de água da região, notadamente para o abastecimento público, são bastante superiores à disponibilidade hídrica da bacia. Além disso, o processo de urbanização da bacia provocou a degradação da qualidade das águas, inclusive dos mananciais de abastecimento.

Considerando que a gestão dos recursos hídricos envolve diferentes níveis de governo, muitas propostas apresentadas estão no âmbito do tema "**Governança Interfederativa**", referente ao compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Neste sentido pode-se destacar as propostas contidas no Programa Metropolitano de Gestão compartilhada para Conservação de Mananciais (P-21, GT, P-186, P-124, P-126, P-207, PSC-22), além da proposta PSC-01 que solicita a a verificação de contratos para a limpeza do Rio Tietê (Gestão de contratos). Trata-se portanto, de propostas que visam o fortalecimento do papel institucional das águas, com o empoderamento e maior articulação dos Comitês de Bacia Hidrográficas, o qual já é um espaço que garante a gestão descentralizada e participativa.

Com relação ao Programa de Segurança Hídrica na RMSP cabe lembrar que as represas que compõem o maior sistema produtor de água para o abastecimento da RMSP, o Sistema Cantareira, situam-se na bacia do Rio Piracicaba. Essa questão, portanto, extrapola os limites da região metropolitana, situando-se no contexto da Macrometrópole Paulista, conforme abordado no "**Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a MMP**". Muitas destas propostas possuem **caráter setorial**, sendo que algumas ações já foram contempladas em seus planos específicos, estão em desenvolvimento ou ainda. Assim, propõe-se que o PDUI possibilite o fortalecimento dessas ações:

- Proposta P- 51: "Viabilizar, implantar e dar publicidade à implantação do Plano Diretor e Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista garantindo a segurança hídrica da RMSP; avaliar a necessidade de adequação, ao cenário atual, do Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Macrometrópole Paulista e definição de um novo cenário para garantia da segurança hídrica da macrometrópole em parceria com Secretaria de Recursos Hídricos, a partir do qual possa se avaliar a eficácia das obras emergenciais executadas e/ou a necessidade de novas obras".
- Proposta P- 74: "Estudos dos impactos locais relativos à reversão de água potável para outras bacias da RMSP e viabilização de contrapartida ao manancial gerador".
- Proposta P- 76: "Aplicação do Programa Córrego Limpo ou similar em todos os corpos de água da RMSP" em parceria com SABESP.
- Proposta P-139: "Monitoramento: análise contínua da qualidade e quantidade da água em parceria com órgãos ambientais e institutos de pesquisa."

Outras propostas são de caráter local e portando fora de escopo do PDUI, são elas:

- Proposta P-174: "Disposição de leis municipais para a criação de pontos de apoio nas cidades para manutenção do leite e armazenamento de resíduos dragados na despoluição do Rio Tietê".
- Proposta P-186: "Criação de Conselhos locais para promoção da recuperação hidrográfica local com reflexos metropolitanos".

O tema Recursos Hídricos possui ainda interfaces importantes com questões relativas ao meio ambiente, uso do solo, transporte, habitação e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as propostas apresentadas deveriam também ser analisadas no âmbito dos temas "Meio Ambiente", "Desenvolvimento Urbano e Econômico" e "Habitação", buscando o desenvolvimento de **propostas integradas englobando os diversos setoriais** e as diversas dimensões temáticas. São elas:

- Proposta P-76: "Estudos sobre os rios metropolitanos, sua localização, possibilidade de navegação, ainda que de embarcações pequenas; diagnóstico da situação de seu leito, de suas águas, retirando-se delas todo o esgoto e condições de suas várzeas (vegetação, ocupação, erosão, canalização, etc.) para recuperação em parceria com as populações do entorno.", em parceria com Secretaria de Recursos Hídricos.
- Proposta P-139: "Diagnóstico: Revisão e atualização de cadastro da rede coletora de esgoto e drenagem pluvial, inspeção e identificação de lançamento irregulares e cadastro das fontes poluidoras.", com o envolvimento da SABESP e outras e com a possível inserção das informações no Sistema SIM
- Proposta GT: Programa de Apoio à Elaboração e Implantação dos PRIS (Programas de Recuperação de Interesse Social), com a intersectorialidade com Habitação.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Programa Metropolitano de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. **Setorial**

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P30, P41 e P43

Propostas do Grupo de Trabalho:

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Implantar programa de melhoria da qualidade do ar pelo controle de emissões de veículos automotores licenciados na RMSP. (P30)

4. PROGRAMAS

- I. Programa de substituição de combustíveis fósseis por não fósseis. (P41) **Fora de Escopo do PDUI**
- II. Programa de instalação de filtros em ônibus no sistema de transporte. (P43) **setorial**

5. PROJETOS E AÇÕES

- Incentivo à mobilidade não motorizada, especialmente bikes e pedestres. (GT) **Fora de Escopo do PDUI**

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

As emissões dos veículos automotores estão entre as principais causas da introdução de substâncias poluentes e tóxicas à saúde humana na atmosfera da RMSP, trazendo prejuízos à qualidade de vida e gerando maiores gastos em saúde pública. Estudos epidemiológicos têm demonstrado, correlações entre a exposição aos poluentes atmosféricos e os efeitos de morbidade e mortalidade, causadas por problemas respiratórios (asma, bronquite, enfisema pulmonar e câncer de pulmão) e cardiovasculares. A gestão da melhoria da qualidade do ar visa garantir que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico. De modo geral, a qualidade do ar é resultado da interação

complexa de fatores como: a magnitude das emissões, a topografia e as condições meteorológicas da região, favoráveis ou não à dispersão dos poluentes. Sendo assim, um programa de controle de poluição do ar por veículos automotores somente se justifica se tiver como alvo todos os veículos licenciados para rodar no aglomerado urbano da RMSP.

Na RMSP há um volume expressivo de ônibus com idades diversas, que implicam em um grande volume de emissões de poluentes locais. A instalação de filtros nos ônibus não apenas beneficia a população, como sinaliza para o mercado que está em curso a qualificação do sistema de transporte.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas

1. TEMA

Mapa de ruído urbano da Região Metropolitana

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P40, P162, PSC31 e P38

Propostas do Grupo de Trabalho:

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Melhoria Qualidade Ambiental da RMSP : Controle de Ruídos

4. PROGRAMAS

Controle de Ruídos na RMSP

5. PROJETOS E AÇÕES

Mapeamento de Ruídos na RMSP:

Regulação e Fiscalização em nível metropolitano das emissões de ruído. (P162)

6. INSTRUMENTOS

- Criar uma ferramenta para denunciar veículos que estão gerando ruído excessivo. (PSC38)
 - Mapa Sonoro da Região Metropolitana de São Paulo, uma plataforma cooperativa para a criação de uma cartografia das paisagens sonoras da RMSP. (PSC31)
-

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

A OMS considera a poluição sonora como uma das formas mais graves de agressão ao ser humano e ao ambiente. Estudos internacionais indicam que a poluição sonora do ar afeta a saúde humana como aumento da pressão arterial com maior risco de doenças cardiovasculares; maiores chances de derrame cerebral; estresse; insônia; perda de concentração; irritabilidade e até perda da audição.

O Mapa de Ruído é um instrumento de diagnóstico da poluição sonora em regiões afetadas por fontes moveis e imóveis, onde a principal fonte de ruído, o transporte rodoviário, pode se estender em vias intermunicipais. O mesmo ocorre no transporte ferroviário e aeroviário (rampa de aproximação de aeronaves que se estende além dos limites do município).

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma⁸ / Poder Público PSC= Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Drenagem urbana

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-06, P-56, P-72, P-75, P-114, P-145, P-146, P-147, P-150, P-156, P-173, P-174, PSC-10 PSC-29

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Garantir a adequação do sistema de macrodrenagem ao regime hidrológico local, assegurando a capacidade de escoamento dos rios, córregos e estruturas hidráulicas existentes. (E)

4. PROGRAMAS

I. Programa Metropolitano de implantação, manutenção, limpeza e operação dos reservatórios de retenção ("piscinões"). (P-06, GT, P-56, P-75)

II. Programa Metropolitano de recuperação e manutenção das margens, várzeas e calhas dos rios. (P-56, P-72)

III. Programa Metropolitano Macrodrenagem que inclua a integração e orientações para as ações municipais de micro e macrodrenagem. (P-114)

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa I: Programa Metropolitano de implantação, manutenção, limpeza e operação dos reservatórios de retenção ("piscinões").

- Implementação do plano de implantação dos reservatórios de retenção constante do PDMAT 3 e do projeto Várzeas do Rio Baquirivu (trecho Arujá / aeroporto). (P-56, PSC-10) **Setorial**

- Desapropriação das áreas necessárias, implantação dos dispositivos hidráulicos, combate às erosões, e desassoreamento. (P-56) **Setorial**

- Viabilizar áreas de retenção planejadas, à semelhança da várzea natural, ao longo das vias intermunicipais que interferem na mobilidade urbana. (P-75) **Setorial/Governança (Articulação Transporte / Drenagem)**

Programa II: Programa Metropolitano de Recuperação e Manutenção das Margens, Várzeas e Calhas dos Rios. (P-56) (P-72)

- Desassoreamento e manutenção das margens e calhas dos rios Cabuçu, Baquirivu, Tiete, Jaguari e Canal de Circunvalação. (P-56) **Setorial**

⁸ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

- Incentivar a adoção de medidas não estruturais de proteção de cabeceiras e de áreas de contribuição de bacias hidrográficas para evitar processos de assoreamento de calhas dos rios e canais, assegurando os índices de vazões projetadas. (E) **Setorial/ Governança**
- Promover intervenções de macrodrenagem no Rio Pitas (Jandira e Itapevi) para proporcionar maior vazão de águas, ao longo do curso do Rio, que se encontra em processo de solapamento das margens, erosão e assoreamento, a fim de urbanizar seu entorno que se encontra degradado. (P-145) **Setorial**
- Implantação de sistemas integrados de recuperação, manutenção e proteção das calhas do rio Juqueri e seus afluentes. (P-146) **Setorial/ Governança**
- Ações de eficiência e efetividade, envolvendo vários agentes coordenadamente com os municípios para despoluição do Rio Tietê. (P-114). **Governança**
- Realização do rebaixamento das calhas do Rio Tietê integrando e orientando as ações municipais de micro e macrodrenagem. (P-114). **Setorial/ Governança**
- Serviço permanente de conservação e macrodrenagem da calha do Rio Juqueri à jusante da Barragem, em virtude do assoreamento decorrente da redução do fluxo de água pós barragem. (P-147) **Setorial**
- Soluções de Macrodrenagem no Rio Intermunicipal Cotia - obter um controle das cheias compatível com a dinâmica da bacia hidrográfica a qual integra (P-150) **Setorial**
- Soluções de Macrodrenagem e recuperação das margens da sub-bacia Rio São João- Rio intermunicipal. (P-156) **Setorial**
- Criação de pontos de apoio nas cidades para manutenção do leito e armazenamento de resíduos dragados (disponibilidade, em cada município que possui interface com o Rio Tietê, de uma ou mais áreas licenciadas para funcionar como ponto de manobra de equipamentos e bota-fora de resíduos oriundos do desassoreamento do rio e também da limpeza de pisciões e córregos (P-174) **Setorial / Governança**

Programa III: Programa Metropolitano de Macrodrenagem que inclua a integração e orientações para as ações municipais de micro e macrodrenagem.

- Integrar as políticas municipais de macrodrenagem da região do Tietê a fim de tornarem-se complementares (atualmente as soluções de vazante adotadas amenizam os problemas de cheia a montante e pioram a jusante do rio) (P-114). **Setorial/ Governança**
- Criação de parâmetros comuns entre os diferentes municípios da RMSP para o tratamento da macrodrenagem urbana (E) **Setorial / Governança**
- Assegurar as capacidades de vazões dos corpos d'água e estruturas hidráulicas, mitigando os efeitos do regime hidrológico (E) **Setorial / Governança**
- Criação de sistema de infiltração através de Projeto Popular de infiltração (PPI), para captação das águas pluviais das sarjetas e leito carroçável das vias públicas e devolvê-la ao subsolo de forma lenta para a recomodação, mantendo o ciclo completo da água, diminuindo a correnteza pelas superfícies. (PSC-29) **Setorial/ Municipal**
- Repactuação das faixas de drenagem de áreas urbanas (P-173) **Governança**

6. INSTRUMENTOS

- Operação Urbana (P-53)
- Mapeamento atualizado do sistema de drenagem urbana para definição da função ecológica e econômica, repactuando áreas de proteção (P-173, p-174)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas compreendem o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas. Nesse sentido, insere-se no âmbito das funções públicas de interesse comum.

A drenagem urbana tem um caráter marcadamente regional, uma vez que a maior parte das bacias se situam nos territórios de mais de um município. Desta forma, alterações no uso e ocupação do solo bem como intervenções no sistema de drenagem, como a canalização de córregos ou a implantação de reservatórios de retenção, nos municípios situados na parte a montante da bacia afetam os municípios situados a jusante.

A drenagem urbana também está diretamente ligada ao uso e ocupação do solo das bacias, no sentido da ocupação urbana de áreas naturalmente inundáveis (várzeas e margens de cursos d'água) pelo sistema viário e de transporte, por edificações e outros usos inadequados.

Assim sendo, as propostas relativas à drenagem urbana demandam a necessidade de ações integradas e articuladas de caráter intersetorial, com questões relacionadas à habitação (assentamentos precários em áreas de várzeas de rios e margens de córregos) e aos sistemas viários e de transporte, muitas vezes implantados nas margens dos cursos d'água ou com travessias sobre eles.

Além disso, as intervenções relativas à drenagem urbana devem estar articuladas com outras ações de saneamento, tais como as relativas ao esgotamento sanitário (implantação de coletores tronco de esgotos) e aos sistemas de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos (obstrução e assoreamento de cursos d'água e estruturas hidráulicas de drenagem).

Nesse sentido, as propostas relativas à drenagem urbana, além de sua dimensão setorial, devem ser analisadas do ponto de vista da governança interfederativa das funções públicas de interesse comum, já que exigem uma ação articulada entre os municípios e o governo do Estado na gestão da drenagem:

- Proposta P-56: "Desapropriação das áreas necessárias, implantação dos dispositivos hidráulicos, combate a erosões e desassoreamento." e "desassoreamento e manutenção das margens e calhas dos rios Cabuçu, Baquirivu, Tiete, Jaguarí e Canal de Circunvalação".
- Proposta P-75: "Viabilizar áreas de retenção planejadas, à semelhança da várzea natural, ao longo das vias intermunicipais que interferem na mobilidade urbana". Tal proposta exige uma articulação entre setorial de transportes e drenagem.
- Proposta P-145: "Promover intervenções de macrodrenagem no Rio Pitas (Jandira e Itapevi) para proporcionar maior vazão de águas, ao longo do curso do Rio, que se encontra em processo de solapamento das margens, erosão e assoreamento, a fim de urbanizar seu entorno que se encontra degradado".
- Proposta P-146: "Implantação de sistemas integrados de recuperação, manutenção e proteção das calhas do rio Juqueri e seus afluentes". A proposta exige a articulação entre entes setoriais e municípios.
- Proposta P-114: "Ações de eficiência e efetividade, envolvendo vários agentes coordenadamente com os municípios para despoluição do Rio Tietê" e "realização do rebaixamento das calhas do Rio Tietê integrando e orientando as ações municipais de micro e macrodrenagem".
- Proposta P-147: "Serviço permanente de conservação e macrodrenagem da calha do Rio Juqueri à jusante da Barragem, em virtude do assoreamento decorrente da redução do fluxo de água pós barragem".
- Proposta P-150: "Soluções de Macrodrenagem no Rio Intermunicipal Cotia - obter um controle das cheias compatível com a dinâmica da bacia hidrográfica a qual integra".
- Proposta P-156: "Soluções de Macrodrenagem e recuperação das margens da sub-bacia Rio São João- Rio intermunicipal".
- Proposta Emplasa: "Assegurar as capacidades de vazões dos corpos d'água e estruturas hidráulicas, mitigando os efeitos do regime hidrológico", envolvendo o setorial e municípios.
- Proposta PSC-29: "Criação de sistema de infiltração através de "Projeto Popular de infiltração" (PPI), para captação das águas pluviais das sarjetas e leito carroçável das vias públicas e devolvê-la ao subsolo de forma lenta para a acomodação, mantendo o ciclo completo da água, diminuindo a correnteza pelas superfícies".
- Proposta P-173: "Repactuação das faixas de drenagem de áreas urbanas".

A implantação de reservatórios de retenção ("piscinões") e áreas de retenção, revitalização de cursos d'água e implantação de parques lineares, entre outras medidas propostas para a drenagem urbana, envolvem o uso e a ocupação do solo e apresentam uma dimensão territorial, podendo constituir-se em **áreas de interesse metropolitano** ou outros compartimento espaciais a serem analisados no âmbito da proposta de estruturação territorial do PDUI RMSP.

Algumas propostas apresentadas, relativas ao tema da drenagem urbana, referem-se a implantação de medidas estruturais já propostas no **Terceiro Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê - PDMAT 3**, como a proposta 56, da Prefeitura de Guarulhos de implantação dos reservatórios de retenção na bacia do Rio Baquirivú-Guaçu, e a proposta 114, da Prefeitura de Osasco de rebaixamento da calha do Rio Tietê. A maior parte dos reservatórios de retenção ("piscinões") existentes na RMSP foram implantados com base nos estudos do primeiro Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê - PDMAT. A implantação desse programa demanda uma ação articulada de caráter regional, no âmbito da governança interfederativa.

Os sistemas de microdrenagem (de caráter local) e macrodrenagem (de caráter regional), devem ser articulados através de um modelo de gestão da drenagem urbana baseado nas **bacias hidrográficas**, tema este abordado no PDMAT 3 no que se refere às **medidas não estruturais**.

Outras propostas possuem ainda relação com a Governança Interfederativa Metropolitana e devem ser discutidas no âmbito do GT responsável. São elas:

- P-174: Criação de pontos de apoio nas cidades para manutenção do leito e armazenamento de resíduos dragados (disponibilidade, em cada município que possui interface com o Rio Tietê, de uma ou mais áreas licenciadas para funcionar como ponto de manobra de equipamentos e bota-fora de resíduos oriundos do desassoreamento do rio e também da limpeza de piscinões e córregos (P-174)
- Proposta Emplasa: "Criação de parâmetros comuns entre os diferentes municípios da RMSP para o tratamento da macrodrenagem urbana".

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma⁹ / Poder Público PSC= Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

8. TEMA

Saneamento: Resíduos Sólidos

9. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-12,P-13, P-57,P-58,P-79, P-110, P-111, P-112, P-121, P-149, P-165, P-166, P-171, P-172, P-193, P-194, P-197, P-201, P-215, PSC-9

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

10. DIRETRIZ

- Coletar, remover, tratar e destinar os resíduos sólidos de forma adequada na RMSP (E)

4. PLANOS/ PROGRAMAS

I. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de São Paulo (PGIRS-RMSP). (GT, P-79, P-111)

II. Programa de otimização regional de descarte dos Resíduos dos Serviços de Saúde. (P-111)

III. Plano emergencial para o descarte irregular dos resíduos perigosos e demais resíduos da RMSP (P-57)

IV. Programa de integração de coleta, destinação e transformação dos Resíduos da Construção Civil. (P-121)

V. Programa Metropolitano de Reciclagem (E)

VI. Programa Metropolitano de Logística Reversa (E)

VII. Programa de educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos na RMSP (E)

VIII. Programa para Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos (E)

5. PROJETOS E AÇÕES

Plano I: Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de São Paulo (PGIRS-RMSP)

- Criação de agência reguladora estadual/e ou autarquia para gerenciamento de resíduos sólidos na RMSP. (P- 172)

Programa II: Programa de otimização regional de descarte dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS).

⁹ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

- Diretrizes para diminuição do volume de resíduos de serviços de saúde, mediante separação adequada dos resíduos do Grupo 1, possibilitando menores custos de coleta e tratamento. (P-111)

Plano III: Plano emergencial para o descarte irregular dos resíduos perigosos e demais resíduos da RMSP

- Criação de instância com competência para fiscalização de descarte irregular na RMSP e aplicação de sanções para os transgressores (P-57) **Governança**
- Criação de um sistema de rastreabilidade de veículos para suporte da fiscalização no sistema de fiscalização da RMSP. (P-57)
- Reconhecimento e registro do material perigoso descartado irregularmente. (P-57)
- Coleta e destinação correta dos resíduos perigosos descartados irregularmente. (P-57)
- Fiscalização integrada dos municípios aos descartes irregulares. (P-57)

Programa IV: Programa de integração de coleta, destinação e transformação dos Resíduos da Construção Civil

- Elaboração e aprovação de leis municipais de regramento, cadastro e fiscalização no descarte de resíduos da construção civil. (P-12) **Municipal**
- Implementação de sistemas regionais de destinação e tratamento de resíduos da construção civil. (P-12)
- Criação de infraestrutura de tratamento e destinação de resíduos da construção civil e de grandes volumes: Implantação de Área de Triagem e Transbordo Regional (ATT) com área para implantação de Sistema de Reciclagem Integrado de Resíduos da Construção Civil, com incentivo para a recepção de material proveniente de obras locais. (P-111)
- Criar um Centro de Triagem e Reciclagem em Osasco com capacidade regional com o objetivo de estimular a reciclagem e o reaproveitamento de RCC e resíduos volumosos. (P-111) e (P-166)
- Regular o manejo dos resíduos industriais gerados, ou que transitam pelos municípios, a fim de possibilitar que a municipalidade atue na prevenção de danos ambientais por meio do aumento da fiscalização sobre as licenças da Cetesb para o trânsito desses resíduos. (P-111)
- Garantir a destinação adequada de todo RCC para um Aterro de Inerte Regional. (P-111, P-166)
- Garantia legal de utilização do agregado das áreas de Triagem e Reciclagem Regional dos Resíduos da Construção Civil em obras públicas e/ou privadas, viabilizando o beneficiamento; (P-166)
- Apoio financeiro e cessão de área estadual da antiga Cascalheira da COMASP, para instalação de Usina Regional de Tratamento de Resíduos da Construção Civil e Reciclagem de Resíduos Volumosos e para destinação de Resíduos Sólidos Urbanos. (P-149)
- Utilização do resíduo da construção beneficiado, também chamado de agregado reciclado, em obras públicas, como construção de guias, sarjetas, calçadas, bancos de praças ou até mesmo como base e sub-base de pavimentos. (PSC-09)

Programa V. Programa Metropolitano de Reciclagem

- Criação de uma política regional de apoio à reciclagem: integração das cooperativas de catadores, centrais de triagem e redes de comercialização visando a criação de economia solidária (P-110)
- Criação de programa de apoio técnico, capacitação e mobilização regional para as cooperativas de catadores(as) e centrais de triagem (P-110)
- Aprovação de Lei Estadual de Incentivo aos Arranjos Produtivos Locais de Resíduos. (P-13)
- Construção, implementação e operacionalização de sistemas regionais de coleta e destinação de resíduos visando a criação de arranjos produtivos locais - APLs (P-13)
- Incentivo para que as prefeituras proporcionem postos de coleta seletiva e a redução do lixo doméstico nos aterros sanitários. (P-193) **Municipal**
- Padronização da coleta seletiva. (GT)
- Estudo de viabilidade de alternativas regionais para valorização de resíduos indiferenciados (TMB – tratamento mecânico biológico) integrados aos demais programas de valorização de materiais recicláveis e de fração orgânica. (P-110) **Setorial**
- Tratar de forma regionalizada a coleta, a destinação e a transformação do lixo domiciliar; os resíduos de construção civil; os equipamentos eletrônicos, através de centros de triagem de materiais e usinas de transformação de resíduos de construção civil. Adoção de política de coleta, destinação e reciclagem de equipamentos eletrônicos através das empresas produtoras desses equipamentos. (P-215)

Programa VI. Programa Metropolitano de Logística Reversa

- Implementação dos preceitos da logística reversa com o envolvimento direto das empresas geradoras de lixo/embalagens, etc. (GT)

- Fomentar a formalização de acordos setoriais municipais visando o desenvolvimento de ações que garantam a geração de trabalho e renda e a inclusão social. (P-112) **Governança**
- Representar, acompanhar e participar das discussões dos Acordos Setoriais de Resíduos no âmbito nacional para que seja possível implementar o controle e acompanhamento do fluxo da logística reversa na RMSP. (P-112) **Governança**
- Nomeação de um grupo de trabalho para representar o município nas discussões sobre os Acordos Setoriais e sua implementação. (P-112) **Governança**
- Elaboração de relatório contendo avaliação e desenvolvimento das ações do Grupo de Trabalho para ser discutido com a sociedade civil (através dos conselhos municipais), com o Legislativo Estadual e com as Câmaras de Vereadores. (P-112) **Governança**

Programa VII. Programa de Educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos na RMSP

- Fomentar a articulação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos como início de uma política integrada regional de resíduos sólidos (P-112) **Governança**
- Elaborar material de comunicação social para orientação da população sobre a logística reversa. (P-112) **Comunicação/Governança**
- Fomento à reciclagem. (GT) **Setorial / Governança**
- Fomento à compostagem. (GT) - Eliminar o lançamento de resíduos em locais inadequados e garantir qualidade de vida aos cidadãos metropolitanos, através da disponibilização de locais para o descarte e ações de educação ambiental. (P-194) **Setorial / Governança**
- Fomento a redução e eliminação da utilização de Isopor. (P-194) **Setorial / Governança**
- Formular estratégias regionais para minimizar os resíduos indiferenciados, estimulando a adesão nos programas de valorização de resíduos (recicláveis e fração orgânica) com vistas a ações conjuntas e tratamento de problemas comuns. (P-110) **Setorial / Governança**

Programa VIII. Programa de Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos

- Criação de aterros sanitários regionais que atendam a demanda, associados a métodos modernos de reciclagem e redução do lançamento de resíduos. (P-201, P-172) **Setorial**
- Execução de forma efetiva e integrada de recuperação do gás metano proveniente dos aterros sanitários, transformando em BIOGAS: levantamento do potencial energético para utilização em frota dos coletivos Intermunicipais e/ou Municipais. Formulação de dispositivos legais para estímulo ao uso de biogás na frota de veículos coletivo. (P-165) **Setorial**
- Utilização de ramais ferroviários, quando possível, para transporte de resíduos e implantação de áreas de transbordo e entrepostos às margens das linhas férreas. (P- 171) **Setorial**
- Vincular a ampliação, alteamento e/ou continuidade do Aterro Sanitário CTR CAIEIRAS (ESSENCIS) à obrigatoriedade do investimento em novas tecnologias de reciclagem, beneficiamento de resíduos e ou aproveitamento energético. (P-197) **Setorial / Governança**

Obs. A proposta P-58 sobre cemitérios foi considerada de caráter **municipal / setorial**.

11. INSTRUMENTOS

- Ampliar programas de logística reversa, reutilização e reciclagem de resíduos. (E) **Setorial**
- Fomentar o consorciamento municipal para tratamento e destinação de resíduos.(E) **Governança**
- Implementar programas do Governo Federal, tais como: Pró-catador, Inclusão socioeconômica de catadores, Cataforte, que repassa recursos para cooperativas e associações desses trabalhadores. (E)
- Criar programa que organize um banco de dados (Base Digital) vinculado à participação da população, à eficiência das centrais de triagem da RMSP na recuperação de materiais e aos índices de rejeito, expondo indicadores de qualidade do processo de gestão: dados da coleta seletiva, caracterização e avaliação dos aterros, entre outros. (P-110) **Governança**
- Realizar o monitoramento de Resíduos da construção civil (RCC), volumosos, serviços de saúde (RSS) e resíduos industriais. (P-111) **Governança**
- Criar agência reguladora estadual/e ou autarquia para gerenciamento de resíduos sólidos na RMSP. (P- 172, P-79) **Governança**

12. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

O conjunto de propostas recebidas contempla as seguintes categorias de resíduos sólidos: resíduos urbanos, resíduos industriais, resíduos de serviço da saúde e resíduos da construção civil.

Considerando a análise das propostas descritas, junto ao GT de Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos, as discussões nas oficinas sub-regionais, bem como as reuniões conjuntas com a CETESB e a Secretaria de Meio Ambiente-SMA, entendeu-se que há a necessidade da elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a RMSP- PGIRS-RMSP.

Questionou-se a viabilidade do PDUI contemplar apenas programas e ações que já são incentivados e previstos e em muitos dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e no próprio Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (PGIRS).

Propõe-se a elaboração do PGIRS para a RMSP contemplando muitas das propostas descritas no presente documento de maneira mais integrada e direcionada às questões da metrópole.

O PDUI pode apontar possibilidades de investimentos e instrumentos econômicos; propor arranjos intermunicipais e sinalizar conteúdos prioritários de um plano metropolitano de resíduos; identificar no território da RMSP áreas passíveis de receber investimentos públicos ou privados ou áreas-piloto para a implementação de soluções de tratamento e disposição final de resíduos, pela sua prioridade e/ou criticidade neste tema, bem como identificar áreas que não devem receber equipamentos de resíduos sólidos urbanos por restrições legais, ambientais, etc. Sugere-se a discussão destas propostas no âmbito da proposta de estruturação territorial que contempla as macrozonas, as redes e sistemas de estruturação metropolitana e as áreas estratégicas de intervenção de caráter metropolitano. Sugere-se também a discussão no âmbito do eixo de **Desenvolvimento Econômico**, a fim de identificar possíveis alternativas econômicas para a gestão dos resíduos sólidos.

Quanto à gestão dos serviços relativos à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos, de titularidade municipal, a grande maioria dos municípios tem esses serviços sob controle direto da administração pública. Porém, por tratar-se de um tema que envolve alternativas e soluções integradas e compartilhadas e, tomando como base o princípio da responsabilidade compartilhada contido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, apontou-se a necessidade de se discutir a pertinência de **criação de uma autoridade metropolitana** que, dentre outras competências, realizaria a integração de propostas com os consórcios e municípios e que também elabore estudos, visando uma melhor gestão dos resíduos sólidos urbanos metropolitanos. Sugere-se a discussão deste tema no âmbito da Governança Metropolitana.

As propostas que abrangem os Programas de logística reversa e de educação ambiental devem ser objeto de articulação intersetorial para que sejam desenvolvidos.

Possível conteúdo do PGIRS-RMSP (sugestão feita a partir do Termo de Referência da RMSP elaborado pela Emplasa em 2011):

1. Estimativa da quantidade de resíduos sólidos gerados;
2. Composição gravimétrica dos RSU de origem doméstica e urbana;
3. Levantamento, sistematização e análise dos serviços de coleta seletiva existentes nos municípios da RMSP, identificando problemas e oportunidades.

4. Análise dos sistemas de reciclagem existentes na RMSP com ênfase nas possibilidades de implementação de uma rede complementar de sistemas especializados de reciclagem (óleo, resíduos da construção civil etc.), de forma a racionalizar custos e viabilizar a ampliação da reciclagem.
5. Estudo e proposição de metas factíveis de reciclagem a serem atingidas.
6. Desenvolvimento de propostas alternativas, seleção de alternativa e apresentação de proposta preliminar de um Programa Metropolitano de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo as medidas e ações necessárias à sua implantação e estimativas de custos.
7. Estudo e proposição para a implantação / expansão da logística reversa, com abordagem de aspectos institucionais, econômicos e financeiros.
8. Identificação, sistematização e análise das atividades econômicas potencialmente usuárias do aproveitamento energético de resíduos, bem como os distritos industriais capazes de sediar as unidades de tratamento de resíduos, de acordo com a demanda e, no caso de valorização energética, a demanda local pelo vapor e energia elétrica passível de ser gerada neste processo.
9. Identificação, sistematização e análise das alternativas tecnológicas para o tratamento e disposição de resíduos;
10. Identificação, sistematização e análise de áreas, considerando as diversas alternativas tecnológicas, que estejam logisticamente bem situadas entre os municípios envolvidos, visando a melhor relação custo-benefício;
11. Análise comparativa considerando o custo-benefício das alternativas viáveis sob os aspectos ambientais, econômico-financeiros e institucionais;
12. Quantificação e qualificação dos diversos tipos de RSU, planilha de custos para os diversos tipos de tratamento e medição do impacto na política de minimização dos resíduos sólidos pretendida;
13. Prognósticos de geração de RSU para horizontes de 5, 10 e 20 anos com apontamento das questões críticas.
14. Diagnóstico resumido da situação atual, incluindo: origem, quantidade, caracterização, coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos gerados na região.
15. Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos compatíveis com os definidos no Planos Federal e Estadual de Resíduos Sólidos, quando houver.
16. Diretrizes de articulação entre os sistemas municipais de gerenciamento, incluindo a definição e a localização das infraestruturas regionais de tratamento e a destinação final dos rejeitos.
17. Medidas que conduzam à otimização de recursos, com vistas à implantação de soluções conjuntas e ação integrada, assegurada a participação da sociedade civil.
18. Propostas econômica e institucional para a gestão do sistema com cronograma de implementação das medidas e ações de caráter imediato.
19. Programa de monitoramento das metas, que será constituído de indicadores de geração de resíduos, coleta seletiva, tratamento e destinação final.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA EMPLASA

EIXO E TEMA: Saneamento: Resíduos Sólidos

DIRETRIZ: Coletar, transportar, tratar e destinar os resíduos sólidos de forma adequada na RMSP

PROGRAMA/ PLANO:

- Elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de São Paulo (PGIRS-RMSP) com a indicação dos conteúdos prioritários.

PROJETOS E AÇÕES:

- Criação de Autoridade Metropolitana com competência para coordenar e integrar propostas com os consórcios e municípios, elaborar estudos, dentre outras, visando uma melhor gestão dos resíduos sólidos metropolitanos.

- Estruturar um sistema Metropolitano de informação e monitoramento sobre resíduos sólidos urbanos com participação do GESP/prefeituras/ consórcios (verificar a possibilidade e pertinência de estar dentro do SIM).

- Identificar possibilidades de investimentos, fundos federativos e instrumentos econômicos, em parceria com a Secretaria da Fazenda.

- Propor arranjos institucionais para a gestão integrada dos resíduos sólidos, considerando os diferentes tratamentos e destinações previstas, integrando também os planos existentes dos consórcios.

- Definir metas regionais, considerando a ordem de prioridade da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

- Identificar no território da RMSP sub-regiões / "grandes áreas / manchas" passíveis de receber investimentos públicos ou privados e áreas-piloto para a implementação de soluções de tratamento e disposição de rejeitos, pela sua prioridade ou criticidade neste tema.

INSTRUMENTOS:

Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo

Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipais

Índice de Gestão de Resíduos - IGR

Inventário Estadual dos resíduos sólidos urbanos

Panorama dos resíduos sólidos no Brasil

Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos

Criação de programa que organize um banco de dados (Base Digital)

AGENTES/ATORES:

Prefeituras

Consórcios intermunicipais

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

CETESB

EMPLASA

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas (Ficha Síntese)

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma¹⁰ / Poder Público PSC= Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

13. TEMA

Áreas Verdes Metropolitanas

14. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-26, P-61, P-62, P-72, P-73, P-114, P-158, P-160, P-173, P-189, P-195, P-212, P-216, P-220, P-221, PSC-27, PSC-35

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

15. DIRETRIZ

- Promover, recuperar e conservar as áreas verdes da RMSP. (E)

16. PROGRAMAS/PLANOS

I. Plano Metropolitano da Mata Atlântica - PMMA. (P-26)

II. Programa para a criação de um “Sistema de Parques e Áreas Verdes Metropolitanas” . (E, P-61, P-62, GT)

III. Programa Metropolitano de incentivo à criação de Unidades de Conservação. (P-73, PSC-32)

IV. Programa Metropolitano de Recuperação de Áreas Degradadas. (P-72)

17. PROJETOS E AÇÕES

Programa I: Programa para a elaboração do Plano Metropolitano da Mata Atlântica - PMMA.

- Articular o PMMA aos planos diretores municipais para que possam trabalhar de forma sinérgica a questão da conservação do território, sendo capaz de construir corredores ecológicos e a conexão entre remanescentes de vegetação entre municípios vizinhos utilizando a escala da paisagem. (P-26)

- Viabilizar o PMMA com a utilização dos diversos instrumentos urbanísticos como a transferência de potencial construtivo, criação de áreas protegidas, pagamentos por serviços ambientais, etc. (P-26)

- Articular o PMMA com outros planos setoriais. (P-26) **Governança**

- Delimitar o território da Mata Atlântica na RMSP, a partir do mapeamento dos fragmentos de mata atlântica. (P-26)

- Definir as áreas estratégicas e o plano de ação para conservação e recuperação das áreas. (P-26)

Programa II: Programa para a Criação de Sistema de Parques e Áreas Verdes Metropolitanas

¹⁰ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

- Estudo de viabilidade para conexão entre as áreas de proteção ambiental nos municípios, criando ou ampliando corredores ecológicos municipais e intermunicipais e parques lineares junto aos grandes e pequenos rios e córregos contribuintes da água para consumo metropolitano. (P-61 e P-62)
- Definição de metas metropolitanas de arborização urbana, em parceria com os municípios (GT)
- Implantação de Parque Linear Sítio Pedra Bonita/Morro do Mirante na conurbação dos Municípios de Itapevi- Barueri- Jandira (P-158) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Elaboração de cartografia digital de toda cobertura vegetal, demarcando os biomas existentes. (P-160)
- Implantação de travessias em nível e de ampliação dos parques lineares alinhadamente à diretriz de valorização e incentivo a mobilidade ativa prevista pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (P-114)
- Implantação de parques lineares de caráter metropolitano ao longo das várzeas do Rio Juqueri incorporando sua conectividade à proteção do polígono de preservação ambiental e paisagística do monumento Cristo de Caieiras -Morro do Cabelo Branco. (P-189)
- Usar os terrenos ociosos das municipalidades a fim de inserir espécies arbóreas nativas visando melhorar o fluxo gênico entre espécies, ajudar a mitigar as zonas de calor/ criar incentivos econômicos para o plantio de árvores. (P-212) **Municipal**
- Definir a Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê e Serra do Itapeti como Áreas Estratégicas Ambientais. (P-216)
- Implantação do Parque Várzea do Rio Tietê (P-220)
- Implantação de Parque Linear às margens do Rio Guaió (P-221)

Programa III: Programa Metropolitano de Incentivo à Criação de Unidades de Conservação.

- Apoiar os proprietários de áreas com remanescentes de vegetação na elaboração e efetivação de projetos de gestão de RPPNs (Reserva Particular de Patrimônio Natural), seja através de editais, de recursos técnicos ou outras formas de parceria. (P-73) **Governança**
- Dar publicidade sobre a importância das áreas preservadas como formadoras dos recursos que sustentam e mantêm a vida. (P-73) **Governança**
- Criação de novos instrumentos de incentivo à preservação florestal em propriedades particulares (PSC-32) **Governança**
- Criação de Parques Naturais em áreas públicas (PSC-32)
- Criação de APA – Área de Proteção Ambiental para Rio Grande da Serra (região do Rio Grande, que possui o maior volume de água da região que abastece a represa Billings, bem como seus afluentes). (PSC-27)
- Reestruturação do ICMS ecológico (Inclusão de Unidades de conservação municipais). (GT) **Governança**
- Incentivos fiscais à criação de Unidades de Conservação Municipais. (GT) **Governança**
- Criação do Portal e núcleo de acesso ao Parque Estadual do Juqueri via Caieiras, com viabilização de acesso facilitado, à referida Unidade de Conservação; construção de receptivo, Centro de Educação Ambiental e base de fiscalização do Parque, em Caieiras. (P-195) **Setorial**

Programa IV: Programa Metropolitano de Recuperação de Áreas Degradadas

- Realização de obras de recuperação das várzeas dos rios e principais contribuintes de cada bacia hidrográfica ou micro bacia. (P-72)
- Recuperação e compensação ambiental da mata ciliar do Rio Guaió da foz à nascente (PSC-35) **Setorial**

18. INSTRUMENTOS

- ICMS Ecológico.
- IPTU Verde.
- Redução do valor de Impostos Territoriais para proprietários que comprovem a preservação de fragmentos florestais pela averbação dessas áreas no Cartório de Registro de Imóveis (PSC-32)

19.COMENTÁRIO DA EQUIPE EMPLASA

A proposta do Grupo de trabalho que prevê a "Reestruturação do ICMS ecológico (Inclusão de Unidades de conservação municipais)", se refere ao índice de 0,5% de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS - "Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação" em função do tamanho e do atributo das áreas estaduais legalmente protegidas (Lei Estadual 8510/1993, artigo 1º, inciso VI, parágrafo 2º). Entende-se, portanto, que a proposta deve ser submetida à Secretaria da Fazenda, sendo que qualquer alteração implica em mudança legal.

A proposta do Grupo de Trabalho sobre " Incentivos fiscais à criação de Unidades de Conservação Municipais", deve ser objeto de discussão no âmbito da Governança Metropolitana.

A proposta PCS-27 de " Criação de APA – Área de Proteção Ambiental para Rio Grande da Serra (região do Rio Grande, que possui o maior volume de água da região que abastece a represa Billings, bem como seus afluentes)" deve considerar que o município de Rio Grande da Serra tem todo o seu território submetido à legislação de proteção aos mananciais e, portanto, deve ser analisada a pertinência de sobreposição de outras legislações de proteção ambiental.

Vale destacar que a proposta de estruturação territorial do PDUI RMSP inclui o macrozoneamento metropolitano e as redes e sistemas de estruturação metropolitana. Estas redes e sistemas incluem a Rede Metropolitana de Centralidades, a Rede Metropolitana de Transportes/Mobilidade e o **Sistema Metropolitano de Parques e Áreas Verdes**.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos

Análise: Unidade de Infraestrutura e meio ambiente (UIE)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma¹¹ / Poder Público PSC= Plataforma / Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

1. TEMA

Saneamento básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-23, P-34, P-49, P-50, P-52, P-53, P-54, P-69, P-77, P-78, P-113, P-117, P-125, P-132, P-133, P-137, P-138, P-155, P-196, P-203, P-223, PSC- 04, PSC-18

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Garantir a disponibilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para todos os habitantes da RMSP. (E)

4. PROGRAMAS

- I. Programa de reuso e o uso racional da água. (P-54, P-113, PSC-04). **Setorial**
- II. Programa de redução e controle do índice de perdas na distribuição da água. (P-113, P-133, P-125, P-50) **Setorial**
- III. Programa de ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (E, P-23) **Setorial**
- IV. Programa de novas tecnologias (P-34) **Setorial**
- V. Programa de regularização do Saneamento Básico em assentamentos irregulares ou precários de interesse metropolitano (P-53, P-125)
- VI. Programa de subsídios e incentivos à implantação de centrais de tratamento de água e esgoto locais na RMSP, independentes das empresas ou companhias oficiais (P-117)

¹¹ Foram sistematizadas as propostas inseridas na plataforma www.pdui.sp.gov.br até 19/09/2016.

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa I: Reuso e o uso racional da água.

- Alinhamento da legislação municipal para, no processo de autorização da obra, exigir a instalação de sistemas de reuso de água (PSC-04). **Governança**
- Criação de leis específicas e normas para regulamentação e incentivo ao reuso e ao uso racional da água (P-54) **Governança**
- Desenvolver estudos em parcerias com instituições de pesquisas e setor privado para geração de equipamentos e instalações para uso racional da água (P-54) **Setorial**
- Estabelecer diretrizes para o uso racional da água em próprios públicos e unidades escolares e áreas de grande circulação (P-54) **Setorial**
- Definir metas para o consumo máximo de acordo com o tipo de instituição (P-54) **Setorial**
- Definição de um período de monitoramento do consumo pós intervenção (P-54) **Setorial**
- Estabelecer normatização técnica para aquisição de equipamentos economizadores de água em instituições públicas e privadas que receberem incentivos fiscais para uso racional da água (P-54) **Setorial**
- Abertura de discussões para criação de leis específicas ao uso racional da água nos município que não dispõem (P-54) **Setorial/ Governança**
- Adequação das leis municipais à Política de Uso Racional da Água (P-54) **Municipal/ Governança**

Programa II: Redução e controle do índice de perdas na distribuição da água.

- Redução e controle de perdas: macromedição, micromedição, pitometria, calibração de macromedidores, auditoria de redes, setorização de sistemas de abastecimento, gerenciamento de Pressões, substituição de redes e hidrômetros, combate a fraudes, capacitação técnica dos operadores de saneamento (P-133); redução e controle de perdas em áreas de ocupação irregular ou em processo de litígio: ações de posse, usucapião, reintegração, etc. (P-125). **Setorial**
- Avaliação da eficiência em sistemas de abastecimento de água: uniformizar os critérios de avaliação de eficiência; padronização de Indicadores de perdas reais e aparentes de água em sistemas de distribuição; criação de uma sistemática de auditorias dos dados utilizados e divulgados; definir cronograma de atividades para construção de um debate acerca de indicadores de perdas e das auditorias dos dados (P-49) **Setorial, Governança**
- Diagnóstico quantitativo e geoespacial da necessidade de revitalização do sistema de abastecimento a partir dos parâmetros definidos na justificativa, bem como mensuração dos investimentos necessários e fomento à criação de linhas de crédito (P-50) **Setorial**
- Pactuar cronograma de investimentos para a substituição ou remanejamento para o passeio quando possível de todas as tubulações que apresentam manutenções recorrentes ou de idade avançada, especialmente aquelas constituídas por cimento amianto e ferro galvanizado nas redes de água dos municípios da RMSP (P-50) **Setorial/ Governança**
- Levantamento de dados cadastrais do sistema de abastecimento de água junto aos operadores dos sistemas (P-50) **Setorial**
- Geoespacialização dos dados cadastrais do sistema de abastecimento de água. (P-50)
- Definição de prioridades nos investimentos destinados a melhorias no sistema de abastecimento de água (P-50) **Governança**
- Definir formas de captação de recursos para investimentos em melhorias do sistema de abastecimento de água (P-50). **Governança**

Programa III: Ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

- Aumentar a capacidade de tratamento de esgoto da ETE Barueri para 16m³/s (P-113). **Setorial / Governança**
- Ampliar o sistema autônomo de esgotamento sanitário do Município de Mogi das Cruzes: aumentando a capacidade de coleta e tratamento de esgotos sanitários da região urbana, e implantando sistemas independentes de coleta e tratamento de esgotos nos núcleos urbanos isolados existentes no município. (P-138) **Municipal / Setorial**
- Construção de uma nova ETE para atendimento da região oeste do município de Mogi das Cruzes, a ser localizada no Distrito de Jundiapéba (localização ainda em estudo). (P-138) **Municipal / Setorial**
- Implantação de redes coletoras, coletores tronco, tratamento e disposição final de efluentes na região das sub-bacias do Rio São João, na divisa entre os municípios de Barueri, Jandira e Itapevi. (P-155) **Setorial**
- Saneamento ambiental rural: equipar a área rural da RMSP com infraestrutura alternativa de saneamento ambiental. (P-69) **Setorial**
- Ampliação da Estação de Tratamento de Água – Eta – Juqueri para garantir o abastecimento de Franco da Rocha, Caieiras e Francisco Morato. (P-196) **Setorial**
- As concessionárias e autarquias deverão ter eficiência de 70% no tratamento de esgoto até 2020, 90% até 2023 e 100% até 2026, índices já ultrapassados em todos os planos de saneamento (cumprimento dos planejamentos já avançados). (P-203) **Setorial**

- Cobertura do sistema de esgoto sanitário (implantação das redes coletoras, coletores tronco, tratamento e disposição final dos efluentes) nas áreas periféricas ao centro da cidade de São Paulo, especialmente nos territórios das sub-bacias, onde serão implantados os parques lineares e desenvolvidos os planos de urbanização de habitação de interesse social. (P-23) **Setorial / Governança**

- Complementar a coleta, afastamento e tratamento de esgoto conforme previsto no Plano Diretor de Esgoto da RMSP: adequação do cenário atual com vistas à universalização até 2023; priorização de obras necessárias à universalização; elaboração do cronograma físico financeiro; levantamento e discussão das fontes de recursos já existentes, visando soluções coletivas para pequenos municípios, fomentando a criação de consórcios municipais; fomento e intensificação das linhas de crédito já existentes para coleta, afastamento e tratamento de esgotos (P-52, P-223). **Setorial / Governança**

- Estudo e aplicação de alternativas de tratamento para áreas não urbanizadas, disponibilizando soluções viáveis e eficazes (P-78) **Setorial**

- Buscar o uso de alternativas ao coletor tronco, como por exemplo, lagoa de estabilização, reator anaeróbico, entre outros (P-78) **Setorial**

- Implantar estações compactas para o tratamento de água por filtração lenta, para abastecimento de comunidades afastadas do centro (PSC-18) **Setorial**

- Regulamentação do licenciamento de Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs declaradas de utilidade pública para atendimento parcial dos padrões de qualidade dos corpos hídricos receptores (P-137) **Setorial**

Programa IV: Novas tecnologias

- Incentivar o uso de novas tecnologias (como as membranas de nanofiltração) para a remoção de interferentes endócrinos dos cursos d'água (P-34) **Setorial (ainda em pesquisa)**

Programa V: Regularização do saneamento básico em assentamentos irregulares ou precários de interesse metropolitano

- Realizar conjunto de ações intersetoriais que contemplem tanto as questões de saneamento quanto de habitação, envolvendo ainda demais setoriais que tenham interface com a questão contida neste programa (E).

- Definir as diretrizes que viabilizarão a escolha e a priorização dos núcleos habitacionais das áreas de interesse metropolitano, para a regularização do saneamento integrado. (P-53)

- Definir mecanismos para a demarcação das áreas de interesse metropolitano para a implantação do Programa de Regularização de Saneamento Básico Integrado para Região Metropolitana de São Paulo. (P-53)

- Criar Lei Específica para Saneamento Integrado em Núcleos Habitacionais de interesse metropolitano. (P-53) **Governança**

- Avaliar, em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, estratégias que viabilizem o saneamento integrado, ainda que em caráter provisório, em núcleos habitacionais instituídos em áreas particulares e/ou loteamentos clandestinos, excetuando-se áreas de risco. (P-53) **Setorial / Governança**

- Definir metas de avanço do Programa de Regularização de Saneamento Básico Integrado para a região metropolitana de São Paulo, com cenários para 2023 e 2027. (P-53) **Setorial/ Governança**

- Definir critérios de avaliação e metas para os sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário implantados em núcleos habitacionais, no âmbito do Programa de Regularização de Saneamento Básico Integrado para a Região Metropolitana de São Paulo. (P-53) **Setorial / Governança**

- Programa de Regularização de Saneamento Básico Integrado para a RMSP que contemple ações sociais de educação ambiental, conscientização, preparação para recebimento da infraestrutura e acompanhamento pós-obra, conforme metas preestabelecidas, a serem definidas. (P-53) **Governança**

- Articular e compatibilizar as ações previstas no Programa de Regularização de Saneamento Básico Integrado para a RMSP, com os Planos Setoriais, Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, Planos Diretores Municipais (Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Saneamento, Drenagem Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos) e os Planos de Habitação de Interesse Social. (P-53)

- Garantir e estimular a participação popular, por meio de audiências públicas, conferências, etc. (P-53) **Governança**

- Projeto de Comunicação e Conscientização - Educação Ambiental, Conscientização, Pós Obra. (P-53) **Governança**

- Tarifa diferenciada adaptada às realidades sociais e econômicas dos núcleos habitacionais. **Setorial / Governança**

- Projeto de Mutirão para viabilizar a implantação das obras, quando possível e viável. (P-53) **Setorial/ Municipal**

- Projeto de Recuperação de Receita. (P-53) **Setorial**

- Criar legislação específica para o saneamento integrado em núcleos habitacionais de interesse metropolitano.

- Projeto de Macromedição de Água em Núcleos Habitacionais. (P-53) **Setorial / Governança**

- Criação de Lei para a Regulamentação do Fornecimento de Água com Vazão/Volume Controlados para Núcleos Habitacionais. (P-53) **Setorial / Governança**

- Estabelecer legislação específica que viabilize ações de saneamento integrado em núcleos habitacionais de interesse metropolitano. (P-53)

- Criar um Conselho de Saneamento Integrado para núcleos habitacionais de interesse metropolitano. (P-53) **Governança**

Programa VI: Subsídios e incentivos à implantação de centrais de tratamento de água e esgoto locais na RMSP, independentes das empresas ou companhias oficiais

- Parceria entre empreendedores e prestadoras de serviço (Municipal) na implantação de médios e grandes empreendimentos: Contraprestação de investimento por parte dos empreendedores quando da implantação de empreendimentos de médio e grande porte no Município. (P-132) **Municipal**

6. INSTRUMENTOS

- Fontes de financiamentos internacionais (BIRD e BID). (P-52)
- Fontes de financiamento por instituições federais (OGU, FGTS e BNDS). (P-52)
- Fontes de financiamento por instituições estaduais (FEHIDRO). (P-52)
- Parcerias público-privadas. (P-52; P-132)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

O conjunto de propostas recebidas sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário abrange diferentes aspectos desse tema, incluindo a ampliação dos serviços de água e esgoto; a regularização do saneamento básico em áreas de ocupação precária e/ ou irregular; implantação soluções isoladas de saneamento; a redução e o controle do índice de perdas; o incentivo ao reuso e uso racional da água; e a adoção de novas tecnologias.

Há um grande conjunto de propostas que, entende-se, têm dimensão setorial, sendo que muitas delas integram / estão sendo tratadas dentro dos planos setoriais, tais como:

- Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos - PDARHMMP-SSRH/GESP, 2013 e suas atualizações
- Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de São Paulo - SSRH/GESP.
- Plano Diretores de Esgotos da Região Metropolitana de São Paulo - SSRH/GESP.
- Programa de Uso Racional da Água - PURA (Sabesp)
- Programa de Reuso dos Efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto da RMSP (Sabesp)
- Programa Metropolitano de Água da RMSP (Sabesp)
- Projeto Tietê 3ª e 4ª etapas de universalização dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos da RMSP (PPA 2016/19; LOA 2016), que inclui: o Programa Metropolitano de Esgotos da RMSP e o Programa Córrego Limpo da RMSP (componente do Projeto Tietê) – despoluição e limpeza das águas e margens em córregos priorizados em parceria com as prefeituras.

Muitas das propostas solicitam o cumprimento dos prazos constantes dos planos. Indicam a necessidade de ações articuladas entre os municípios e o governo do Estado na gestão do saneamento (governança) e uma maior eficácia dos planos e contratos com os setoriais:

Programa I: Esse programa resultaria de uma coordenação política, porém também pode ser adotado pelos municípios de forma independente.

Programa II: As ações já fazem parte de ações rotineiras/programa implantados pela SABESP e devem ser estimulados em todas as concessionárias prestadoras desses serviços.

Programa III: As propostas contidas neste programa configuram uma exigência destacada pelos municípios durante as oficinas sub-regionais, quanto ao cumprimento de prazos e compromissos assumidos entre as concessionárias prestadoras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Programa IV. O Programa de novas tecnologias tem caráter setorial.

Programa V: O programa demanda ação integrada de habitação em assentamentos precários prioritários do ponto de vista metropolitano, além da Governança metropolitana e ações setoriais:

- em áreas de mananciais, visto que esses mananciais são responsáveis pelo abastecimento de água de toda a RMSP;
- em assentamentos precários localizados nas bordas de municípios (atendendo o proposto na P-23);

Com a regularização do saneamento básico nessas áreas, o número de ligações clandestinas deve diminuir, melhorando as condições dos mananciais e atendendo ao proposto na P-125.

Programa VI: Os sistemas isolados e a possibilidade de instalação de novas estruturas devem ser pensados em relação a todo o Sistema Adutor Metropolitano.

Segue um conjunto de propostas consideradas de caráter local:

- Proposta P-54: "Abertura de discussões para criação de leis específicas ao uso racional da água nos município que não dispõem" e adequação das Leis municipais à Política de Uso Racional da Água.
 - Proposta PSC-04: "Alinhamento da legislação municipal para, no processo de autorização da obra, exigir a instalação de sistemas de reuso de água".
 - Proposta P-138: "Ampliar o sistema autônomo de esgotamento sanitário do Município de Mogi das Cruzes: aumentando a capacidade de coleta e tratamento de esgotos sanitários da região urbana, e implantando sistemas independentes de coleta e tratamento de esgotos nos núcleos urbanos isolados existentes no município".
 - Proposta P-138: "Construção de uma nova ETE para atendimento da região oeste do município de Mogi das Cruzes, a ser localizada no Distrito de Jundiapéba (localização ainda em estudo)".
-
-

**EIXO: DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO e
HABITAÇÃO**

EIXO: HABITAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Habitação e Vulnerabilidade Social

Análise: UDU - Unidade de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Data da última revisão: 14/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC= Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Habitação em Áreas de Proteção aos Mananciais

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-148, PSC-22

Propostas do Grupo de Trabalho: GT-12 a GT-15

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Reduzir a precariedade em Áreas de Proteção aos Mananciais, por meio da aplicação da legislação específica existente (GT-12)

4. PROGRAMAS

I. Programa de Apoio à Elaboração e Implantação dos PRIS- Programa de Recuperação de Interesse Social (GT-13)

II. Política Habitacional para os Mananciais Cabeceiras (PSC-22)

5. PROJETOS E AÇÕES

Prover estrutura de monitoramento e fiscalização, efetivando a aplicação do Sistema Integrado de Fiscalização (GT-15)

Governança

Descentralização do Serviço de Licenciamento CETESB (P-148) Governança

6. INSTRUMENTOS

- Instrumentos Técnicos e Financeiros para Elaboração e Implantação dos PRIS (GT-14)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

O tema da habitação em áreas de mananciais é pertinente e de âmbito metropolitano. As propostas recebidas são adequadas ao tema e se complementam. A Proposta da Sociedade Civil (PSC-22), apesar de tratar especificamente do Manancial Alto Tietê Cabeceiras, pode ter sua abrangência ampliada para os mananciais da RMSP. Em algumas das oficinas de trabalho realizadas, agentes do poder público citaram que a descentralização dos serviços da CETESB (P-148) já ocorre, e houve dúvidas quanto à sua pertinência no âmbito do PDUI. É necessário um maior detalhamento e aprofundamento dos Programas, com especial atenção à questão da governança metropolitana, que deverá ser feito através de conversa com os setoriais envolvidos: Secretaria de Habitação, Secretaria do Meio Ambiente, etc.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

EIXO E TEMA: Habitação e Vulnerabilidade Social - Habitação em Mananciais

DIRETRIZ: Reduzir a precariedade em Áreas de Proteção aos Mananciais, por meio da aplicação da legislação específica existente (GT-12)

PROGRAMAS:

A proposta envolve a Política Habitacional para as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs (**PSC-22**), e o apoio aos Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS) dentro dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPAs) desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (GT-13). É necessário consultar a Secretaria e os Comitês das Bacias das APRM's envolvidos para desenvolver seu conteúdo, ações, projetos e instrumentos.

Programas associados: PPA 2016-2019 - 2511 Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista; Programa Mananciais

PROJETOS E AÇÕES:

Fortalecer o Grupo Integrado de Fiscalização, previsto nas Leis Específicas, mas até agora não implementado. (GT-15)

Governança

Remover famílias em áreas integralmente proibitivas, reassentando-as em outros lugares.

INSTRUMENTOS:

PRIS - Programas de Recuperação de Interesse Social

FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Compensação Financeira por Serviços Ambientais

AGENTES/ATORES:

Secretarias de Meio Ambiente dos municípios da RMSP

Secretarias de Habitação dos municípios da RMSP

Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

Comitês de Bacias

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Habitação e Vulnerabilidade Social

Análise: UDU - Unidade de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Data da última revisão: 14/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC= Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Provisão Habitacional

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-035, P-115, P-120, P-122, P-154, P-184, P-213, P-231, P-232

Propostas do Grupo de Trabalho: GT-5 a GT-9 e GT-16 a GT-19

Propostas da Emplasa: E-5 a E-9

3. DIRETRIZ

Investir em Habitação de Interesse Social aliada a outras Políticas Urbanas e Sociais (GT-5)

4. PROGRAMAS

I. Programa de Produção Habitacional em Áreas de Uso de Uso Misto com Atendimento de Faixas de Renda Diversificadas (GT-6)

II. Equipamentos Públicos de Interesse Metropolitano. (GT-8)

III. Prover efetivo de habitação de interesse social em toda RMSP (GT-16)

IV. Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social (P-115)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Identificar as áreas passíveis de implantação de habitações - em especial às de interesse social (GT-17) ação dos Programas I, III, IV.

- Estimular programas habitacionais voltados para áreas centrais como o "Renova Centro" e PAC Cortiços. (E-5) ação dos Programas I, III, IV.

- Incentivar a implantação de novos empreendimentos habitacionais dentro do tecido urbano consolidado - Provisão de Habitações CDHU (E-6) ação dos Programas I, III, IV.

- Incentivar a variação de tipologias, como pequenos conjuntos em áreas já providas de infraestrutura, comércio e serviços (GT-7) ação dos Programas I, III, IV.

- Utilizar espaços públicos remanescentes da construção de equipamentos de transporte público para provimento de habitações (E-8) ação dos Programas III, IV.

- Promover a implantação de conjuntos residenciais ao longo da Via Férrea (P-231) ação dos Programas III, IV.

- Definir política que priorize o controle eficaz de parcelamento, uso e ocupação do solo, produzindo meios que garantam o direito à terra urbanizada e regularizada (P-213)

6. INSTRUMENTOS

Cadastro Único Metropolitano de Controle Habitacional e Aluguel Social - Base de dados sobre famílias que permita identificar todos os benefícios de programas habitacionais e sociais concedidos pelos Municípios aos cidadãos da RMSP. (P-035)

Cota de solidariedade HIS - (instrumento já proposto no Plano Diretor de São Paulo (GT-19)

Instrumentos urbanísticos do Estatuto da Metrópole e Estatuto da Cidade: Operações Urbanas Consorciadas, Desapropriações, Áreas de Preempção, IPTU Progressivo, etc. (E-9)

Banco único para disponibilização dos diversos benefícios sociais oferecidos pelas prefeituras: aluguel social, bolsa gás, cheque enchente e outros programas que busquem atacar as desigualdades sociais (P-184)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA.

A provisão habitacional de interesse social pode ser tratada no âmbito metropolitano, no intuito de somar esforços locais e otimizar o atendimento habitacional na RMSP. A maioria das propostas recebidas são adequadas ao tema e se complementam, como pode ser visto abaixo na Síntese da Proposta.

A proposta GT-9, referente às ZEIS, é de competência municipal. O PDUI, por ser orientador e não regulador do território, não terá competência para o assunto. Ações setoriais, como as propostas GT-18 (imóveis ociosos), E-7 (efetivar lotes restantes da PPP centro/SP) e P-122 (programa de mutirões) também não estão no escopo do plano. Estão fora de escopo, também, as propostas P-120 (industrialização da construção), P-154 (crédito facilitado para faixas intermediárias) e P-232 (alteração constitucional). A Proposta GT-8 foi excluída, pois não é clara e não foi desenvolvida nos Grupos de Trabalho.

Existe uma proposta encaminhada pelo Condemat (Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê) que não foi inserida na Plataforma do PDUI mas foi considerada nas oficinas por ser relevante ao tema: "Programa Estadual de Aluguel Social".

É necessário um maior detalhamento e aprofundamento dos Programas, com especial atenção à questão da governança metropolitana, que deverão ser feitos através de conversa com os setoriais envolvidos: Secretaria de Habitação, CDHU, entre outros. Entende-se também que a provisão habitacional na RMSP poderia ser aplicada associada a outros Programas e Projetos do PDUI. Nas Operações Urbanas Consorciadas, por exemplo, parte dos recursos devem ser destinados para habitações de interesse social.

As áreas estratégicas a serem definidas pelo PDUI podem envolver populações residentes de baixa renda que necessitam de moradia adequada.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

EIXO e TEMA: Habitação e Vulnerabilidade Social - Provisão Habitacional

DIRETRIZ: Investir em Habitação de Interesse Social aliada a outras políticas urbanas e sociais (GT-5)

PROGRAMAS:

Desenvolver o Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social (**P-115**) que além de elencar as diretrizes e prioridades de investimento em habitação de interesse social na RMSP, deverá envolver e dialogar com os seguintes programas propostos: Programa Metropolitano de Produção Habitacional (GT-5, GT-16) e Programa Estadual de Aluguel Social, enviado pelo Condemat.

Programas associados:

PPA 2016-2019: 2505 Fomento à habitação de interesse social - Casa Paulista e 2508 - Provisão de Moradias

Programa Minha Casa Minha Vida - Governo Federal

Programa PAC Cortiços - Estado

PROJETOS E AÇÕES:

- Definir política que priorize o controle eficaz do parcelamento, uso e ocupação do solo, produzindo meios que garantam o direito à terra urbanizada e regularizada (**P-213**)
- Incentivar o uso misto e a variação de tipologias, incluindo pequenos conjuntos (GT-6, GT-7)
- Priorizar áreas já dotadas de infraestrutura, identificando imóveis ociosos e estimulando a oferta habitacional nas áreas centrais (exemplo dos programas Renova Centro, Casa Paulista e PAC Cortiços) ou em tecido urbano consolidado, como espaços remanescentes da construção de equipamentos de transporte público e espaços próximos à linha férrea, através de programas Minha Casa Minha Vida, Provisão de Habitações CDHU, por exemplo. (**P-231**, GT-17, GT-18, E-5, E-6, E-7, E-8)

INSTRUMENTOS:

Cadastro Único Metropolitano de Controle Habitacional e Aluguel Social (**P-035 e P-184**)

Cota de solidariedade HIS - a exemplo da proposta do Plano Diretor de São Paulo (GT-19)

Instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Metrópole e Estatuto da Cidade (E-9)

Fundo Metropolitano de Habitação de Interesse Social (**P-115**)

Parcerias Público-privadas

SIM- Sistema de Informações Metropolitanas

AGENTES/ATORES:

Secretarias Municipais de Habitação

Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo

CDHU

Ministério das Cidades

Agentes financeiros

Agentes privados (PPPs)

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Habitação e Vulnerabilidade Social

Análise: UDU - Unidade de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Data da última revisão: 14/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC= Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Regularização Fundiária

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-53, P-119, P-118, P-153, P-184

Propostas do Grupo de Trabalho: GT-2, GT-3 e GT-4

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Promover a qualificação urbana e a regularização fundiária das áreas irregulares

4. PROGRAMAS

I. Programa de Regularização Fundiária - Estabelecer programa metropolitano de regularização fundiária, promovendo uma visão integrada das intervenções. (GT-2)

II. Requalificação de assentamentos informais urbanizáveis (P-153 e P-53)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Ampliação dos programas de requalificação e regularização fundiária na RMSP (P-118) - Ação dos Programas I e II

- Definir diretrizes para a escolha e a priorização dos núcleos habitacionais, para requalificação e regularização. (P-53)

- Promover ações do tipo "Mutirão" para viabilizar a implantação das obras, quando possível e viável (P-53) - Ação do Programa II

6. INSTRUMENTOS

- Uniformização dos procedimentos e prazos para regularização de imóveis de interesse social junto aos cartórios de registro de imóveis. (GT-4 e P-118) **Governança**
 - Financiamentos à infraestrutura urbana em núcleos e loteamentos em processo de regularização fundiária na RMSP (P-119) **Governança**
 - Legislação específica que viabilize ações de saneamento integrado em núcleos habitacionais de interesse metropolitano (P-53)
 - Mapeamento dos assentamentos informais (P-153)
 - Banco de informações sobre áreas públicas de todos os municípios. (P-184)
-

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Considera-se o tema pertinente ao PDUI e de âmbito metropolitano, no intuito de somar esforços locais para ampliar e otimizar a regularização fundiária na RMSP. A maioria das propostas recebidas são adequadas ao tema e se complementam, como pode ser visto abaixo na Síntese da Proposta.

A proposta P-53 tem forte relação com o Eixo Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos, mas também deve ser considerada no eixo Habitação e Vulnerabilidade Social, já que propõe a integração entre saneamento básico e regularização da habitação de interesse social. Tendo em vista este objeto, a proposta foi incorporada à P-153, que trata da requalificação de assentamentos informais urbanizáveis de forma mais ampla.

Existe uma proposta enviada pelo Condemat (Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê) que não foi inserida na Plataforma do PDUI mas é relevante ao tema e reforça o Programa de Regularização Fundiária: "Programa Estadual de Assistência Técnica Gratuita".

É necessário um maior detalhamento e aprofundamento de todos os Programas, com especial atenção à questão da governança metropolitana, que deverá ser feito através de entendimentos com os setoriais envolvidos: Secretaria de Habitação, CDHU, Programa Cidade Legal, entre outros.

Nas oficinas sub-regionais com o Poder Público, foi sugerido o fortalecimento do Programa Cidade Legal. Também abordada a necessidade de capacitação dos agentes públicos, tornando necessário pensar-se em programa contínuo de capacitação. Muito se discutiu sobre a carga de fiscalização que recai sobre os municípios, e que integrar ações se faz necessário. Não só nas áreas de mananciais, nas quais as Leis Específicas já preveem a criação de um Grupo Integrado de Fiscalização, mas nas outras áreas também.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

EIXO E TEMA: Habitação e Vulnerabilidade Social - Regularização Fundiária

DIRETRIZ: Promover a qualificação urbana e a regularização fundiária das áreas irregulares

PROGRAMAS:

Programa Metropolitano de Regularização Fundiária (GT-2)

O Programa trataria não somente da regularização fundiária em seu âmbito legal, cartorário, mas também da qualificação urbana através de infraestrutura. Incluiria a proposta **P-153** - requalificação dos assentamentos informais urbanizáveis, do Cimbaju, e a proposta **P-53** - Programa de Execução e/ou Regularização de Saneamento

Básico Integrado à Habitação de Interesse Social. Poderia contemplar, também, um Programa de Assistência Técnica, que atende à proposta feita pelo Condemat.

Programas associados: 2507 Regularização Fundiária de Interesse Habitacional (PPA 2016-2019), Programa Cidade Legal; Programa Família Paulista

PROJETOS E AÇÕES:

P-118 - Ampliação dos programas de regularização fundiária na RMSP

P-153 - Ações integradas para a efetiva requalificação dos assentamentos informais

INSTRUMENTOS:

Financiamentos à infraestrutura urbana em núcleos e loteamentos em processo de regularização fundiária na RMSP (**P-119**)

Mapeamento dos assentamentos informais (**P-153**)

Banco de áreas públicas de todos os municípios, com imagens que possibilitem a visualização de ocupações irregulares e eventuais invasões (**P-184**) (poderia estar integrado com a **P-153**)

SIM - Sistema de Informações Metropolitanas

AGENTES/ATORES:

Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo

Secretarias de Habitação dos municípios da RMSP

CDHU

Governo Federal

Caixa Econômica Federal

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

Casa Civil/Sub-Secretaria de Assuntos Metropolitanos/ Emplasa

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano, Econômico e Habitação/Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

Análise: Unidade de Infraestrutura (UIE) e Unidade de Estudos Econômicos e Monitoração das Dinâmicas Urbanas e Regionais (UEM)

Data da última revisão: 27/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em vermelho: Indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

20. TEMA

Desenvolvimento Rural Sustentável

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-17, P-22, P-27, P-28, P-63 a 67, P-69 a 71

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Fomentar a atividade agrícola na RMSP, mediante adoção de práticas sustentáveis e adequadas às restrições ambientais das áreas produtoras. (E)

4. PROGRAMAS

I. Programa de infraestrutura rural (P-27, P-28 e P-69)

II. Programa de manutenção e desenvolvimento das zonas rurais da RMSP, a partir da sustentabilidade ambiental, econômica e social, de modo a conter a expansão da mancha urbana sobre as mesmas (P-17, P-22 e P-28)

III. Programa de Assistência Técnica e de Informações para o Produtor Rural (P-65, P-67 e P-70) **Setorial com Governança Metropolitana**

5. PROJETOS E AÇÕES

Programa I:

- Adequação do saneamento ambiental (rede convencional ou implantação de sistemas para comunidades isoladas) (P-27, P-28 e P-69)
- Eletrificação rural (P-27)
- Fontes de energia limpa (solar, biomassa) (P-27)
- Requalificação dos usos e acessos aos atrativos turísticos (P-27)
- Manutenção do viário com emprego de técnicas e métodos de manutenção e conservação de estradas rurais, garantindo o adequado escoamento das águas pluviais (de modo a não assorear e contaminar os corpos d'água adjacentes) e permeabilidade do solo (P-27 e P-28) **Setorial/ Governança Metropolitana.**
- Implantação de sistema de transporte rural a partir da implantação de linhas circulares e ciclovias (P-27 e P-28)

- Adequação do sistema de coleta e gestão de resíduos e regularização das cooperativas de reciclagem (centrais de triagem) (P-27)

Programa II:

- Fortalecimento da agricultura e das agroindústrias rurais, de pequeno porte, baixo impacto e caráter familiar, do ecoturismo de base comunitária e manejo de recursos florestais de pequeno porte como atividades econômicas (P-17 e P-28) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Fortalecimento de redes de cooperativas voltadas ao artesanato, agricultura, economia solidária, ecoturismo, reciclagem de resíduos sólidos (P-17 e P-28) **Governança**
- Potencializar e expandir a agroecologia praticada nos núcleos existentes no município de São Paulo, visando a criação de uma rede metropolitana, por meio da formação de novos agentes (P-22) **Setorial**
- Regularização fundiária (P-22 e P-28)
- Criação de entrepostos regionais de armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos da RMSP (P-22 e P-63)
- Aquisição de terras públicas para conservação do patrimônio ambiental (P-28)
- Adequação ambiental de terras privadas por meio da extensão rural e da aplicação de incentivos fiscais e econômicos visando o reconhecimento e o fomento à adoção de práticas conservacionistas pelo proprietário (P-28) **Setorial**
- Fortalecimento das ações de fiscalização visando conter a ocupação desordenada da região e a depleção dos recursos naturais (P-28) **Governança**
- Licenciamento de empreendimentos de baixo impacto ambiental e que não consistam em vetor de adensamento populacional e desconfiguração do caráter rural (P-28)
- Criação de linhas especiais de crédito para a produção de qualidade, disponibilizando recursos financeiros subsidiados com a cobrança pelo uso da água, desde que comprovado o uso de boas práticas agrícolas - Crédito Rural Metropolitano (P-28 e P-64) **Governança**
- Viabilizar a compra de matéria prima fresca para a merenda escolar, através dos produtores regionais, observando a utilização de 30% dos recursos PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) de acordo com o artigo 14 da lei 11 947/2009¹² (P-66) **Setorial**
- Adequação do zoneamento rural e sua nomenclatura no uso do solo municipal (P-71)
- Promover e criar novas centrais de abastecimento para escoamento de produtos da Agricultura Familiar, promovendo a descentralização visando minimizar a circulação de alimentos, diminuindo perdas e custos e reduzindo os intermediários (E e GT) **Setorial**
- Reversão para sistemas agrícolas sustentáveis/cadeias produtivas orgânicas/agroecológicas (E) **Setorial**
- Incentivo ao consumo de produtos orgânicos locais por órgãos públicos (escolas, hospitais, etc) (GT) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Fomento ao turismo ecológico e rural (E) **Setorial com Governança Metropolitana**

Programa III:

- Elaboração e disponibilização de informações em plataforma/aplicativo com ações de treinamento e difusão de dados (P-65) **Governança**
- Assistência técnica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e/ou da CATI para todos os municípios da RMSP (P-67)
- Elaboração e disponibilização de banco de dados em rede e de informações georreferenciadas para uso do produtor da RMSP (P-70) **Governança**

6. INSTRUMENTOS

- Aplicação de instrumentos do tipo Pagamento por Serviços Ambientais para atividades agrícolas sustentáveis de interesse metropolitano em áreas de proteção de mananciais (E, P-17 e P-28)

¹² "O orçamento do Programa para 2015 é de R\$ 3,8 bilhões, para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#), 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da **agricultura familiar**, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades." (<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, acesso em junho/2016).

- Criação/aplicação de linhas de financiamento, a exemplo do BNDES para agroecologia, agricultura familiar, orgânica, (Pronaf, Pnae, etc) e de fomento ao turismo ecológico e rural (E e P-17)
- Criação de Macrozonas, Áreas e/ou Zona de Interesse Metropolitano específicas para desenvolvimento de atividades agropecuárias de interesse metropolitano, associadas à produção para abastecimento da metrópole e/ou compatíveis com a proteção de mananciais (E, P-17 e P-28)
- Licenciamento de empreendimentos de baixo impacto ambiental e que não consistam em vetor de adensamento populacional e desconfiguração do caráter rural (P-28)
- Criação de Unidades de Conservação (P-28)
- Normatização intergovernamental/Inter federativa (P-64 e P-66)
- Criação de norma legal para a agricultura urbana (P-71)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A maioria das propostas apresentadas demonstra a necessidade de maior apoio aos agricultores da RMSP: financeiro, técnico, infraestrutura e banco de dados. Além disso, uma ação essencial para garantir o apoio à preservação da área rural na RMSP terá que ser garantida por definições nos planos diretores municipais e por adequações na legislação de uso e ocupação do solo.

O PDUI pode prever ainda diretrizes para o desenvolvimento de uma política interfederativa agrícola, de caráter metropolitano, voltada para ações de:

- Logística, como apresentado no projeto "Promover e criar novas centrais de abastecimento para escoamento de produtos da Agricultura Familiar, promovendo a descentralização para minimizar a circulação de alimentos, diminuindo perdas e custos e reduzindo os intermediários (E e GT)", dentro do Programa II. Neste sentido, pode-se acrescentar ainda a análise da pertinência de realocação/descentralização do CEAGESP, conforme proposta apresentada pelo CONDEMAT, de implantação do CEAGESP em Suzano, próximo ao Rodoanel (P-224);
- Reversão para sistemas agrícolas sustentáveis/cadeias produtivas orgânicas/agroecológicas;
- Pertinência de aplicação de Pagamento por Serviços Ambientais aos agricultores que promoverem usos sustentáveis de suas áreas.

Vale destacar a interface com os temas de Macrozoneamento, Saneamento e Logística.

Recomenda-se também que seja verificada a possibilidade/pertinência, no âmbito do GT-Macrozoneamento, da identificação, no território da RMSP, de áreas para atividades agropecuárias e para instalação de entrepostos de forma descentralizada, no sentido de atender melhor o conjunto de municípios nas sub-regiões metropolitanas (P-63) e da adequação do zoneamento rural e sua nomenclatura no uso do solo municipal (P-71).

Nas ações relativas ao sistema de transporte rural é necessário equalizar os benefícios e o possível incentivo à ocupação urbana que este sistema pode ocasionar, no caso das ciclovias é preciso verificar a necessidade de vias segregadas para este fim em estradas rurais.

No caso do Programa II, surgem várias dúvidas quanto aos projetos e ações apresentados. No projeto "Fortalecimento da agricultura e das agroindústrias rurais, de pequeno porte, baixo impacto e caráter familiar, do ecoturismo de base comunitária e manejo de recursos florestais de pequeno porte como atividades econômicas (P-17 e P-28)", não fica claro de que forma se dará esse fortalecimento, se seria por meio de financiamento ou de outra forma. No projeto "Fortalecimento de redes cooperativistas voltadas ao artesanato, agricultura, economia solidária, ecoturismo, reciclagem de resíduos sólidos (P-17 e P-28)", surge a mesma dúvida do projeto anterior. Além disso, a mistura de diversos temas na redação da proposta gera confusão e enfraquece a mesma.

Quanto à ação "Regularização fundiária (P-28)", surge a dúvida se seria a regularização fundiária realizada pelo Itesp por meio de Convênios. É necessário detalhar mais a proposta. Na ação "Adequação ambiental de terras privadas por meio da extensão rural e da aplicação de incentivos fiscais e econômicos visando o reconhecimento e o fomento

à adoção de práticas conservacionistas pelo proprietário (P-28)", falta explicar melhor quais seriam esses incentivos fiscais e econômicos e quais as fontes de recursos.

Considera-se ainda que as ações "Viabilizar a compra de matéria prima fresca para a merenda escolar, através dos produtores regionais, observando a utilização de 30% dos recursos PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) de acordo com o artigo 14 da lei 11 947/2009¹³ (P-66)" e "Incentivo ao consumo de produtos orgânicos locais por órgãos públicos (escolas, hospitais, etc) (GT)", do Programa II, não pertencem ao escopo do PDUI, uma vez que já existe legislação nesse sentido, que deve ser observada pelas prefeituras.

Quanto à ação de "Fomento ao turismo ecológico e rural (E)", o assunto está sendo tratado dentro da diretriz de descentralização da atividade econômica, junto aos demais tipos de turismo.

No caso do Programa III, foi apontado, na Oficina da Sub-região Sudoeste, a necessidade de atualização da LUPA e de instrumentos de financiamento no caso do projeto "Elaboração e disponibilização de informações em plataforma/aplicativo com ações de treinamento e difusão de dados (P-65)". Já no projeto "Elaboração e disponibilização de banco de dados em rede e de informações georreferenciadas para uso do produtor da RMSP (P-70)", foi citado o SIM (Sistema de Informações Metropolitanas) como instrumento.

Na Oficina da Sub-região Leste, a discussão do tema Agricultura ficou mais voltada para a implantação do CEAGESP no município de Suzano, conforme já explicado anteriormente. Houve, ainda, a sugestão do projeto "Incentivo à atividade agrícola mediante inovação tecnológica", englobando as seguintes ações: "Zoneamento", "Financiamento voltado à inovação" e "Esgotamento rural". A questão do esgotamento rural já está englobada no Programa I, assim como o zoneamento já está sendo tratado no Programa II. O "Financiamento voltado à inovação" poderia complementar o instrumento "Criação/aplicação de linhas de financiamento, a exemplo do BNDES para agroecologia, agricultura familiar, orgânica, (Pronaf, Pnae, etc) e de fomento ao turismo ecológico e rural (E e P-17)".

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

TEMA: Desenvolvimento Rural Sustentável

DIRETRIZ: Fomentar a atividade agrícola na RMSP, adotando práticas sustentáveis e adequadas às restrições ambientais das áreas em que produzem (E)

PROGRAMAS:

I. Programa de infraestrutura rural (P-27, P-28 e P-69) **Setorial com Governança Metropolitana**

II. Programa de manutenção e desenvolvimento das zonas rurais da região metropolitana a partir da sustentabilidade ambiental, econômica e social de modo a conter a expansão da mancha urbana sobre as mesmas (P-17, P-22 e P-28) **Setorial/ Governança Metropolitana**

III. Programa de assistência técnica e de informações para o produtor rural (P-65, P-67 e P-70) **Setorial**

PROJETOS E AÇÕES:

Programa I:

¹³ "O orçamento do Programa para 2015 é de R\$ 3,8 bilhões, para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#), 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da **agricultura familiar**, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades." (<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, acesso em junho/2016).

- Adequação do saneamento ambiental (rede convencional ou implantação de sistemas para comunidades isoladas) (P-27, P-28 e P-69) **Setorial**
- Provimento de eletrificação rural (P-27) **Setorial**
- Uso de fontes de energia limpa (solar, biomassa) (P-27) **Setorial**
- Requalificação dos usos e melhoria dos acessos aos atrativos turísticos. (P-27) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Manutenção e conservação de estradas rurais, garantindo o adequado escoamento das águas pluviais e permeabilidade do solo (P-27 e P-28) **Setorial**
- Implantação de sistema de transporte rural a partir da implantação de linhas circulares e ciclovias (P-27 e P-28) **Municipal**
- Adequação do sistema de coleta e gestão de resíduos e regularização das cooperativas de reciclagem (centrais de triagem) (P-27) **Setorial**

Programa II:

- Fortalecimento da agricultura e das agroindústrias de pequeno porte, de baixo impacto e de caráter familiar e do ecoturismo de base comunitária e manejo de recursos florestais de pequeno porte como atividades econômicas (P-17 e P-28) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Fortalecimento de redes de cooperativas voltadas ao artesanato, agricultura, economia solidária, ecoturismo, reciclagem de resíduos sólidos (P-17 e P-28) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Potencializar e expandir a agroecologia praticada nos núcleos existentes no município de São Paulo, por meio da formação de novos agentes visando a criação de uma rede metropolitana. (P-22) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Regularização fundiária (P-22 e P-28) **Setorial**
- Criação de entrepostos regionais de armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos da RMSP (P-22 e P-63) **Setorial**
- Aquisição de terras públicas para conservação do patrimônio ambiental (P-28) **Setorial**
- Aplicação de incentivos fiscais e econômicos visando o reconhecimento de áreas rurais e fomento à adoção de práticas conservacionistas pelo proprietário (P-28) **Governança**
- Fortalecimento das ações de fiscalização visando conter a ocupação desordenada da região e a depleção dos recursos naturais (P-28) **Governança**
- Gerar normas de licenciamento de empreendimento de baixo impacto ambiental e que não consistam em vetor de adensamento populacional e descaracterização do caráter rural (P-28) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Crédito Rural Metropolitano: Criação de linhas especiais de crédito para boas práticas agrícolas (P-28 e P-64) **Setorial**
- Viabilizar a compra de matéria prima para a merenda escolar, através dos produtores regionais, observando a utilização de 30% dos recursos PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) de acordo com o artigo 14 da lei 11 947/2009¹⁴ (P-66) **Setorial/ Municipal**
- Recomendação aos municípios para adequação do zoneamento rural e sua nomenclatura no zoneamento municipal (P-71)
- Criar novas centrais de abastecimento para escoamento de produtos da Agricultura Familiar, promovendo a descentralização para minimizar a circulação de alimentos, diminuindo perdas e custos e reduzindo os intermediários (E e GT) **Setorial**
- Reconversão para sistemas agrícolas sustentáveis/cadeias produtivas orgânicas/agroecológicas (E) **Setorial**

Programa III:

- Elaboração e disponibilização de informações em plataforma/aplicativo com ações de treinamento, difusão de dados e boas práticas (P-65) **Setorial/ Governança Metropolitana**
- Assistência técnica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e/ou do CATI para todos os municípios da RMSP (P-67) **Setorial**
- Elaboração e disponibilização de banco de dados em rede e de informações georreferenciadas para uso do produtor da RMSP (P-70) **Governança**

¹⁴ "O orçamento do Programa para 2015 é de R\$ 3,8 bilhões, para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#), 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da **agricultura familiar**, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades." (<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, acesso em junho/2016).

INSTRUMENTOS:

- Aplicação de instrumentos do tipo Pagamento por Serviços Ambientais para atividades agrícolas sustentáveis de interesse metropolitano em áreas de proteção de mananciais (E, P-17 e P-28)
- Criação/aplicação de linhas de financiamento para agroecologia, agricultura familiar, orgânica, (Pronaf, Pnae, etc) e de fomento ao turismo ecológico e rural (E e P-17)
- Criação de Macrozonas, Áreas e/ou Zona de Interesse Metropolitano específicas para desenvolvimento de atividades agropecuárias de interesse metropolitano, associadas à produção para abastecimento da metrópole e/ou compatíveis com a proteção de mananciais (E, P-17 e P-28)
- Licenciamento de empreendimentos de baixo impacto ambiental e que não consistam em vetor de adensamento populacional e descaracterização do caráter rural (P-28)
- Criação de normas legais para a agricultura urbana (P-71)
- Atualização da LUPA (Oficina Sub-região Sudoeste)

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano, Econômico e Habitação

Análise: Unidade de Estudos Econômicos e Monitoração das Dinâmicas Urbanas e Regionais (UEM)

Data da última revisão: 26/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

21. TEMA

Desenvolvimento Econômico

22. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-87, 90 a 92, 233 a 235 e 237

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

23. DIRETRIZ

Estimular a inovação e a competitividade econômica (E)

24. PROGRAMAS

I. Articular e estruturar Sistema Metropolitano de Inovação (P-235)

II. Criar mecanismos para estimular a exportação dos produtos das empresas metropolitanas, priorizando ações voltadas à qualificação das pequenas e médias empresas (P-237)

III. Programa metropolitano de qualificação profissional abrangendo o ensino técnico e superior (GT)

IV. Programa de fortalecimento do setor industrial (P-233)

V. Plano Metropolitano de Logística para fomento das atividades econômicas (P-234)

25. PROJETOS E AÇÕES

Programa I:

- Estruturar o Polo Tecnológico do Grande ABC, fortalecendo atividades de maior conteúdo tecnológico (P-235)

- Criar mecanismos de cooperação entre os diferentes atores da RMSP para o fortalecimento da cultura e do ambiente de inovação (P-235)

Programa II

- Implementar, em parceria com a InvesteSP, o Poupatempo do Exportador como órgão permanente na RMSP (E)

- Estimular a formação e a capacitação empreendedora de pequenas e médias empresas dos municípios da RMSP, visando o desenvolvimento de uma cultura de exportação (E)

- Criar um programa de serviços de apoio às empresas para o desenvolvimento de capacidades e competências empresariais para a inserção das empresas da RMSP no mercado externo à metrópole (P-237)

Programa III:

- Criação do mapa de qualificação profissional: estabelecer procedimento para oferta de cursos, de acordo com a demanda identificada pelo Mapa de Qualificação Profissional com a criação de banco de dados alimentado pelas prefeituras, em parceria com associações de classe do setor privado (E)
- Ampliação da rede de escolas técnicas e faculdades de tecnologia voltadas às especializações regionais, visando a qualificação da mão de obra atual e futura (E)
- Implantar centrais regionais de qualificação de jovens e adultos e encaminhamento profissional, de acordo com a demanda do mercado (P-87)
- Intercâmbio de vagas em cursos e oficinas municipais, nos municípios limítrofes (P-90)
- Descentralização de Universidades Públicas com implantação de cursos de graduação em diferentes municípios da RMSP (P-91 e 92)

Programa IV:

- Manter e ampliar o parque fabril instalado e atrair novos investimentos industriais para a RMSP, com ênfase nas áreas já ocupadas com esta finalidade (P-233)
- Priorizar a preservação de áreas industriais e criar novas áreas para ocupação exclusiva por indústrias, prioritariamente de caráter inovador e sustentável (P-233)
- Reconhecer a centralidade da indústria na RMSP e elaborar um plano metropolitano industrial, envolvendo Universidades, DesenvolveSP e outras agências de desenvolvimento (P-233)

Programa V:

- Planejar a logística da distribuição de produtos, insumos e serviços, na RMSP, de modo integrado, visando o fomento das atividades econômicas e o atendimento da população (P-234)

26. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A proposta ainda deve ser melhor estruturada sendo necessário desenvolver os projetos, ações e os instrumentos para cada um dos programas. De uma forma geral, a questão dos atores envolvidos e a forma de financiamento de cada projeto e ação são itens a serem elaborados.

Em relação aos projetos/ações do Programa III, na ação "Criação do mapa de qualificação profissional: estabelecer procedimento para oferta de cursos, de acordo com a demanda identificada pelo Mapa de Qualificação Profissional com a criação de banco de dados alimentado pelas prefeituras, em parceria com associações de classe do setor privado (E)", os responsáveis, de acordo com o entendimento da equipe, seriam o Governo do Estado, as prefeituras e as associações de classe. Na ação "Ampliação da rede de escolas técnicas e faculdades de tecnologia voltadas às especializações regionais, visando a qualificação da mão de obra atual e futura (E)", surge a questão se o Governo do Estado arcaria sozinho com os custos ou se poderiam ser aplicados recursos de um fundo público.

Já no caso da ação "Intercâmbio de vagas em cursos e oficinas municipais, nos municípios limítrofes (P-90)", a equipe entende que as prefeituras sejam as responsáveis pela ação. Por fim, na ação "Descentralização de Universidades Públicas com implantação de cursos de graduação em diferentes municípios da RMSP (P-91 e 92)", os responsáveis seriam o Governo do Estado e talvez o Governo Federal.

Quanto ao Programa II, a ideia é aproveitar a experiência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) e da Agência Investe São Paulo no Programa Paulista de Apoio às Exportações – SP Export, ampliando ações já desenvolvidas no âmbito desse programa, como o Poupatempo do Exportador, que atualmente ocorre de forma itinerante, dentro do Seminário de Capacitação do Exportador. Quanto à ação "Estimular a capacitação das pequenas e médias empresas dos municípios da RMSP, visando o desenvolvimento de uma cultura de exportação", a ideia é aproveitar o conhecimento da

InvesteSP, que já realiza seminários de capacitação nas RMs do Estado, e estimular a participação das pequenas e médias empresas dos municípios da RMSP no PEIEX - Projeto de Extensão Industrial Exportadora -, parceria entre a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e a InvesteSP. Como as empresas é que devem entrar em contato com a InvesteSP, manifestando interesse em participar do programa, seria necessário aumentar a divulgação do projeto junto às prefeituras para que estas façam o contato com as empresas locais.

No caso dos instrumentos, faz-se necessária a articulação com Governo Federal para participação da Receita Federal, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Correios, APEX, SEBRAE, SENAI, BNDES etc e a devida repartição dos custos do programa. Além disso, recursos privados podem ser uma alternativa para promoção do programa.

Na Oficina da Sub-região Sudeste, os temas de Inovação e Parques Tecnológicos foram tratados em conjunto. Algumas das sugestões apresentadas já foram introduzidas por meio da proposta P-235, mas também foram citadas as seguintes ações: "Estruturar Polo sub-regional (Longo Prazo)", "Centros de apoio e difusão", "Sistema de Informações de oferta tecnológica (a exemplo do Inventário elaborado pela Sub-região)" e "Estudos prospectivos das cadeias produtivas". Como instrumentos foram sugeridos: "Financiamento", "Instrumentos fiscais e parafiscais" e "Criação de Agência Interfederativa". Foram feitos apontamentos no tema da Exportação, já incorporados na proposta P-237. Na Oficina, foi proposto também o tema de Logística, tratado na proposta P-234, de forma superficial. São necessárias complementações para que o tema possa ser incorporado à proposta final.

Na Oficina da Sub-região Oeste, no tema de Inovação, foi frisada a deficiência na capacitação de mão-de-obra e apontada como solução a ação "Implantação de Fatecs/Etecs/Universidades" na sub-região. Já no tema Exportação, foram sugeridas como ações "Implantação de Porto Seco" e "Plataformas Logísticas".

Duas propostas de áreas de intervenção metropolitanas enviadas pelo município de Guarulhos, tocam na questão da inovação. Na proposta 47, a AIM deve prever ações que "promovam parceria para cursos de capacitação através da implantação do Parque Tecnológico de Guarulhos, onde devem ser implantadas universidades, incubadoras de empresas, centros de pesquisa, cursos técnicos de capacitação etc.". A proposta 46 indica que o projeto de AIM deve prever "as áreas destinadas à instalação de empreendimentos de base tecnológica, incluindo-se escolas técnicas e tecnológicas, universidades e centros de pesquisa além de empresas".

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

TEMA: Desenvolvimento Econômico

DIRETRIZ: Estimular a inovação e a competitividade econômica

PROGRAMAS:

- I. Articular e Estruturar o Sistema Metropolitano de Inovação (P-235) **Setorial**
- II. Criar mecanismos para estimular a exportação de produtos das empresas situadas na RMSP, priorizando ações voltadas à qualificação das pequenas e médias (P-237) **Setorial**
- III. Programa metropolitano de qualificação profissional abrangendo o ensino técnico e superior (GT) **Setorial com Governança**
- IV. Programa de fortalecimento do setor industrial (P-233) **Setorial**
- V. Plano metropolitano de logística para fomento das atividades econômicas (P-234) **Setorial (Programa também contemplado no eixo Transportes e Mobilidade)**

PROJETOS E AÇÕES:

Programa I:

- Estruturar o Polo Tecnológico do Grande ABC, fortalecendo atividades de maior conteúdo tecnológico (P-235) **Setorial/ Governança**
- Criar mecanismos de cooperação entre os diferentes atores da região metropolitana para o fortalecimento da cultura e do ambiente de inovação (P-235) **Setorial/ Governança**
- Estruturar polos tecnológicos sub-regionais (Oficina Sub-região Sudeste) **Setorial/ Governança**
- Criar centros de apoio e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação(Oficina Sub-região Sudeste) **Setorial/ Governança**
- Criar Sistema de Informações de oferta tecnológica (Oficina Sub-região Sudeste) **Setorial/ Governança**
- Realizar estudos prospectivos das cadeias produtivas (Oficina Sub-região Sudeste) **Setorial**

Programa II

- Implementar projetos de qualificação de pequenas e médias empresas para exportação, em parceria com a InvesteSP, tornando o Poupatempo do Exportador um órgão permanente na RMSP (E) **Setorial**
- Implantação de Porto Seco (Oficina Sub-região Oeste) **Setorial**
- Plataformas Logísticas (Oficina Sub-região Oeste) **Setorial/ Governança**

Programa III:

- Criação do mapa de qualificação profissional: estabelecer procedimento para oferta de cursos, de acordo com a demanda identificada pelo Mapa de Qualificação Profissional com a criação de banco de dados alimentado pelas prefeituras, em parceria com associações de classe do setor privado e com o Centro Paula Souza (E) **Setorial**
- Ampliação da rede de escolas técnicas e faculdades de tecnologia voltadas às especializações regionais, visando a qualificação da mão de obra atual e futura, em parceria com o Centro Paula Souza (E) **Setorial**
- Implantar centrais regionais de qualificação de jovens e adultos e encaminhamento profissional, de acordo com a demanda do mercado, em parceria com o Centro Paula Souza, Senai, Senac, Universidades, etc (P-87) **Setorial com Governança**
- Intercâmbio de vagas em cursos e oficinas municipais, nos municípios limítrofes (P-90) **Municipal**
- Descentralização do ensino público superior com implantação de cursos de graduação em diferentes municípios da RMSP (P-91 e 92) **Setorial**

Programa IV:

- Manter e ampliar o parque fabril instalado e atrair novos investimentos industriais para a RMSP, com ênfase nas áreas já ocupadas com esta finalidade (P-233)
- Priorizar a preservação e manutenção de áreas industriais e criar novas áreas para ocupação exclusiva por indústrias, prioritariamente de caráter inovador e sustentável (P-233)
- Reconhecer a centralidade da indústria na RMSP e elaborar um plano de fomento à atividade industrial, envolvendo universidades, DesenvolveSP e outras agências de desenvolvimento (P-233) **Setorial/ Governança**

Programa V:

- Planejar a logística da distribuição de produtos, insumos e serviços, na RMSP, de modo integrado, visando o fomento das atividades econômicas e o atendimento da população (P-234) **Setorial com Governança Metropolitana**

INSTRUMENTOS:

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano, Econômico e Habitação

Análise: Unidade de Estudos Econômicos e Monitoração das Dinâmicas Urbanas e Regionais (UEM)

Data da última revisão: 30/09/2016

Síglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas

27. TEMA

Desenvolvimento Econômico

28. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-93, 95, 208, 236 e 238

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

AS = Ação em conjunto com o setorial

AL= Ação de âmbito local

NP = Ação não é do âmbito do PDUI

29. DIRETRIZ

Descentralizar a atividade econômica na RMSP e reduzir as desigualdades socioespaciais (GT+E)

30. PROGRAMAS

I. Instalação de equipamentos âncora, como equipamentos culturais, infraestrutura de mobilidade, etc, que promovam efeitos multiplicadores em âmbito metropolitano e atraiam serviços e investimentos privados (GT)

II. Desenvolver um plano de ação para turismo ecológico, histórico, cultural, arquitetônico, esportivo, de negócios e rural (E)

III. Programa de fortalecimento dos setores direcionados aos novos negócios no campo da Economia Criativa, com envolvimento dos setores educacional, cultural, moda, produção áudio e vídeo, etc (P-238)

31. PROJETOS E AÇÕES

Programa I:

- Implantação de Centros Olímpicos Regionais (P-95)

Programa II:

- Desenvolver marketing de turismo associado aos municípios (E)

- Promover feiras e exposições de manifestações culturais dos municípios da RMSP (P-93)

- Utilizar o serviço ferroviário da CPTM "Expresso Turístico", visando integrar pontos de interesse turístico localizados ao longo da malha ferroviária (P-208)
- Elaborar o Plano Metropolitano de Turismo (P-236)

Programa III:

- Criar mecanismos de fomento para o desenvolvimento da Economia Criativa (P-238)
- Potencializar as ações culturais como atividades geradoras de renda e riqueza para toda a população (P-238)

32. INSTRUMENTOS

- Identidade visual no viário e no transporte coletivo (E)
- Mapas turísticos temáticos da região em formatos digital e analógico (E)
- Mapa de rotas temáticas (Rota dos Bandeirantes, Rota dos Romeiros) (E)
- Calendário de festas religiosas e festividades folclóricas (E)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

Esta proposta é resultante do desmembramento da ficha de proposta "Descentralizar a atividade econômica na RMSP, criando subcentros regionais (GT)" em três propostas diferentes. A proposta refere-se à seguinte diretriz: Descentralizar a atividade econômica na RMSP, por meio de atividades propulsoras de desenvolvimento econômico. Para sua constituição, foi adicionada também a proposta de turismo (E), que passou a constituir programa e projetos/ações desta nova proposta.

A proposta, neste formato inicial, foi discutida nas Oficinas das Sub-regiões Leste, Oeste e Sudeste, onde foram desenvolvidas várias ideias para a sua complementação. Na Oficina da Sub-região Oeste, foi debatido o turismo religioso, muito expressivo na região. Por isso, sugere-se a complementação do programa II, que ficaria redigido como "Desenvolver um plano de ação para turismo ecológico, histórico, cultural, arquitetônico, esportivo, de negócios, rural e religioso (E + Oficina Oeste)". Nas Oficinas das Sub-regiões Leste e Oeste, foi abordada a questão da "Implantação de Centros de Convenções Regionais", que poderia ser alocado como projeto do Programa I.

O tema "Integração das áreas verdes e parques da região de forma a desenvolver o turismo ecológico" foi apontado nas Oficinas das Sub-regiões Leste e Oeste e pode ser acrescentado como projeto do programa II. Este tema tem interface com o Eixo de Meio Ambiente.

Como instrumentos, nas Sub-regiões Leste e Oeste, foi citada a necessidade da elaboração de um "Calendário Metropolitano de eventos e atividades" e, na Oficina da Sub-região Leste, a necessidade de "Instrumentos de Financiamento".

Os projetos e ações do Programa III são muito genéricos, não detalham os mecanismos de fomento, como potencializar as ações culturais, ou os agentes envolvidos.

A proposta ainda precisa ser mais estruturada, com o aprofundamento de alguns temas, como as questões das rotas temáticas e dos parques e corredores ecológicos. Ainda são necessárias maiores informações, que poderão ser obtidas por meio de conversas com os setoriais (Sec. de Turismo e Sec. de Meio Ambiente) e com os próprios municípios.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

TEMA: Desenvolvimento Econômico

DIRETRIZ: Descentralizar a atividade econômica na RMSP e reduzir as desigualdades socioespaciais (GT+E)

PROGRAMAS:

I. Instalação de equipamentos âncora, como equipamentos culturais, infraestrutura de mobilidade, etc que promovam efeitos multiplicadores em âmbito metropolitano e atraiam serviços e investimentos privados (GT) **Setorial /Governança**

II. Desenvolver um plano de ação para turismo ecológico, histórico, cultural, arquitetônico, esportivo, de negócios, rural e religioso, em conjunto com Secretarias de Turismo do Estado e Municípios (E + Oficina Oeste) **Setorial /Governança**

III. Programa de fortalecimento dos setores direcionados aos novos negócios no campo da Economia Criativa, com envolvimento dos setores educacional cultural, moda, produção áudio e vídeo, etc (P-238) **Setorial /Governança**

PROJETOS E AÇÕES:

Programa I:

- Implantação de Centros Esportivos regionais (P-95) **Setorial**
- Implantação de Centros de Convenções Regionais (Oficinas Sub-regiões Leste e Oeste) **Setorial**

Programa II:

- Desenvolver juntamente com os setoriais do GESP e municípios, ações de marketing de turismo (E) **Governança**
- Desenvolver a promoção de feiras e exposições de manifestações culturais dos municípios da RMSP (P-93) **Setorial**
- Utilizar o serviço ferroviário da CPTM "Expresso Turístico", visando integrar pontos de interesse turístico localizados ao longo da malha ferroviária (P-208) AS
- Elaborar o Plano Metropolitano de Turismo (P-236) **Setorial com Governança Metropolitana**
- Integrar as áreas verdes e parques da RMSP , de forma a desenvolver o turismo ecológico (Oficina Sub-regiões Leste e Oeste)

Programa III:

- Criar mecanismos de fomento para o desenvolvimento da Economia Criativa (P-238) **Governança**
- Potencializar as ações culturais como atividades geradoras de renda e riqueza para toda a população (P-238) **Setorial com Governança Metropolitana**

INSTRUMENTOS:

- Identidade visual no viário e no transporte coletivo (E)
- Mapas turísticos temáticos da região em formatos digital e analógico (E)
- Mapa de rotas temáticas (Rota dos Bandeirantes, Rota dos Romeiros) (E)
- Calendário Metropolitano de eventos, festas religiosas, folclóricas e outros (E + Oficinas Sub-regiões Leste e Oeste)

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano, Econômico e Habitação

Análise: Unidade de Estudos Econômicos e Monitoração das Dinâmicas Urbanas e Regionais (UEM)

Data da última revisão: 30/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento das propostas.

33. TEMA

Desenvolvimento Econômico

34. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P-16, P-20 e P-48

Propostas do Grupo de Trabalho: GT

Propostas da Emplasa: E

35. DIRETRIZ

Estruturar a rede de polos, articulando setoriais envolvidos, municípios e demais atores (E)

36. PROGRAMAS

I. Melhorar a mobilidade entre os polos sub-regionais por meio de ligações perimetrais no sistema viário e no transporte coletivo (E)

II. Incentivo aos usos misto e comercial e de serviços nos polos sub-regionais e nas rotas que os conectam (E)

III. Geração de oportunidades para melhoria da competitividade (GT)

IV. Delimitação em macrozoneamento de perímetro ao longo da rede de corredores de alta e média capacidade, em comum acordo entre as diversas municipalidades da RMSP (P-16)

V. Delimitação em macrozoneamento de perímetros na Macroárea de Estruturação Metropolitana (Arco do Futuro), chamadas Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) (P-20)

VI. Estudos visando identificar os clusters existentes na RMSP e os potenciais futuros, suas eficiências e carências como forma de ampliar a competitividade no mercado global (P-48)

37. PROJETOS E AÇÕES

Programa I:

Rede Metropolitana de Transporte de Alta e Média Capacidade, planejada pela Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, PITU 2020 e Corredores Metropolitanos (E)

Programa III:

- Identificação de áreas passíveis de estímulo em função das características locais (GT)
- Plano urbanístico ancorado em regulação e normatização específica (GT)

Programa IV:

- Articulação dos Planos de Transporte Municipais e programa de corredores metropolitanos (P-16)

Programa V:

- Estabelecer os meios e os princípios para a articulação necessária no desenvolvimento e implementação integrada de projetos setoriais com efeito de qualificação urbana e estruturação metropolitana (P-20)

Programa VI:

- Identificar a especialização do trabalho predominante em cada município da RMSP (P-48)
- Classificar os clusters segundo a participação no total dos empregos gerados na RMSP (P-48)
- Identificar e classificar as empresas segundo o valor agregado (P-48)
- Avaliar o grau de obsolescência e dificuldades, para melhorias e inovações tecnológicas (P-48)
- Avaliar o grau de endividamento e a capacidade de financiamento junto às instituições financeiras e órgãos de desenvolvimento e instituições de apoio, das empresas que compõem cada um dos clusters (P-48)
- Avaliar a capacidade de cada centro regional, onde estão inseridos determinados clusters e formar adequadamente a mão de obra necessária aos empreendimentos (P-48)
- Criar mecanismos que assegurem uma menor vulnerabilidade regional diante das sazonalidades do mercado em que o cluster está inserido (P-48)
- Criar políticas e infraestrutura de estímulo ao surgimento de novos clusters, permitindo que cada município assumam um papel econômico na RMSP (P-48)
- Desenvolver estratégias de sinergia entre os diversos clusters (P-48)
- Criar sistema de logística para atender as demandas locais e regionais (P-48)

38. INSTRUMENTOS

- Zona de Interesse Metropolitano (ZIM) e instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades (E)
- Planos Diretores municipais e Planos municipais de mobilidade (E)
- Instrumentos urbanísticos para promoção de adensamento urbano e qualificação urbanística ao longo do sistema de transporte de alta e média capacidade (P-16)
- Definição de coeficientes de aproveitamento majorados nas proximidades dos corredores de transporte em relação ao básico das cidades (P-16)
- Instrumentos urbanísticos, de financiamento e governança a serem aplicados conforme as especificidades territoriais e demandas por projeto urbanístico a ser estruturado (P-20)
- Utilizar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades (LF 10.257/2001) para viabilizar a qualificação urbana e o projeto de desenvolvimento regional, instituição de zonas especiais, contribuição de melhoria, incentivos e benefícios fiscais e financeiros etc (P-48)
- Estabelecer parceria público-privada (P-48)
- Utilização de operações urbanas consorciadas interfederativas, previstas no Estatuto da Metrópole (E)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A proposta continua vaga, apesar da complementação com as propostas 16, 20 e 48 da plataforma. Os programas, projetos/ações e instrumentos estão pouco claros, precisando de maior definição.

O programa I tem interface com o eixo de Transporte e Logística e os programas II, IV e V têm interface com o Macrozoneamento. No entanto, a equipe considera que os programas IV e V não seriam propriamente programas, mas ações.

Os programas IV e V se encaixam no tema de desenvolvimento urbano e estão sendo tratados no GT de macrozoneamento.

Entre os projetos e ações, a "Rede Metropolitana de Transporte de Alta e Média Capacidade, planejada pela Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, PITU 2020 e Corredores Metropolitanos" (relativo ao programa I), "Articulação dos Planos de Transporte Municipais e programa de corredores metropolitanos (P-16)" (programa IV) e "Criar sistema de logística para atender as demandas locais e regionais (P-48)" (programa VI) têm interface com o eixo de Transportes e Logística. O projeto "Identificação de áreas passíveis de estímulo em função das características locais (GT)" (relativo ao programa III) tem interface com o Macrozoneamento.

O projeto "Estabelecer os meios e os princípios para a articulação necessária no desenvolvimento e implementação integrada de projetos setoriais com efeito de qualificação urbana e estruturação metropolitana (P-20)" apresenta um bom conceito, mas carece de maior detalhamento.

No projeto "Identificar a especialização do trabalho predominante em cada município da RMSP (P-48)", referente ao programa VI, seria necessário explicitar qual o resultado esperado com tal identificação. Pertencente ao mesmo programa, o projeto "Classificar os clusters segundo a participação no total dos empregos gerados na RMSP (P-48)" também precisa ser mais detalhado.

Quanto ao projeto "Avaliar a capacidade de cada centro regional, onde estão inseridos determinados clusters e formar adequadamente a mão de obra necessária aos empreendimentos (P-48)" (programa VI), surge a dúvida se seria uma ação de capacitação.

Ainda dentro do programa VI, os projetos " Criar políticas e infraestrutura de estímulo ao surgimento de novos clusters, permitindo que cada município assumira um papel econômico na RMSP (P-48)" e " Desenvolver estratégias de sinergia entre os diversos clusters (P-48)" estão vagos.

Estão fora do escopo do PDUI os projetos "Avaliar o grau de endividamento e a capacidade de financiamento junto às instituições financeiras e órgãos de desenvolvimento e instituições de apoio, das empresas que compõem cada um dos clusters (P-48)" (essa é uma atribuição das instituições bancárias e do Serasa e, em alguns casos, do Banco Central do Brasil) e "Criar mecanismos que assegurem uma menor vulnerabilidade regional diante das sazonalidades do mercado em que o cluster está inserido (P-48)", ambos referentes ao programa VI. Na Oficina da Sub-região Leste, a representante de Guarulhos, que incluiu a proposta P-48 na plataforma, concordou com a exclusão dessas ações. Na Oficina, foi sugerida a inclusão da ação "Criação de Instituto de Pesquisas Aplicadas" nesta proposta.

Os instrumentos "Zona de Interesse Metropolitano (ZIM) e instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades (E)" e "Planos Diretores municipais e Planos municipais de mobilidade (E)" têm interface com o Macrozoneamento. Este último e o instrumento "Instrumentos urbanísticos para promoção de adensamento urbano e qualificação urbanística ao longo do sistema de transporte de alta e média capacidade (P-16)" têm interface com Transportes e Logística.

Os instrumentos relativos à proposta P-48 foram debatidos na Oficina da Sub-região Leste. No caso do instrumento "Estabelecer parceria público-privada", foi sugerido que esta PPP possa atuar na formação de mão de obra. Ainda foram sugeridos como instrumentos desta proposta o "Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)" e "Áreas Estratégicas".

Como sugestão geral, o programa de Arranjos Produtivos Locais da SDCT poderia ser utilizado para aprofundar a questão dos clusters e quais políticas públicas podem ser adotadas para reforçar os polos da RMSP.

8. SÍNTESE DA PROPOSTA

TEMA: Desenvolvimento Econômico

DIRETRIZ: Estruturar a rede de centralidades e polos, articulando setoriais envolvidos, municípios e demais atores (E)

PROGRAMAS:

I. Melhorar a mobilidade entre a rede de centralidades e os polos, por meio de ligações perimetrais no sistema viário e no transporte coletivo (E) AS

II. Incentivo aos usos mistos nos centros e polos sub-regionais e nas rotas que os conectam (E)

III. Elaborar estudos visando identificar os clusters existentes na RMSP e os potenciais futuros, suas eficiências e carências como forma de ampliar a competitividade no mercado global (P-48) AS

PROJETOS E AÇÕES:

Programa I:

- Apontar as conexões necessárias entre os centros e polos (E) **Setorial/ Governança**

Programa III:

Identificar a especialização do trabalho predominante em cada município da RMSP (P-48) - Classificar os clusters segundo a participação no total dos empregos gerados na RMSP (P-48) **Setorial/ Governança**

- Identificar e classificar as empresas segundo o valor agregado (P-48) **Setorial**
- Avaliar o grau de obsolescência e dificuldades, para melhorias e inovações tecnológicas (P-48) **Setorial**
- Avaliar a capacidade de cada centro regional, onde estão inseridos determinados clusters e formar adequadamente a mão de obra necessária aos empreendimentos (P-48) **Setorial**
- Criar políticas e infraestrutura de estímulo ao surgimento de novos clusters, permitindo que cada município assumam um papel econômico na RMSP (P-48) **Setorial/ Governança**
- Desenvolver estratégias de sinergia entre os diversos clusters (P-48) **Setorial/ Governança**
- Criar sistema de logística para atender as demandas locais e regionais (P-48) **Setorial**
- Criação de Instituto de Pesquisas Aplicadas (Oficina Sub-região Leste) **Setorial/ Governança**

INSTRUMENTOS:

- Zona de Interesse Metropolitano (ZIM) e instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades (E)
- Planos Diretores Municipais e Planos Municipais de Mobilidade (E)
- Utilizar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades (LF 10.257/2001) para viabilizar a qualificação urbana e o projeto de desenvolvimento regional, instituição de zonas especiais, contribuição de melhoria, incentivos e benefícios fiscais e financeiros etc (P-48)
 - Instrumentos urbanísticos para promoção de adensamento urbano e qualificação urbanística ao longo do sistema de transporte de alta e média capacidade (P-16)
 - Definição de coeficientes de aproveitamento majorados nas proximidades dos corredores de transporte em relação ao básico das cidades (P-16)
 - Instrumentos urbanísticos, de financiamento e governança a serem aplicados conforme as especificidades territoriais e demandas por projeto urbanístico a ser estruturado (P-20)
- Estabelecer parceria público-privada (P-48), para formação de mão de obra (Oficina Sub-região Leste)
- Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) (Oficinas Sub-região Leste)
- Utilização de operações urbanas consorciadas interfederativas, previstas no Estatuto da Metrôpole (E)

DESENVOLVIMENTO URBANO

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano

Análise: UEM - Unidade de Estudos Econômicos e Monitoramento da Dinâmica Urbana e Regional

Data da última revisão: 28/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Identidade Metropolitana (Governança)

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P134 e P228.

Propostas do Grupo de Trabalho: GT07 e GT08.

Propostas da Emplasa: E02, E03, E04, E05, E06, E07 e E08.

3. DIRETRIZ

Criar uma Identidade Metropolitana. (E02)

4. PROGRAMAS

Criação de identidade visual para ações/projetos executados no âmbito do PDUI. (E04)

- I. Promover a integração metropolitana por meio de atividades esportivas e culturais. (E05)
 - II. Gerar instrumentos para divulgar o conhecimento sobre as dinâmicas metropolitanas, a partir de informações seguras, de forma a melhorar a capacitação para os gestores de assuntos metropolitanos, dos vários níveis de governo. (GT08) Governança
 - III. Despertar no habitante metropolitano conceito de cidadania metropolitana, mediante o desenvolvimento de programas de comunicação que conscientizem os cidadãos sobre as questões metropolitanas (GT07),
-

5. PROJETOS E AÇÕES

- Criação de uma identidade visual para o sistema viário metropolitano (SIVIM). (E03)
- Criação de torneios esportivos intrametropolitanos, articulando as secretarias de esporte. (E06) SETORIAL
- Fomentar e fortalecer o intercâmbio de atividades culturais nos municípios da RMSP. (E07) SETORIAL

- Executar o mapeamento do território e gerar um sistema de geoprocessamento integrado. (P228) **Governança**
- Criar um Sistema Integrado de Planejamento Físico Territorial. (P228) **Governança**
- Cadastro integrado de interferências subterrâneas. (P134) **Governança**

Observação:

Ações voltadas para a integração de informações espaciais metropolitanas e estaduais (P228 e P134) já apresentam iniciativas como o Sistema de Informações Metropolitanas - SIM, desenvolvido pela Emplasa, e o IDE-SP, Programa de Infraestrutura de Dados Espaciais, instituído pelo Decreto Estadual 61.486/15.

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

A presente ficha síntese aborda um tema fundamental para a construção de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI: a falta de uma visão metropolitana por parte dos municípios da RMSP. As propostas apresentadas refletem uma preocupação não somente com uma identidade visual comum, mas principalmente com a identificação dos habitantes da RMSP como cidadãos metropolitanos. Por outro lado, faltam às propostas uma definição mais clara de como alcançar esse objetivo.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano

Análise: UEM - Unidade de Estudos Econômicos e Monitoramento da Dinâmica Urbana e Regional

Data da última revisão: 28/10/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Novas Centralidades

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI:

Propostas do Grupo de Trabalho: GT 13, GT 14, GT 15 e GT 16

Propostas da Emplasa:

3. DIRETRIZ

Definir e incentivar a formação e consolidação de novas centralidades de forma a estruturar uma Metrópole policêntrica, aproximando a moradia do trabalho e do lazer. (GT13)

4. PROGRAMAS

- I. Política de qualificação dos espaços públicos e de adensamento populacional fortalecendo centralidades urbanas numa rede de centralidade da RMSP. Política de qualificação dos espaços públicos e de adensamento populacional fortalecendo centralidades urbanas, de maneira a conformar uma rede de centralidade na RMSP. (GT14)
- II. Incentivar empregos em áreas com predomínio de moradias. (GT15)
- III. Promover melhor distribuição espacial das áreas destinadas à habitação, buscando aproximar habitação com áreas onde haja oferta de empregos e equipamentos. (GT16)

5. PROJETOS E AÇÕES

6. INSTRUMENTOS

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMLASA

O incentivo a novas centralidades na RMSP baseia-se na ideia de uma região metropolitana mais justa e igualitária. Há uma grande concentração de empregos em áreas de urbanização mais antiga, dotadas de grande oferta de infraestrutura e serviços,

onde o custo de moradia é mais elevado. O resultado desse processo são as grandes distâncias que separam os bairros residenciais dos locais com ofertas de emprego, gerando grandes transtornos urbanos, que, na RMSP, se agravam pelo tamanho e relevância econômica da região. Apesar da importância do tema, ele foi apenas suscitado em discussões dos Grupos de Trabalho, onde foi superficialmente tratado, surgindo propostas em nível de diretriz e programas, sem terem avançado para discussões sobre projetos, ações e instrumentos para o seu desenvolvimento.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Ordenamento Territorial

Análise: UEM - Unidade de Estudos Econômicos e Monitoramento da Dinâmica Urbana e Regional

Data da última revisão: 19/09/2016

- Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil
- **Destaques em Vermelho:** indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Legislação e Normatização **Governança**

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P15, P118, P218

Propostas do Grupo de Trabalho: GT07, GT08, GT09, GT10, GT11 e GT12.

Propostas da Emplasa: E02

3. DIRETRIZ

Padronização de leis, normas e procedimentos de regulação dos território municipais, considerando as diretrizes de ordenamento do território metropolitanas.

4. PROGRAMAS

I. Indicação para que os Planos Diretores Municipais dos municípios da RMSP, no momento de sua revisão, adotem conceitos e as diretrizes de ordenamento do território metropolitanas (a exemplo do macrozoneamento) (P15)(E02).

II. Integrar e compatibilizar as proposições dos Planos Diretores Municipais, sob a perspectiva metropolitana. (GT07) (P218).

III. Diretrizes e estratégias para regulamentação de todos os Instrumentos do Estatuto da Cidade em todos os municípios. (GT08). **Governança**

V. Promover, sempre que possível, a padronização de leis e normas municipais que interfiram nas atividades econômicas de forma a reduzir os custos de operação das empresas promovendo uma racionalização das atividades empresariais Exemplos: legislação para instalação e operação de infraestrutura de telecomunicações e restrições para circulação de veículos de carga (interface com transporte) (GT09). **Governança**

VI. Ampliação dos programas de regularização fundiária na RMSP e normatização de procedimentos e desenvolvimento de políticas de contenção à ampliação de irregularidades (P118).

5. PROJETOS E AÇÕES

- Padronização e adequação de nomenclaturas, conceitos, diretrizes e características dos zoneamentos dos planos municipais (GT10) **Municipal/ Governança**
- Normatizar procedimentos dos cartórios de registro de imóveis para regularização fundiária e instrumentos de contenção das irregularidades (GT12) - **Setorial**

6. INSTRUMENTOS

Padronização de medidas cartoriais de procedimentos e formas de contenção das irregularidades. (GT12) **Setorial**

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

As propostas incluídas nestas fichas síntese dialogam com a necessidade do estabelecimento de padrões para o planejamento urbano na escala metropolitana. A falta de estabelecimento de padrões ou decisões planejadas entre municípios na utilização de instrumentos urbanísticos ou diretrizes territoriais gera discrepâncias que podem ser enfrentadas no âmbito do PDUI.

De forma geral, o conteúdo das propostas aqui analisadas demonstra o anseio pelo estabelecimento de parâmetros e normatizações gerais para o fortalecimento do planejamento metropolitano e consolidação do território metropolitano.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Ordenamento Territorial

Análise: UEM - Unidade de Estudos Econômicos e Monitoramento da Dinâmica Urbana e Regional

Data da última revisão: 19/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destaques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Ordenamento Territorial

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P16, P20, P229, P230 e PSC 14

Propostas do Grupo de Trabalho: GT01, GT02, GT03, GT04, GT05 e GT06

Propostas da Emplasa: E01

3. DIRETRIZ

Estabelecer áreas estratégicas para intervenção urbana integrada de caráter regional. (GT01)

4. PROGRAMAS

- II. Diminuição das desigualdades territoriais, mediante proposição de ações integradas interfederativas. O Programa deve contemplar regularização fundiária, provimento de infraestrutura, equipamentos sociais e urbanos e melhoria da qualidade ambiental e urbanística. Etapas de elaboração do programa:
 - 1. Identificação dos territórios;
 - 2. Hierarquização dos territórios, segundo critérios de atividade entre outros;
 - 3. Definir um plano de intervenção;
 - 4. Verificação dos atores envolvidos;
 - 5. Definição de responsabilidades de cada ator envolvido;
 - 6. Linhas de financiamento. (GT03)
- III. Delimitação em macrozoneamento de perímetro ao longo da rede de corredores de alta e média capacidade, em comum acordo entre as diversas municipalidades da RMSP, em que poderá aplicar-se conjunto de instrumentos urbanísticos para promoção de adensamento urbano e qualificação urbanística, ao longo do sistema de transporte de alta e média capacidade. (P16)
- IV. Incentivo ao uso misto com adensamento urbano em áreas servidas por infraestrutura. (GT04)
- V. Definição de diretrizes / estratégias conjuntas, no âmbito do desenvolvimento urbano, para intervenção nos eixos estruturantes de transportes. (GT05)
- VI. Promover a densificação das áreas centrais em torno dos eixos de transporte de massa de passageiros, ligados ao movimento pendular da cidade de Barueri – Alphaville e os subcentros metropolitanos. (P229) **Municipal**

5. PROJETOS E AÇÕES

- Implantação de elementos urbanos estruturantes e que promovam a diminuição das desigualdades territoriais. (E01)
- Definir uma Macroárea de Estruturação Metropolitana. (GT02)
- Delimitação em macrozoneamento de perímetros na Macroárea de Estruturação Metropolitana que serão áreas passíveis de receberem Projetos de Intervenção Urbana Metropolitan (PIU Metropolitan). Trata-se da indicação de territórios, da definição de instrumentos urbanísticos e financeiros e do estabelecimento dos pressupostos de governança que serão os mecanismos para o desenvolvimento de projetos futuros e de sua implementação, em âmbito interfederativo. (P20)
- Definir e delimitar nos Planos Diretores Municipais porções do território municipal voltadas para a implementação de políticas de interesse metropolitano – Zonas de Interesse Metropolitan. (P230) **Municipal**

6. INSTRUMENTOS

- Definir Zonas de Interesse Metropolitan (ZIM) para incentivar a reestruturação de áreas com potencial para promover o desenvolvimento urbano. (GT 06)
- Criação de mecanismos que evitem a conurbação em áreas de corredores verdes. (PSC14)

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

As propostas aqui analisadas propõem a delimitação de territórios específicos para realização de algumas ações no intuito de potencializá-las em relação à transformação da realidade local do ponto de vista sócio-econômico e ambiental. Aqui, os efeitos dos limites municipais são ultrapassados e os projetos e ações perpassam estes territórios.

Estas propostas sugerem que áreas específicas estão sendo reconhecidas nas proximidades de grandes equipamentos de impacto metropolitano ou em eixos de transportes importantes, como rodovias ou linhas de média/alta capacidade.

Também podemos verificar que essas propostas estão altamente relacionadas com propostas constantes do eixo desenvolvimento econômico, demonstrando a transversalidade das ações no território metropolitano.

PDUI-RMSP | Relatório de Propostas

Formulário de sistematização e consolidação de propostas recebidas, por tema, elaborado pela Equipe Técnica da Emplasa.

EIXO: Desenvolvimento Urbano e Transportes e Logística

Análise: Unidade de Administração do SIGPLAM (UAS)

Data da última revisão: 19/09/2016

Siglas: GT = Grupo de Trabalho E = Emplasa P = Plataforma PSC = Proposta Sociedade Civil

Destques em Vermelho: indicação preliminar da Emplasa sobre o enquadramento da proposta

1. TEMA

Áreas de Intervenção Metropolitana (AIM's)

2. PROPOSTAS REFERENCIADAS

Propostas da Plataforma PDUI: P45, P46 e P47.

Propostas do Grupo de Trabalho: GT.

Propostas da Emplasa: E

3. DIRETRIZ

Desenvolver Áreas de Intervenção Metropolitana ao longo de eixos estruturais de circulação, no entorno de seus acessos, bem como junto a equipamentos de transporte caráter metropolitano, visando:

- Associar o sistema de transporte coletivo estrutural com o zoneamento, de forma a incentivar a formação de novas centralidades. (GT)
- Promover o desenvolvimento regional por meio do transporte coletivo estrutural. (GT)
- Possibilitar o desenvolvimento sub-regional através de linhas perimetrais da rede de transporte coletivo estrutural ampliada. (GT)
- Promover o reordenamento urbano e a valorização das vocações regionais, através da racionalização dos deslocamentos urbanos. (GT)
- Promover o adensamento de atividades econômicas ao longo da rede de transporte coletivo estrutural. (GT)

4. PROGRAMAS

- VII. Demarcação de Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) para realização de projetos de interesse metropolitano.
- Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) – Eixo urbano da Rodovia Fernão Dias. (P45)
 - Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs) – Região no entorno dos trevos do Rodoanel - Trecho Norte (alça Aeroporto de Cumbica, Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna), criando Zonas Especiais de Interesse Econômico. (P46)

5. PROJETOS E AÇÕES

- Avaliar e implantar infraestrutura compatível com o desenvolvimento regional, visando atendimento às demandas empresariais e sociais e atraindo novos empreendimentos. (P45)
- Desenvolver ações e projetos que potencializem o desenvolvimento econômico e social das regiões ao longo de eixos estruturais de circulação, no entorno de seus acessos, bem como junto a equipamentos de caráter metropolitano, para o transporte de passageiros e carga, através das seguintes ações: (P45) (P46) (P47)
 - Desenvolver parcerias público-privado para o desenvolvimento dos eixos estruturais. (P45) (P46)
 - Recuperar áreas degradadas e com vulnerabilidade social.
 - Elaborar, com a participação social, projeto urbano de ocupação e adequação da região no entorno dos trevos do Rodoanel - Trecho Norte (alça Aeroporto de Cumbica, Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna), criando uma Zona Especial de Interesse Econômico Metropolitana, prevendo zoneamento específico, soluções para o sistema viário de suporte (local e regional), sistemas de transporte coletivo e de cargas, soluções para a preservação do meio ambiente, soluções para infraestrutura, em especial drenagem e saneamento ambiental. (P46)
 - Elaborar projeto de qualificação e reabilitação urbana (zoneamento, sistema viário, transporte, meio ambiente), com a participação social, do eixo urbano da Rodovia Fernão Dias, com especial atenção ao novo trevo de interligação entre o Rodoanel e a Rodovia Fernão Dias, bem como do trevo existente entre a Rodovia Presidente Dutra e a Fernão Dias. Considerar ainda o prolongamento do eixo da Rodovia Fernão Dias pela Avenida Aricanduva, interligando o Rodoanel com a região do ABC e Mauá. (P45)
 - Desenvolver, em parceria com os operadores logísticos, o programa de logística de transporte de cargas, com possibilidade de implantação de áreas de transbordo/terminais de carga. (P45 e 46) **Setorial/Governança**
 - Criar um regime próprio Aduaneiro Especial incentivando as operações de importação, transformação e exportação. (P47) **Setorial**
 - Elaborar projeto de qualificação e reabilitação urbana no entorno do Aeroporto de Guarulhos, contemplando a possibilidade de parcerias público-privado (zoneamento, sistema viário, transporte, meio ambiente, habitação de interesse social, etc). (P47)
 - Identificar vocações econômicas, estimulando novos nichos de mercado, com potencial de tecnologia de ponta, promover medidas de realocação de atividades conflitantes com atividade aeroportuária e criar mecanismos que incentivem a ampliação das atividades aeroportuárias visando a estabelecer um polo regional de negócios. (P47)
 - Potencializar as áreas no entorno dos seguintes equipamentos: Terminal de Cargas Fernão Dias, Aeroporto Internacional de Guarulhos, Ferroanel, Rodoanel etc. (P45)
 - Prever a integração do Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Ferroanel e criar políticas de fomento econômico e de aproveitamento das infraestruturas. (P46)
 - Considerar, propor e adequar as restrições aeroportuárias na definição do Macrozoneamento Metropolitano. (P47)
 - Definir medidas garantindo a segurança das operações aeroportuárias e evitando os conflitos de uso e ocupação do solo. (P47). **Municipal/Setorial**
 - Implantar política fiscal que atraia novos empreendimentos em conformidade com a vocação e os usos definidos para a região. (P45 e P46) **Setorial/Governança**
 - Promover ações de capacitação e qualificação profissional através de parcerias com universidades e escolas técnicas. (P45) **Fora do escopo PDUI.**
 - Criar conselho de acompanhamento e tomada de decisões com representatividade social e estatal. (P45). **Governança.**

6. INSTRUMENTOS

- Legislação específica para AIMs ao longo da rede estrutural de circulação e transportes, a exemplo de Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privado, Contribuição de Melhoria, incentivos e benefícios fiscais e financeiros. (E)
-

7. COMENTÁRIOS DA EQUIPE EMPLASA

ATENÇÃO: O desenvolvimento de “Áreas de Intervenção Metropolitana” ao longo da rede estrutural de circulação pode ser incompatível com a preservação de áreas de proteção ambiental. Assim, sugere-se que a ocupação de áreas junto a eixos estruturais de circulação, inseridos em áreas de proteção ambiental e/ou áreas cujo adensamento urbano não é desejável, seja submetida a análises dos órgãos competentes, em um exercício de governança interfederativa.

